



**MARTINHO MARTINS A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO DE
TIMOR-LESTE (2001-2012)**



**MARTINHO MARTINS A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO DE
TIMOR-LESTE (2001-2012)**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Jalali, Professor Auxiliar, e da Doutora Patrícia Silva, Professora Auxiliar Convidada, ambos do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha esposa Alda Maia e aos meus filhos, António e Arcanjo.

O júri

Presidente

Professor Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço à Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL) e à Universidade de Aveiro (UA), pela abertura e por terem facilitado este processo de aprendizagem.

Agradeço, ainda, aos meus orientadores: Professor Doutor Carlos Jalali, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro; e Professora Doutora Patrícia Silva, Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro, por toda a paciência na orientação e correção da dissertação.

Estou igualmente grato pelo apoio do Dr. Ângelo Ferreira e da Dra. Sandra Bastos, ambos da Universidade de Aveiro, que sempre me apoiaram na resolução de questões técnicas e administrativas e que tão bem me acolheram nesta Universidade.

Finalmente, agradeço à minha família, aos meus compatriotas e aos amigos.

palavras-chave

Institucionalização; sistema partidário, partidos políticos; sistema semipresidencial; sistema eleitoral; Timor-Leste

resumo

Este trabalho pretende descrever e compreender a institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste de 2001 até 2012. Para este efeito, esta dissertação analisa uma ampla bateria de indicadores consolidados na literatura sobre a institucionalização dos sistemas partidários. Em específico, analisámos os padrões de estabilidade das competições interpartidárias; o enraizamento social dos partidos políticos, a legitimidade eleitoral. Foram, ainda considerados os padrões da composição governamental. Assim, verificámos os padrões de alternância partidária no governo, a fórmula de governo, a abertura de novos partidos, e a estrutura de competição. A análise foi complementada com a leitura da evolução do número de partidos relevantes e do número efetivo de partidos políticos, a ideologia e a polarização dos partidos políticos. Da análise destes indicadores foi possível retirar conclusões relativas aos padrões de estabilidade da competição dos principais partidos e relativas aos fatores importantes que explicam a evolução de um sistema partidário de pluralismo moderado.

O sistema partidário de Timor-Leste pode ser caracterizado por um pluralismo moderado com uma dinâmica de alternância completa e parcial e com fórmula de governos inovadoras, com a abertura aos novos partidos; e com a estrutura de competição é aberta.

keywords

Institutionalization; party system; political parties; semipresidential system; electoral system; Timor-Leste

abstract

This research aims to describe and understand the institutionalization of the party system in East Timor from 2001 to 2012. For this purpose, this dissertation analyzes a wide battery of indicators established in the literature on the institutionalization of party systems. In particular, we analyzed the patterns of stability of inter-party competition; the social roots of political parties, and electoral legitimacy. It was also considered the patterns of government composition. Accordingly, we considered the party alternation in government, the formula of government, openness to new political parties, and structures of competition.

This was complemented with an analysis of the evolution of the number of relevant parties and the effective number of political parties, and ideological polarization. These indicators suggest the current stability of competition patterns of the major parties, while suggesting important features that explain the evolution of East Timor's party system to a moderate pluralism.

East Timor party system can be characterized by a moderate pluralism with a dynamic of complete and partial partisan alternation in government, with innovative formula of governments, and openness to new parties; and open competition structures.

Índice

Índice	i
Índice de Tabelas	iii
Índice de Figuras	iv
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1. Objetivo e Metas da Investigação	1
1.2. Metodologia e técnicas de operacionalização da investigação	3
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1. Sistemas Partidários	9
2.2. As Classificações Clássicas dos Sistemas Partidários	11
2.3. Classificações dos sistemas partidários contemporâneos	14
CAPÍTULO 3 – SISTEMAS POLÍTICOS.....	17
3.1. O regime semipresidencialista	17
3.2. Sistema eleitoral.....	22
3.3. Sistemas eleitorais parlamentares	25
3.3.1. Sistema eleitoral misto	25
3.3.2. Sistema representação proporcional.....	28
3.4. Sistemas eleitoral das eleições presidenciais	31
3.5. Os partidos políticos	32
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....	37
4.1. Processo de recolha de dados.....	37
CAPÍTULO 5 – A ESTABILIDADE PADRÕES DE COMPETIÇÃO INTERPARTIDÁRIA	43
5.1. Volatilidade eleitoral.....	43
5.1.1. Frações e surgimento de novos partidos políticos	47
5.1.2. As coligações pré-eleitorais	49
5.1.3. Impacto da mudança de líder partidário.....	50
5.1.4. Desaparecimento dos pequenos partidos	51
5.1.5. Os novos pequenos partidos	51

5.1.6. Estabilidade de competição dos principais partidos timorenses	52
5.1.7. Estabilidade de competição dos pequenos partidos timorenses.....	52
5.2. Padrões de Competição Governamental	53
5.2.1. Padrões de alternância no governo.....	53
5.2.2. Tipo de fórmula de governo	56
5.2.3. A abertura a novos partidos	59
5.2.4. Que partidos governam?	60
5.2.5. A estrutura de competição.....	61
5.3. Número partidos relevantes (fragmentação partidária).....	62
5.4. Número efetivo dos partidos políticos timorenses	68
5.5. Um pluralismo moderado?.....	70
5.5.1. Fragmentação limitada	70
5.5.2. Inexistência de partidos antissistema relevantes.....	71
5.5.3. Não polarizado	72
5.5.4. Alternância numa configuração coligacional bipolar	73
5.5.5. Competição centrípeta.....	74
CAPÍTULO 6 – ENRAIZAMENTO PARTIDÁRIO.....	75
6.1. Volatilidade individual dos principais partidos ao nível distrital.....	75
6.2. A idade dos partidos políticos.....	78
6.3. Voto partidário e personalizado	79
CAPÍTULO 7 - LEGITIMIDADE ELEITORAL	83
CAPÍTULO 8 – EFEITOS SISTEMAS ELEITORAIS DE TIMOR-LESTE.....	87
8.1. Efeito Mecânico	88
8.2. Efeito Psicológico	89
CAPÍTULO 9 – NOTAS CONCLUSIVAS	91
Bibliografia.....	93

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Tipo de sistema partidário clássico	13
Tabela 2 – A estrutura de competição partidário e o padrão de alternância.....	15
Tabela 3 – Tipos de sistemas partidários.....	15
Tabela 4 – Períodos presidenciais e governamentais de 2002 a 2007	18
Tabela 5 – Os candidatos eleitos de 2002 a 2012.....	20
Tabela 6 – Os candidatos derrotados na eleição presidencial de 2002 a 2012.....	20
Tabela 7 – As vantagens dos sistemas de representação maioritário e proporcional	22
Tabela 8 – Leis fundamentais das eleições em Timor-Leste de 2001 a 2012	23
Tabela 9 – Os sistemas eleitorais em Timor-Leste, desde 2002.....	25
Tabela 10 – A conversão de votos em mandatos, 2002-2007	26
Tabela 11 – A atribuição dos mandatos conforme sistema mista em 2001/2002.....	27
Tabela 12 – Cláusula barreira de 3%, nas eleições parlamentares de 2007 e 2012.....	28
Tabela 13 – Cláusula barreira 3%, por partido político, 2007.....	28
Tabela 14 – Cláusula barreira 3%, por partido político, 2012.....	29
Tabela 15 – A conversão de votos em mandatos conforme o método D’Hondt ao período de 2007-2012	30
Tabela 16 – A conversão de votos em mandatos conforme o método D’Hondt ao período de 2012-2017	30
Tabela 17 – Os partidos políticos de Timor-Leste em 1974.....	33
Tabela 18 – Princípios dos cinco partidos políticos de Timor-Leste em 1974.....	33
Tabela 19 – Transformação partidos políticos em movimentos, de 1974/1975	33
Tabela 20 – Categorização dos grupos focais	37
Tabela 21 – Categorização dos entrevistados.....	38
Tabela 22 – Categorização de vídeos <i>youtube</i> como amostragem	39
Tabela 23 – Percentagem de votos dos principais partidos políticos ao nível distrital nas eleições parlamentares de 2007	40
Tabela 24 – Percentagem de votos dos principais partidos políticos ao nível distrital nas eleições parlamentares de 2012	40
Tabela 25 – Resultados das eleições parlamentares a nível nacional de 2007-2012.....	41
Tabela 26 – Volatilidade eleitoral em Timor-Leste de 2001-2012	45

Tabela 27 – A volatilidade total individual dos partidos $\geq 5\%$ sem outros (2001-2012)...	46
Tabela 28 – As frações e elevada volatilidade em 2007.....	48
Tabela 29 – As frações e elevada volatilidade em 2012.....	48
Tabela 30 – A volatilidade individual de pequenos partidos, sem assento parlamentar (2007-2012).....	52
Tabela 31 – Padrões de alternância no governo, 2002-2012.....	54
Tabela 32 – Tipo de fórmula de governo timorense (2002-2012).....	59
Tabela 33 – A abertura aos novos partidos políticos, 2002-2012	60
Tabela 34 – A estrutura de competição em Timor-Leste	62
Tabela 35 – Oposições nos sistemas partidários timorenses (2001-2012).....	68
Tabela 36 – O NEPE e NEPP em Timor-Leste de 2001-2012.....	68
Tabela 37 – Designação de governo coligacional no período de 2007 a 2015	74
Tabela 38 – A volatilidade individual dos principais partidos políticos timorenses nos níveis distritos de 2007 a 2012	75
Tabela 39 – Partidos políticos com idade ≥ 10 anos (%)	79
Tabela 40 –Partidos políticos com a idade de ≥ 25 anos (%).....	79
Tabela 41 – A taxa de participação eleitoral (2001-2012)	85
Tabela 42 – NEPE e NEPP 2001 a 2012	88
Tabela 43– A evolução da desproporcionalidade, NEPE e NEPE (2001-2012).....	90

Índice de Figuras

Figura 1 –Voto dos candidatos presidenciais, desde 2002 a 2012 (%)	21
Figura 2 – Voto nos candidatos vencedores, por maioria relativa, em 2001 (%).....	25
Figura 3 – Evolução do número partidos políticos no Parlamento (2001-2012).....	31
Figura 4 – Votos obtidos na eleição presidencial, 2002 (%).....	32
Figura 5 – Candidatos mais votados na 1ª volta, eleições presidenciais (2007 e 2012).....	32
Figura 6 – A evolução da Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente	34
Figura 7 – Média da volatilidade eleitoral de Timor-Leste de 2001 a 2012	44
Figura 8 – A volatilidade individual dos partidos em Timor-Leste de 2001-2012	46
Figura 9 – A evolução do NEPE e NEPP em Timor-Leste de 2001 a 2012.	69

Figura 10 – Mapa de volatilidade individual da FRETILIN, por distrito (2007-2012)	76
Figura 11 - Mapa de volatilidade individual do Partido Democrático (PD) por distrito (2007-2012)	77
Figura 12 – Mapa de volatilidade individual do partido PSD-ASDT, por distrito (2007-2012).....	77
Figura 13 – Mapa de volatilidade individual do partido CNRT, por distrito (2007-2012) .	78
Figura 14 – A evolução das liberdades civis e direito político, de 2001-2014.....	84
Figura 15 – A evolução do índice da democracia em Timor-Leste de 2001-2014	85

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo e Metas da Investigação

Esta investigação pretende descrever a natureza da institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste de 2001 até 2012. Para este efeito, pretende-se, com esta dissertação: utilizar as dimensões das características dos sistemas de partidos tal como é que a sua origem se demonstrou na «Terceira Vaga da democratização» para definir e operacionalizar o conceito do nosso sistema partidário de Timor-Leste. Sendo assim, iremos utilizar os principais critérios da institucionalização dos sistemas de partidos identificados por Mainwaring (1998, 1999). A análise destas dimensões será complementada pelo estudo das dimensões das tipologias do enquadramento dos sistemas partidários competitivos proposto por Sartori (2005). Serão, igualmente, descritas as estruturas de competição e padrões de alternância, identificados e desenvolvidos por Mair (1997). Adicionalmente, serão operacionalizados os conceitos dos principais critérios de natureza dos sistemas partidários. Desta forma, podemos processar, identificar e explicar alguns dos fatores determinantes que podem influenciar o grau da institucionalização dos nossos sistemas partidários de Timor-Leste, ao longo do período de 2001-2012.

Esta dissertação baseia-se, assim, na literatura teórica sobre as características da institucionalização do sistema partidário em democracias de terceira vaga. Nestes casos a institucionalização do sistema partidário tende a ser mais fraca comparando com os países industriais avançados. Com efeito, os sistemas partidários menos institucionalizados tendem a caracterizar-se por elevada volatilidade eleitoral; pelo domínio de um partido, pela elevada fragmentação partidária; elevada polarização entre a esquerda e a direita; com elevada personalização da política (Mainwaring & Torcal, 2005).

Esta discussão é relevante sobretudo tendo em conta o contexto e a institucionalização do sistema partidário de Timor Leste. Com efeito, o período compreendido entre as eleições de 2007 (as primeiras eleições gerais constitucionais) a 2012 tem revelado mudanças significativas no sistema partidário. Através da análise comparativa dos indicadores sobre a institucionalização do sistema partidário, é possível compreendermos até que ponto estas alterações sugerem a institucionalização do sistema partidário em Timor Leste.

Neste contexto, esta dissertação pretende descrever a natureza do sistema partidário. Uma questão operacional guia este trabalho de investigação. A questão orienta-se para o estudo do grau de institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste. Assim, tal como formulamos a seguinte questão de investigação: *Em que grau está institucionalizado o sistema partidário de Timor-Leste?*

A medição do grau de institucionalização do sistema partidário será feita com base numa matéria, amplamente reconhecida, de quatro dimensões sugeridas por Mainwaring (1998, 1999): a estabilidade dos padrões de competição interpartidária; o enraizamento dos partidos políticos na sociedade; a legitimidade das eleições; e, por fim, a organização partidária. (Mainwaring & Torcal, 2005, pp. 254–255).

Para além destas dimensões, serão analisados dois critérios adicionais, nomeadamente a fragmentação e a polarização partidária» (Sartori, 1976; Sartori e Mair, 2005). A fragmentação do sistema partidário reporta-se à análise do número de partidos políticos relevantes, enquanto o grau de polarização se reporta à distância ideológica do sistema partidário. Por fim, a análise da institucionalização do sistema partidário implica analisar, ainda, “a estrutura de competição interpartidária e, em particular, a competição pelo governo” (Mair, 1997, p. 89).

A institucionalização do sistema de partidos pode ser medida através da volatilidade eleitoral, que permite analisar as mudanças de posição entre os eleitores e os partidos políticos numa eleição para outra. A volatilidade eleitoral refere-se à transferência agregada de votos de um partido para os outros, de uma eleição para a próxima (Pedersen, 1979). O índice de volatilidade eleitoral é, assim, um indicador de mudança nos sistemas de partidos que surgiu na literatura da política comparada em meados dos anos setenta (Jalali, 2007, p. 309). Assim, a volatilidade é computada somando-se a mudança líquido em percentagem de votos ganhos ou perdidos por cada partidos de uma eleição para outra e depois dividindo-se por dois (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 256). Quando o índice de volatilidade eleitoral é baixo, estamos perante uma maior estabilidade na posição entre eleitores e partidos políticos entre eleições.

Além disso, analisaremos, também, o *número de partidos políticos* nos níveis eleitorais e nos níveis parlamentares, para estimar a fragmentação partidária e os padrões de

estabilidade de competição interpartidária. Para este efeito, será feito o cálculo do Número Efetivo dos Partidos Eleitorais (NEPE) – que reflete o número de partidos na arena eleitoral - e o Número Efetivo dos Partidos Parlamentares (NEPP) – relativo ao número dos partidos políticos que se conseguem ter assentos no Parlamento (Laakso & Taagepera, 1979). Estas duas medidas são cruciais para analisa o nível de fragmentação partidário. Neste caso, será feita utilizar o número efetivo dos partidos políticos em que propor por Laakso & Taagepera (1979). Paralelamente à análise da fragmentação partidária iremos analisar o grau de desproporcionalidade. Analisa-se, em particular, o efeito do sistema eleitoral sobre o número efetivo dos partidos políticos, através da fórmula de Gallagher (Gallagher & Mitchell, 2005). Portanto, para sustentar esta análise, é necessário definimos a nossa metodologia e técnicas de trabalho do campo.

1.2. Metodologia e técnicas de operacionalização da investigação

O objetivo desta investigação é descrever a institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste. Para tal, a prioridade do método para a nossa investigação é utilizamos uma análise descritiva. Embora, os dados para esta investigação são os números partidos políticos e percentagem de votos que se obtiveram pelos partidos políticos nas eleições de 2001 e 2012. No entanto, os números de percentagem dos votos podem ser processarmos e explicarmos descritivamente. Nesta abordagem possibilitar-nos-á construir o processo da nossa investigação que se ênfase nas *inferências de científica*.

“Social science research, whether quantitative or qualitative, involves the dual goals of describing and explaining. Description and explanation both depend upon rules of scientific inference” (King, Keohane, & Verba, 1994, p. 34)

Portanto, o que é que vai nós explicar, é, o que é que nós queremos conduzir no caminho de investigação, de acordo com as regras inferência científico. A qual no processo da nossa investigação, recolher os dados, processar a descrição, analisar e explicar sobre o grau de institucionalização do sistemas de partidos. Além de processar os dados, e procurar de responder a nossa questão de investigação, procuramos explicar os fatores que explicam o grau de institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste.

“Even if explanation – connecting causes and effect – is the ultimate goal, description has a central role in all explanation, and it is fundamentally important in and of itself.” (King et al., 1994, p. 34)

Sendo assim, o processo no campo de trabalho da nossa investigação poderemos realizar-se em seguintes técnicas: as técnicas de recolher e definir fontes dos dados; técnicas de processamento e analisar os dados. Nas técnicas de recolher e a definição das fontes de dados, podemos identificar algumas instituições relevantes que se podem fornecer os dados necessários para analisar a institucionalização do nosso sistema partidário, as instituições importante em que podemos identificar são como se segue:

- Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Estas duas instituições desempenham um papel importante nas eleições gerais que se tem as suas *competências legais* nas realizações das eleições gerais; publicação dos documentos dos resultado das eleições e a todos os atos relacionados sobre aos processos de realizações as eleições gerais. Os documentos neste contexto são os relatórios dos resultados das eleições, e os relatórios dos processos das realizações as eleições, pelo qual a grande parte dos dados que se podem sustentar a nossa análise são os processos e os resultados das eleições.
- Comunicação Social. As informações através de *jornais e media eletrónicas (rádio e televisão)* que fazem a cobertura e a documentação durante de todos os processos das eleições (*campanha eleitoral e até à formação do governo*) as suas reportagem podemos utilizar para ajudar e suportar a nossa análise. Além disso, a ainda aos outros fontes como a *“internet”* no qual podemos buscar os relatórios sobre as informações a todos os processos das eleições, por exemplo, *site* dos partidos políticos, *vídeos* das gravações atividades de eleitorais, história da resistência, e as atividades governamentais.
- Partidos políticos: um dos documentos mais importante para desta investigação é o estatuto dos partidos políticos em que podemos utilizar nas operacionalizações e analisarmos a organização partidária, principalmente partido FRETILIN, CNRT e o PD.
- Sociedade civil: a sociedade civil é também torna se importante na obtenção os dados necessários que se ajuda na analisa recolhermos alguns documentos que estavam

gravados em digitais pelas partes de religião e a organização não-governamentais (ONG) por exemplo a Igreja católica; instituições académicas; organização de juventude; organização da resistência; organizações das mulheres e a outra organização dos estudantes a qual divulgarem-se as suas perspetivas sobre ao funcionamento dos partidos políticos, eleições e as situações de consolidação da democracia em Timor-Leste.

Por outro lado, o processo de recolher os dados por via dos documentos não é suficiente. Assim para obter mais as informações necessárias para analisar, possibilitar-nos-á utilizar as técnicas de entrevistas. Esta é uma das mais estratégias utilizadas para recolher e obter de mais as informações relevantes por via de entrevistas direta com informantes. A estratégia da entrevista é importante é a determinação dos entrevistados para ser de inquiridos. Onde, os entrevistados são um dos fatores chave, e a determinação dos entrevistados de ser inquiridos são baseados nos próprios de capacidade e as experiências de conhecimentos dos inquiridos para ser acreditados e de ser entrevistados. Assim, esta investigação pode fazer as entrevistas com os inquiridos como fontes principal são como: os líderes dos partidos políticos (os partidos ganhos ou ter assentos no parlamento e os que perdem a qual não conseguir à obter assentos no parlamento), e militantes dos partidos políticos. As perguntas que se preparamos são as perguntas abertas e semiestruturadas que se concentram na estratégia dos partidos políticos para ganhar o voto de apoio e da confiança na sociedade. Neste caso, podemos escolher os partidos políticos que estas morreram e os que não conseguir obter assentos no parlamento; entrevistamos os chefes de bancadas dos partidos políticos do Parlamento Nacional e os partidos políticos que estão no governo a ser de fontes da nossa entrevistas. Enquanto, na perspetiva de funcionamento dos partidos políticos na sociedade, iremos escolher os representantes a parte de sociedade civil, e também, recolher os documentos importante que estão divulgados pela *igreja católica* e as organizações não-governamentais (ONG) na internet. Além de entrevistas, utilizarmos também o *técnico de focalização de grupo*, escolhermos seis (6) grupos, onde a cada grupo composto dois (2) e até seis (6) pessoas membros da discussão. Estes grupos são escolhermos por base do nível regionais (distritos), assim escolhermos distrito: Aileu; Ainaro; Bobonaro; Baucau; Ermera e Lospalos. Os membros que envolveram nesses

grupos das discussões são compostos por agricultores, estudantes, funcionários públicos, e comerciantes.

Após de recolhemos os dados, a fase seguida é o processo de processamento ou seja organização dos dados. Neste processo, os dados que nos tratarmos são os dados dos resultados das eleições; entrevistas e as discussões de grupos; vídeos da história e das observações campanha eleitorais, e os discursos que ainda estão ligados com partidos políticos.

Por enquanto, os dados dos resultados das eleições iremos tratar-se em cálculo do *Pedersen*; o cálculo *Laakso e Taagepera*; e o calculo de *Gallagher*. Utilizamos esses cálculos para medir os dados em que nós temos em termos dos números e a percentagem para descrever o grau de institucionalização do sistema de partidos.

A seguir é processar os resultados das entrevistas e os focos de grupos. Por fim, é a fase das técnicas de análise dos dados, a qual o que é que podemos fazer, é, o que é que vai nós processar e identificar; definir e categorizar os conceitos que se são produzidos a qual baseasse na revisão da literatura e o resultado dos dados.

Por isso, a nossa técnica de análise, a qual utilizarmos para a nossa investigação é a técnica de análise de conteúdo (*Content analysis*).

“Content analysis can be defined as a research tool focusing on the actual content and internal features of text (...) Although text can be defined as any written or spoken word, picture, videos, documentaries and films, in this study the analysis is focused on the written parts of the promotional materials and on the words and concepts used.” (Figueiredo & Raschi, 2012, p. 26).

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é definida como:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos à condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 1977, p. 44).

Onde, a maioria dos procedimentos de análise organiza-se, no entanto, em redor de um processo de categorização. A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento

segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuada em razão das características comuns destes elementos (Bardin, 1977, p. 145).

Neste caso, verificamos e analisamos as *dimensões do enquadramento da institucionalização do sistema de partidos* que propor pelos autores, em que pode a sustém como a teoria de análise para descrever e analisar a institucionalização do nosso sistema partidário de Timor-Leste, que se desenvolver a partir do capítulo da revisão literatura.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

A unidade de análise da nossa investigação é o sistema de partidos e a sua institucionalização no contexto de Timor-Leste. Este capítulo dedica-se à análise da definição e classificação das tipologias de sistemas de partidos e os indicadores que podem ser mobilizados para o estudo do sistema e da institucionalização do sistema partidário timorense.

2.1. Sistemas Partidários

Para Sartori (1976), podemos definir sistema partidário da seguinte forma:

“O conceito de sistema é desprovido de qualquer significado – tendo em conta os objetivos da investigação científica – a menos que (i) o sistema apresenta propriedades que não pertencem a uma consideração separadas dos elementos que o compõem e (ii) o sistema seja o resultado e consista nas interações das partes que o compõem, implicando, assim, que tais interações fornecem as fronteiras, ou pelo menos os limites, do sistema (...) Assim, os partidos são parte do «sistemas» apenas quando são partes (no plural); e uma sistema de partidos é precisamente o sistema de interações resultantes da competição interpartidária.” Sartori (1976: 43-44) [tradução do inglês extraído do livro de Jalali, 2007, p. 179].

Para Mainwaring e Torcal (2005), o “sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas”. À semelhança de Sartori (1976), os autores destacam que um sistema partidário deve ter, pelo menos, dois partidos, existindo “regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo, mesmo que alguns deles ascendam e outros declinem”. Por fim, a existência de um sistema de partidos implica a institucionalização dos partidos, ou seja, a sua continuidade (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 252).

A interação dos partidos não ocorre apenas em termos de competição. Com efeito, a interação pode resultar da cooperação entre os componentes de um sistema (Ware, 1996, p. 7; Pennings & Lane, 1998, p. 4). As interações de competição e de cooperação são cruciais na medida em que podem modelar o comportamento eleitoral e ajudar o eleitor a conhecer as posições dos partidos e a tomar a opção de voto. Tal como Eijk & Franklin (2009), destacam:

“... a party system is simply the structure of competitive and collaborative relationship between parties. These relationships provide considerations that voters will need to bear in mind when deciding how to vote” (Eijk & Franklin, 2009, p. 12).

As interações de cooperação e competição entre partidos são importantes nos sistemas partidários. Não podemos, por isso, considerar existir um sistema partidário quando existe apenas um partido político. Nestes cenários, podem existir interações dentro do próprio partido, isto é, podemos observar interações de competição e/ou colaboração entre os militantes de um partido político. Contudo, a noção de sistema partidário implica a existência de interações interpartidárias e não apenas intrapartidárias.

As interações (de cooperação ou de competição) podem ocorrer em três níveis distintos dos sistemas partidários: ao nível eleitoral e parlamentar e assim também a nível governamental (Lane & Ersson, 2007, p. vii). Ao nível governamental, a estabilidade da estrutura de competição e de cooperação depende dos padrões de alternância no governo. Tal como Peter Mair (1996, p. 84) destaca,

“... Party system is centred on the assumption that there exists a stable structure of competition. Structure of competition can be seen to be either closed (and predictable) or open (and unpredictable), depending on the patterns of alternation in government, the degree of innovation or persistence in processes of government formation, and the range of parties gaining access to government.” (Mair, 1996, p. 84).

Assim, a estrutura de competição pode corresponder a uma competição fechada (e previsível) ou aberta (e imprevisível), dependendo nos padrões de alternância no governo, o nível de inovação no processo de formação do governo, o número de partidos políticos que ganham acesso ao governo. Podemos falar de um sistema partidário institucionalizado quando a interação dos partidos na arena governamental se torna previsível e estável ao longo do tempo (Bértoa & Mair, 2012, p. 87). Com efeito, Huntington (1968, p. 12) afirma que a: “institucionalização é o processo pelo qual as organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade”. Ou seja, a institucionalização refere-se a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, e universalmente aceite. Os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização prevalecerá no futuro previsível. Em política, institucionalização significa que os atores políticos têm expectativas claras e

estáveis em relação ao comportamento dos outros atores (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 254). Portanto, quando um sistema partidário está institucionalizado os atores políticos podem gerir as suas expectativas e os seus comportamentos estratégicos com base nas premissas das regras fundamentais da competição e de cooperação entre partidos políticos, os quais são previsíveis. Um sistema não institucionalizado, ou com fraca institucionalização, pelo contrário, implica que os atores tenham dificuldades para gerir as suas expectativas, dado que os padrões de cooperação e de competição são imprevisíveis.

Tendo compreendido em que consiste a institucionalização dos sistemas partidários, torna-se necessário definir e classificar as suas tipologias e os seus indicadores operacionais, a que nos dedicamos na secção seguinte.

2.2. As Classificações Clássicas dos Sistemas Partidários

De acordo com Pennings & Lane (1998) os estudos sobre os partidos políticos e os sistemas partidários estão associados com processos de democratização na Europa Ocidental. Por esta razão, tendem a estar interligados com as características históricas, sociais, culturais, económicas e políticas dos Países desta região.

Há contudo, indicadores que são centrais na análise dos sistemas partidários. Duverger (1954) classifica os sistemas partidários com base no número dos partidos políticos, distinguindo entre sistemas bipartidários e multipartidários. Os sistemas bipartidários, que encontramos nos Estados Unidos e em Inglaterra, tendem a surgir associados a maior accountability, alternância no governo, e a uma competição mais moderada e centrípeta. Os sistemas multipartidários tendem a caracterizar-se pela formação de governos de coligação, em que a alternância partidária no governo é menos facilitada e em que os partidos mais extremistas podem sobreviver. Podemos encontrar exemplos de sistemas multipartidários na Holanda e em Itália (Mair, 1996, pp. 84–85).

Outros autores consideram que as estruturas de interação dos partidos políticos são importantes indicadores na análise dos sistemas partidários. Dahl (1966) distinguiu quatro tipologias do sistema de partidos tais como; “*strictly competitive systems, cooperative-competitive system, coalescent-competitive systems, strictly coalescent systems.*” (Mair, 1996, p. 85). Blondel (1968) desenvolveu uma tipologia que tem em conta não apenas o

número dos partidos em competição, mas também o seu tamanho relativo e o seu posicionamento ideológico. Estas dimensões permitiram distinguir quatro tipologias de sistemas de partidos: sistemas bipartidários; sistemas de dois partidos e meio; sistemas multipartidários com um partido dominante e sistemas multipartidários sem um partido dominante (Mair, 1996, p. 85).

Rokkan (1968) identificou três tipos de sistemas de partidos: o tipo do sistema anglo-saxónico, dominado pela competição entre os dois maiores partidos políticos, com um terceiro pequeno partido; o sistema escandinavo, que apresenta um partido dominador que é regularmente confrontado com três ou quatro pequenos partidos; o sistema multipartidário equilibrado, dominado por três ou mais partidos com igual peso.

Por fim, a abordagem de Sartori (1976) permitiu articular não apenas o número de *partidos políticos relevantes* e a *distância ideológica* que separa os partidos políticos existentes (Mair, 1996, p. 86). Segundo Sartori (1976) nem todos os partidos são «*relevantes*» neste modelo. Apenas são considerados os partidos como poder de *coligação* ou de *chantagem*, na medida em que são estes que afetam a natureza e direção da competição. Assim, emergem quatro tipos de sistemas de partidos. Em primeiro lugar, os sistemas bipartidários, que se caracterizam pela existência de dois partidos em condições de competir por uma maioria absoluta; um dos dois partidos consegue, de facto, ganhar uma maioria parlamentar suficiente; este partido está disposto a governar sozinho; e a alternância no poder mantém-se como uma expectativa credível. Em segundo lugar, sistemas partidários com pluralismo moderado, casos em que existe uma fragmentação limitada e competição centrípeta moderada, e em que não existem partidos antissistema relevantes; uma distância ideológica relativamente pequena entre os partidos relevantes; uma configuração coligacional bipolar; e uma competição centrípeta. Terceiro, *pluralismo polarizado* – sistemas de partidos altamente fragmentados e ideologicamente polarizados, caracterizados por: existência de partidos antissistema relevantes; existência de oposições bilaterais e “irresponsáveis”; ocupação métrica do centro; elevada polarização ideológica; dinâmica *centrifuga*; e “partidos que discordam não apenas sobre políticas, mas também mais importante ainda, sobre princípios e fundamentos”. Por fim, os *sistemas monopartidários* caracterizam-se pela existência de um único partido que consistentemente obtém maiorias parlamentares (Jalali, 2007, pp.180-181).

Na Tabela 1 são apresentadas as diferentes tipologias de sistemas partidários e os principais critérios usados por diferentes autores.

Tabela 1 – Tipo de sistema partidário clássico

<i>Author</i>	<i>Principal criteria for classification</i>	<i>Principal types of party system identified</i>
<i>Duverger (1945)</i>	<i>Numbers of parties</i>	<i>Two-party systems</i>
		<i>Multiparty systems</i>
<i>Dahl (1966)</i>	<i>Competitiveness of opposition</i>	<i>Strictly competitive</i>
		<i>Cooperative-competitive</i>
		<i>Coalescent-competitive</i>
		<i>Strictly coalescent</i>
<i>Blondel (1968)</i>	<i>Numbers of parties</i>	<i>Two-party systems</i>
	<i>Relative size of parties</i>	<i>Two-and-a-half-party systems</i>
		<i>Multiparty systems with one dominant party</i>
		<i>Multiparty systems without one dominant party</i>
<i>Rokkan (1968)</i>	<i>Numbers of parties</i>	<i>The British-German “1 vs. 1 + 1” system</i>
	<i>Likelihood of single-party majorities</i>	<i>The Scandinavian “1 vs. 3–4” system</i>
	<i>Distribution of minority party strengths</i>	<i>Even multiparty systems: “1 vs. 1 vs. 1 + 2–3”</i>
<i>Sartori (1976)</i>	<i>Number of parties</i>	<i>Two-party systems</i>
	<i>Ideological distance</i>	<i>Moderate pluralism</i>
		<i>Polarized pluralism</i>
		<i>Predominant-party systems</i>

Fonte: Mair, (1997, p.202).

Todos os autores consideram o número de partidos políticos, embora ponderem diferentes critérios de interação dentro de um sistema partidário, tal como; Dahl (1966) com base nos critérios de “competitividade” da oposição; Blondel (1968) com base no número de partidos e a relatividade ao peso (tamanho) dos partidos; enquanto Rokkan (1968) tem em conta com a *existência* e a possibilidade de acesso dos pequenos partidos entre os maiores partidos políticos e Sartori (1976) enfatiza o número dos partidos relevantes (a fragmentação partidária) e a distância ideológica.

Para Sartori (1976) nem todos os partidos são «relevantes». Apenas são considerados os partidos como poder de coligação ou de chantagem, na medida em que são estes que afetam a natureza e direção da competição. Assim emergem quatro tipos de sistemas de partidos: primeiro sistemas bipartidário – caracterizado pela existência de dois partidos em condições de competir por uma maioria absoluta; um dos dois partidos consegue, de facto,

ganhar uma maioria parlamentar suficiente; este partido está disposto a governar sozinho; e alternância no poder mantém-se como uma expectativa credível. Segundo, pluralismo moderado – sistemas de partidos com fragmentação limitada e competição centrípeta moderada, caracterizados por: inexistência de partidos antissistema relevantes; uma distância ideológica relativamente pequena entre os partidos relevantes; uma configuração coligacional bipolar; e uma competição centrípeta. Terceiro, *pluralismo polarizado* – sistemas de partidos altamente fragmentados e ideologicamente polarizados, caracterizados por: existência de partidos antissistema relevantes; existência de oposições bilaterais e “irresponsáveis”; ocupação métrica do centro; elevada polarização ideológica; dinâmica *centrífuga*; e “partidos que discordam não apenas sobre políticas, mas também mais importante ainda, sobre princípios e fundamentos”. Por fim, *sistema monopartidário* onde um único partido consistentemente obtém maiorias parlamentares (...) [tradução do inglês extraído do livro de Jalali, 2007, pp 180-181].

2.3. Classificações dos sistemas partidários contemporâneos

Partindo destas classificações clássicas das tipologias dos sistemas partidários, é útil acrescentarmos também a nossa análise numa abordagem alternativa, proposta por Mair (1996: 89) que desenvolveu tipologias do sistema de partidos nas dimensões das *estruturas de competição*, especialmente numa *competição para o governo*. Baseia-se no pressuposto de que um sistema de partidos implica a existência de estruturas de competição estáveis. A natureza da estrutura de competição depende de três fatores interrelacionados: Em primeiro lugar, a natureza da estrutura de competição depende do padrão de alternância no governo. Esta pode ser *completa* (com a substituição de todos os partidos no governo por partidos anteriormente na oposição); *parcial* (o novo governo inclui pelo menos um partido que fazia parte do anterior governo); ou *inexistente* (ausência total de alternância). Em segundo lugar, a natureza da estrutura de competição depende da inovação no governo, isto é, até que ponto são utilizadas fórmulas inovadoras na formação do governo, isto é, “se o partido ou combinações de partidos já haviam formado o governo com esse formato específico”. E por fim, a natureza da estrutura de competição contempla a abertura a novos partidos, isto é, se todos os partidos relevantes são capazes de aceder ao governo ou se este é limitado a um subconjunto dos partidos relevantes (Mair, 1997, p. 208, tradução do inglês extraído do

livro de Jalali. 2007, pp 182). Na Tabela 2 apresenta-se a natureza da estrutura de competição pelo governo, de acordo com a tipologia de Mair (1997).

Tabela 2 – A estrutura de competição partidário e o padrão de alternância

Estruturas de competição		
	<i>Fechadas</i>	<i>Abertas</i>
<i>Pattern of Alternation in government</i>	<i>Wholesale alternation or no alternation</i>	<i>Partial alternation</i>
<i>Types of governing formulas</i>	<i>Familiar</i>	<i>Innovative</i>
<i>Access to government office</i>	<i>Restricted to few parties</i>	<i>Open to many parties</i>
<i>Examples</i>	<i>United Kingdom New Zealand, to mid-1990s Japan, 1955-1993 Ireland, 1948-1989</i>	<i>Netherlands Denmark Newly emerging party system</i>

Fontes: Mair (1996, p.95).

Estas classificações das tipologias do Sartori (1976) e de Mair (1997) podem ser complementadas com a análise dos níveis das dimensões de institucionalização dos sistemas de partidos de Mainwaring (1998, 1999; Mainwaring & Torcal, 2005). Neste sentido, tal como demonstrado na Tabela 3, desenvolveram-se quatro dimensões dos sistemas partidários, as quais serão mobilizadas para analisar a institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste.

Tabela 3 – Tipos de sistemas partidários

Dimensões	Mainwaring (1998, 1999); Mainwaring & Torcal (2005)	Mair (1997)	Sartori (1976)	Kuenzi e Lambright (2001)	Croissant e Völkel (2007)
Padrões competição interpartidário	Volatilidade eleitoral	Padrões de alternância no governo; Tipo de fórmula governo; A abertura a novos partidos; Que partidos governam? e a estrutura de competição	Número partido relevante (NEPE e NEPP); Fragmentação limitada; Inexistência de partidos antissistema relevante; Não polarizado e alternância numa coligação bipolar	Volatilidade eleitoral	Volatilidade eleitoral e mandatos
Enraizamento partidos políticos na sociedade	Mapa volatilidade eleitoral distrital e regional; foco grupo.	-	-	A idade de partido que recebe $\geq 10\%$ em mandatos na última eleição;	A idade de partido ≥ 10 anos, e ≥ 25 anos que recebe $\geq 10\%$ em mandatos nos últimos eleições;
Legitimação eleitoral	Eleições livre e justas; índice democracia; Foco grupo	-	-	Se alguns maiores partidos boicote a eleição; Se os partidos que perdem aceitem resultado eleições; se a eleição é considerável livre e justas	Eleições livre e justas
Organização partidária	Ideologia; programas eleitorais; entrevistas	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 3 – SISTEMAS POLÍTICOS

Neste capítulo iremos descrever o funcionamento do regime semipresidencialista timorense, o seu sistema eleitoral, e os partidos políticos, dado tratarem-se de componentes do sistema político que podem explicar a institucionalização do sistema partidário.

3.1. O regime semipresidencialista

O regime semipresidencialista é definido por Duverger (1980, citado em Shugart, 2005, p. 324) como:

“A president who is popularly elected; The president has considerable constitutional authority; There exists also a prime minister and cabinet, subject to the confidence of the assembly majority” (Shugart, 2005, p. 324).

Com base na definição de Duverger (1980), surgiram várias definições do regime semipresidencialista. Como tal, segundo Elgie (2004) identifica três tipos gerais de definições de semipresidencialismo: os que são essencialmente relacionais; os que são essencialmente disposicionais; e os que combinam elementos relacionais e disposicionais. As definições relacionais baseiam-se nos “poderes efetivos dos atores políticos” de um regime específico (Elgie, 2004, p. 316), e o que importa nestas é a realidade do poder executivo e da liderança política dentro do regime. O semipresidencialismo ocorre, assim, quando “o chefe de Estado exerce um poder executivo efetivo sobre o primeiro-ministro e o governo” (O’Neil, 1993, p.197, citado em Elgie, 2004, p.316); e, de igual modo, não ocorre quando o chefe de Estado não exerce esse poder executivo efetivo. As definições disposicionais, por sua vez, “referem-se simplesmente às características da estrutura institucional dentro das quais um determinado tipo de relação de poder pode ocorrer”. Assim, o semipresidencialismo é “a situação onde um presidente eleito popularmente e com um mandato de termo fixo coexistem com um primeiro-ministro e restantes ministros que são responsáveis perante o parlamento” (Elgie, 1999, p. 13). Finalmente, as definições mistas combinam elementos disposicionais e relacionais, sendo talvez o melhor exemplo destas a conceção original de Duverger do semipresidencialismo que enquadra as situações em que um presidente eleito por sufrágio universal e com “com poderes relativamente

consideráveis” coexiste com um governo que tem poder executivo e que depende do parlamento para a sua sobrevivência (Duverger, 1980, p. 166, citado por Jalali, 2007, p. 222).

De acordo com as definições de Duverger (1980) e de Elgie (2004) a institucionalização do regime semipresidencialista em Timor-Leste foi em 2002, com a aprovação de uma nova Constituição da República Democrática de Timor-Leste no dia 22 de Março de 2002 pelos treze partidos políticos com oitenta e oito membros da Assembleia Constituinte, após meses de debates e negociações entre as elites políticas (Feijó, 2014). Com esta revisão, o Presidente da República é eleito diretamente por sufrágio universal e para um mandato fixo, e por seu lado a Assembleia Constituinte tornou-se a primeira legislatura do Parlamento Nacional no mandato de 2002-2007. O Presidente e o Parlamento têm eleições separadas para um mandato fixo. Existe um Primeiro-Ministro que é o chefe do Governo, que não é eleito diretamente por sufrágio universal, sendo antes indigitado pela maioria parlamentar, e é nomeado pelo Presidente da República. E os restantes membros do governo foram nomeados pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro.

Contudo, o exercício dos cargos de Primeiro-Ministro e de membros do governo dependem da confiança do Parlamento Nacional, mas também da confiança do Presidente da República, e assim o Primeiro-Ministro e os seus membros do governo não detêm um poder para um mandato fixo. Neste caso, tal como podemos ver na Tabela 4, os períodos presidenciais são relativamente fixos para cinco anos, enquanto o governo pode ter mudanças mais frequentes.

Tabela 4 – Períodos presidenciais e governamentais de 2002 a 2007

Períodos	Presidente da República	Primeiro-Ministro
2002-2007	José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão	1º Mari Bin Amudin Alkatiri
		2º José Ramos Horta
		3º Estánislau da Silva
2007-2012	José Ramos Horta	4º José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão
2012-2017	José Maria de Vasconcelos (<i>Taur Matan Ruak</i>)	5º José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão
		6º Rui Maria de Araújo

Fonte: Elaboração própria

Qual é o grau do poder do Presidente da República Democrática de Timor-Leste? Que tipo de poder atribui a Constituição ao Presidente da República?

Neto e Lobo (2014, p. 439), nos seus cálculos sobre os poderes presidenciais lusófonos, utilizam o cálculo de Siaroff (2003) e identificam os poderes constitucionais dos Presidentes da República. Os resultados demonstram que o Presidente da República de Timor-Leste detém um poder muito limitado sobre o Primeiro-Ministro e membros do governo. Olhando para a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL), os autores atribuem apenas 8,5 pontos depois de Portugal e Cabo Verde que tem 9,5 pontos. Aos poderes presidenciais não-legislativos foram atribuídos 4 pontos, e em termos de poderes *legislativos*, os autores atribuem 4,5 pontos (Feijó, 2014, p.114). É um poder presidencial muito limitado.

De acordo com Shugart e Carey (1992) há dois subtipos de regime semipresidencialista: *premier-presidencial* e *presidencial-parlamentar* (Shugart, 2005, pp. 332–333). Sob o modelo *premier-presidencial*, o Primeiro Ministro e os membros do governo são responsáveis unicamente perante o Parlamento Nacional, enquanto no modelo de *presidencial-parlamentar* o Primeiro-Ministro e o governo além de responsável perante ao Parlamento Nacional, é também responsável perante o Presidente da República (Shugart, 2005, p. 333). No caso de Timor Leste, estamos perante o segundo subtipo de regime semipresidencial, uma vez que a Constituição prevê que “o Governo responde perante o Presidente da República e o Parlamento Nacional pela condução e execução da política interna e externa ...” (CRDTL, artigo 107).

Todavia, o Presidente da República não contém nenhum poder político efetivo dentro do executivo. O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo e garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas. Ele é o Comandante Supremo das Forças Armadas (CRDTL, artigo 74). O Presidente da República é eleito por sufrágio universal, livre, direto, secreto e pessoal (CRDTL artigo 76, 1ª alínea) para um mandato com a duração de cinco anos e cessa as suas funções com a posse do novo Presidente eleito (CRDTL artigo 75, 2ª alínea). O Presidente da República elege e demite o Primeiro-Ministro indigitado pela maioria parlamentar e os membros do Conselho de Ministros sob a proposta do Primeiro-Ministro (CRDTL artigo 106 e 112).

Apesar de o Presidente da República não deter nenhum poder efetivo no executivo, o Primeiro-ministro e o governo não são livres na execução das suas competências, por que eles são responsáveis perante o Parlamento e o Presidente da República. O Presidente da República não usa, contudo, livremente os seus poderes de nomeação e de demissão. Com efeito, apenas pode demitir o executivo no início de nova legislatura; quando o pedido de demissão é feito pelo Primeiro-ministro e aceite pelo Presidente da República; em cenários de morte ou incapacidade permanente o chefe do Governo; quando o programa do governo é rejeitado pelo Parlamento Nacional consecutivamente e não existe a votação de confiança; na sequência de existe uma moção censura com uma maioria absoluta em presença; e em cenários de crise de funcionamento das instituições democráticas, depois de ouvido o Conselho do Estado (CRDTL, artigo 112). Neste contexto, podemos afirmar que o caso de Timor-Leste é um regime semipresidencialista moderado e inclusivo num contexto de “*check and balance*” (Feijó, 2014).

O sistema eleitoral contribui, também para um regime semipresidencialista moderado e inclusivo, tal como descreveremos na secção seguinte. Por ora, destaque-se que as eleições presidenciais não são partidárias, isto é, os candidatos não dependem de partidos políticos. São, antes, candidatos independentes, embora possam ser apoiados por alguns partidos, tal como se pode confirmar nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Os candidatos eleitos de 2002 a 2012

	Candidatos	Filiação Partidário
2002	José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão	Independente
2007	José Ramos Horta	Independente
2012	José Maria de Vasconcelos (<i>Taur Matan Ruak</i>)	Independente

Fonte: Elaboração própria

Tabela 6 – Os candidatos derrotados na eleição presidencial de 2002 a 2012

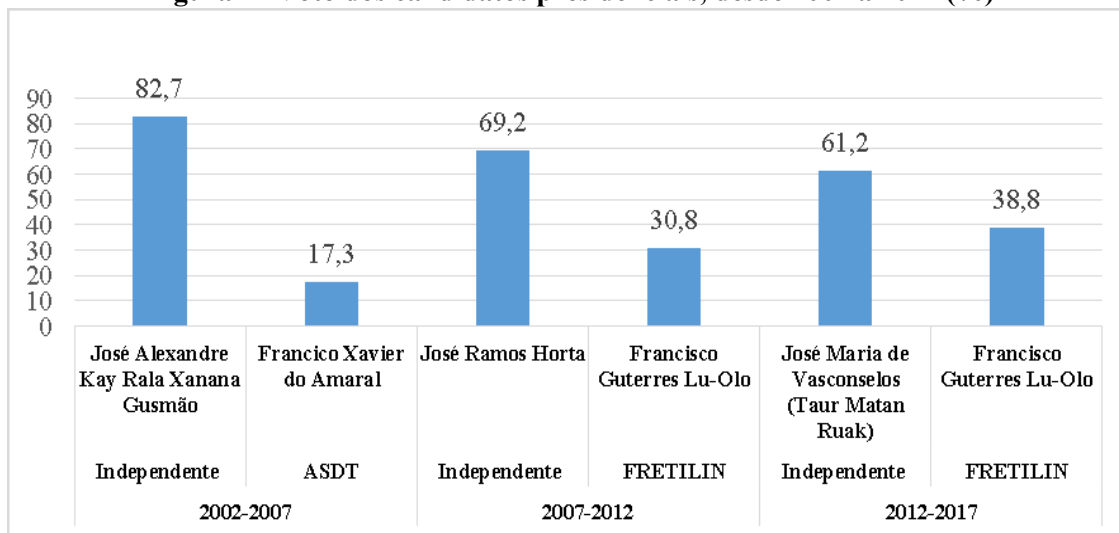
	Candidatos	Filiação Partidário
2002	Francisco Xavier do Amaral	ASDT
2007	Francisco Guterres (Lu-Olo)	FRETILIN
2012	Francisco Guterres (Lu-Olo)	FRETILIN

Fonte: Elaboração própria

Nenhum dos candidatos partidários ganhou as eleições presidenciais, nos períodos da nossa análise de 2001 a 2012. Nos casos em que a eleição presidencial ocorre na segunda volta, os candidatos derrotados tendem a ser aqueles apoiados por partidos

políticos, com uma considerável diferença na percentagem de votos, conforme explicitado na Figura 1.

Figura 1 –Voto dos candidatos presidenciais, desde 2002 a 2012 (%)



Embora, a adoção dum sistema eleitoral maioria segunda volta para eleição presidencial, também coloca um Presidente da República é uma figura mais representatividade acima de todas as frações políticas que tiveram ou seja não tiver nenhum assento no Parlamento. Foi assim, ajuda o Presidente da República tem poder para equilibrar com todos os partidos políticos no Parlamento, o Governo, e a sociedade, na qualidade em que ele é que garantir a estabilidade da democracia e a unidade nacional, como chefe do Estado deve ser.

Por outro lado, quando um chefe do Estado independente, também ajudar a posição do Presidente da República para não gerir de mais os conflitos interesses partidários com o Governo como maioria parlamentar. Neste caso, reduzir o que habitualmente conhecido com a *coabitação* em que o regime semipresidencialista tem. A coabitação é uma situação quando ocorre onde o Presidente da República e o Governo são de partidos diferentes, uma de maioria parlamentar que é o formar o governo, e outra é da oposição parlamentar que é o de Presidente da República. Ou seja, o Presidente da República é de partido oposição, enquanto o Primeiro-Ministro e os seus membros do governo são dum partido ou coligação maioria parlamentar (Elgie & McMennamin, 2011, p. 618). Neste caso, tanto no primeiro período de 2002 a 2007, como no período de 2007 a 2012 o Presidente da República foi sempre independente, tal mostramos na tabela 5. Contudo, o

primeiro período, é um período de conflituoso (*coabitação*) entre o Presidente da República Xanana Gusmão e o Primeiro-Ministro Mari Alkatiri da FRETILIN (Beuman, 2006). O conflito entre o Presidente da República Xanana Gusmão e o Primeiro-Ministro Mari Alkatiri demonstrou ainda a natureza do perigo do regime semipresidencialista. A coabitação em novas democracias que leva a instabilidade da defesa e segurança em 2006, tal como o caso de Timor confirma (Beuman, 2006). O conflito entre o Presidente da República neste caso não é partidário mas sim é um conflito ainda assim é num contexto de poder executivo dividido.

3.2. Sistema eleitoral

Segundo Gallagher e Mitchell (2005) o sistema eleitoral é: “...*the set of rules that structure how votes are cast at elections for a representative assembly and how these votes are then converted into seats in that assembly*” (Gallagher & Mitchell, 2005, p. 3). Esta definição do sistema eleitoral pode ser considerada de duas formas. Por um lado, reporta-se ao conjunto de normas que regulam de todos os processos das eleições. Por outro lado, refere-se às normas relativas ao processo de conversão de votos em mandatos. O princípio da escolha de fórmulas de conversão de votos em mandatos depende do princípio de representatividade. Podem ser aplicados princípios de representação maioritários ou princípios de representação proporcionais (Freire & Lopes, 2002, pp. 92–93). Cada um destes tem as suas vantagens teóricas diferentes e efeitos sobre os sistemas partidários, tal como classificou Nohlen (1994, p.112-113), descrito na tabela seguinte:

Tabela 7 – As vantagens dos sistemas de representação maioritário e proporcional

Sistema de representação maioritário	Sistema de representação proporcional
Impedir a fragmentação do sistema de partidos, pois os pequenos partidos têm poucas possibilidades de obter representação parlamentar.	Facilitar a representação de todos os interesses e opiniões políticas no Parlamento, tendo em conta o seu peso relativo no eleitorado.
Induzir a concentração do sistema de partidos num formato de tipo bipartidário, pelo menos ao nível parlamentar.	Impedir a formação de maiorias parlamentar demasiado artificiais, isto é de maiorias parlamentares que tem fraca correspondência em termos de percentagem de votos
Fomentar a estabilidade governativa ao facilitar a formação de maiorias monopartidárias no parlamento.	Estimular a negociações de coligações maioritárias e o compromisso político entre diversas forças sociais, entre os grupos étnicos e religiosos, etc.
Estimular a moderação política, pois os maiores partidos são obrigados a competir pelo eleitorado centrista, o qual determina em larga medida a	Impedir mudanças políticas extremas causadas mais pelas distorções do sistema eleitoral do que por mudanças nas atitudes e opiniões do eleitorado.

vitoria de cada um dos dois principais concorrentes. Esta necessária convergência dos dois maiores partidos para captar o eleitorado centrista resulta na necessidade de plataformas políticas moderadas.	
Facilitar a alternância dos partidos no domínio do poder executivo, porque uma pequena variação nas percentagens de votos de cada um dos partidos poderá dar origem a uma forte variação no número de lugares que lhes é atribuído no parlamento.	Refletir melhor as mudanças sociopolíticas, permitindo um acesso mais fácil destas novas tendências à representação parlamentar.
Através do seu voto, o eleitor tem uma influência direta na formação do governo. Isto é, como o sistema facilita a formação de maiorias parlamentares monopartidárias (absolutas), o partido mais votado geralmente forma governo. Por isso, a formação deste está menos dependente das negociações pós-eleitorais entre os partidos, as quais se verificam geralmente quando nenhum partido obtém a maioria (absoluta) no parlamento, traço típico dos sistemas de representação proporcional.	Impedir a formação de sistema de partidos dominantes, onde tais partidos devem a sua posição mais aos efeitos do sistema eleitoral do que ao seu peso efetivo no eleitorado.
Como geralmente se formam maiorias parlamentares monopartidárias, um único partido controla o poder executivo nacional e, por isso, é mais clara a atribuição de responsabilidades políticas a esse partido, pelo seu exercício governativo.	-

Fonte: Lopes e Freire (2002, pp. 94-96).

Na ausência de instituições políticas timorenses, a primeira adoção do sistema eleitorais foi feita pela *United Nation Transitional Administration for East Timor* (UNTAET). Assim, na Tabela 8 apresentam-se as regras fundamentais das eleições em Timor-Leste, desde 2002.

Tabela 8 – Leis fundamentais das eleições em Timor-Leste de 2001 a 2012

Regulamentos e Leis	Fontes	Descrição
Reg.2001/2	http://www.jornal.gov.tl/lawsTL/UNTAET-Law/Regulations%20Portuguese/Reg2001-02por.pdf	Regulamento sobre a eleição de uma Assembleia Constituinte (AC) para a elaboração da Constituição de um Timor-Leste independente e democrático
Reg.2002/1	http://www.jornal.gov.tl/lawsTL/UNTAET-Law/Regulations%20Portuguese/Reg2002-01por.pdf	Regulamento sobre a eleição do Primeiro Presidente da República de Timor-Leste
Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) 2002	http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf	Artigo 1º A República é um Estado de direito democrático, ...; Artigo 7º sobre sufrágio universal e multipartidarismo; Artigo 46º sobre direito de participação política; Artigo 47º sobre direito de sufrágio; Artigo 65º sobre eleições; Artigo 70º sobre partidos políticos e direito de oposição; Artigo 75º sobre elegibilidade e artigo 76º sobre eleição presidencial. E o artigo 93º é sobre a eleição e

		composição do Parlamento Nacional.
Lei no.5/2006	http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/5_2006.pdf	Leis sobre órgão da Administração eleitoral
Lei no.6/2011	http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2011/serie_1/serie1_no23.pdf	
Lei no.7/2006	http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/7_2006.pdf	Leis sobre eleições presidenciais de Timor-Leste
Lei no.5/2007: primeira alteração da Lei no.7/2006	http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2007/serie_1/serie1_no7.pdf	
Lei nº.8/2011: segunda alteração à Lei nº.7/2006	http://www.jornal.gov.tl/?q=node/1143	
Lei no.6/2006	http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/6_2006.pdf	Leis sobre as eleições parlamentares
Lei nº.7/2011: 2ª alteração à Lei nº.6/2006	http://www.jornal.gov.tl/?q=node/800	

Fonte: Elaboração própria

Nas eleições de 2007 e 2012, a base fundamental foi a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, em particular o artigo 7 sobre o sufrágio universal e multipartidarismo. As leis eleitorais tal como mostramos na Tabela 8 determina que as listas de candidatos podem ser apresentadas por partidos políticos isoladamente ou em coligação eleitoral. Determina, ainda que os deputados ao Parlamento Nacional são eleitos por um único círculo nacional através de listas plurinominais e que a conversão dos votos em mandatos obedece ao sistema de representação proporcional, segundo o método D'Hondt que é aplica a um universo de 65 mandatos. Desta forma, visa-se assegurar uma ampla representatividade na composição parlamentar e evitar a excessiva pulverização/fragmentação partidária e potencializar a representatividade das forças políticas verdadeiramente implantadas na sociedade timorense (Lei número 6/2006). Contudo, neste trabalho delinearmos nos princípios de conversão de votos em mandatos, em que estiveram e estejam aplicar em Timor-Leste tal mostramos na Tabela 9 conforme os regulamentos da UNTAET e a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) de 2002, e as Leis das eleições gerais dos dois órgãos soberanos: o Presidente e o Parlamento, tal como mostramos na Tabela 9.

Tabela 9 – Os sistemas eleitorais em Timor-Leste, desde 2002

Sistemas eleitorais	Eleições	Ano em vigor
Misto	Assembleia Constituinte/Parlamentar	2001/2002
Formula de Hare (quociente eleitoral)	Assembleia Constituinte/Parlamentar	2001/2002
Representação proporcional (RP)	Parlamentar	2007
Formula D'hondt	Parlamentar	2007
Clausula barreira 3 %	Parlamentar	2007
Maioria relativa	Presidencial	2002
Maioria simples segunda volta	Presidencial	2007

Fonte: Elaboração própria

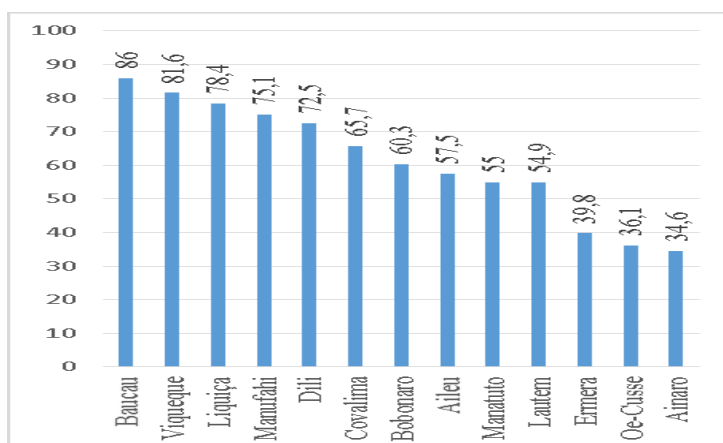
3.3. Sistemas eleitorais parlamentares

De 2001 a 2012, Timor-Leste experienciou a realização de eleições parlamentares, com dois sistemas eleitorais diferentes: um sistema misto e o sistema representação proporcional. Começamos pela exposição do funcionamento do sistema eleitoral misto.

3.3.1. Sistema eleitoral misto

Nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 2001, aplicou-se um sistema eleitoral misto. Em 13 círculos eleitorais, foram escolhidos os representantes utilizando o sistema de maioria relativa (*first-past-the-post*), enquanto para os representantes nacionais foi utilizado o sistema de representação proporcional. Num sistema de maioria relativa, os candidatos com mais votos são eleitos.

Figura 2 – Voto nos candidatos vencedores, por maioria relativa, em 2001 (%)



Em caso de empate, sem que nenhum candidato obtenha a maioria, a decisão é feita por sorteio com uma moeda (artigo 36 reg. UNTAET 2001/2). Portanto, o candidato que obtiver mais votos ganha o mandato em disputa (Freire & Lopes, 2002, p. 105). Na Figura 2, apresentamos as percentagens de voto obtidas pelos candidatos vencedores das eleições em 2001, por maioria relativa.

Enquanto para os representantes nacionais foi utilizada a representação proporcional com a fórmula de conversão de votos aplicava o *rácio* como (A/B) , em que: “A” é representa o número de votos apurados para um determinado partido político e; o “B” é determinado pela divisão do número total de votos validos apurados para todos os partidos não excluído que tenham nomeado candidatos como representantes a nível nacional pelo número de assentos vagos a serem preenchidos. E assim segue a fórmula como o seguinte: $X=(A/B)+C$. Em que o “X” é representa o número referido e o “A” é representa o número de votos apurados para o partido político em causa; o “B” é determinado pela divisão do número total de votos validos apurados para todos os partidos não excluídos que tenham nomeado candidatos como representantes a nível nacional pelo número de assentos vagos a serem preenchidos e o “C” é que representa o valor 1 se o assento for atribuído ao partido político em causa ... e o valor 0 se não for atribuído nenhum assento ao partido político em causa (Reg.UNTAET 2001/2, artigo 37). Neste caso, é uma aplicação da fórmula dos maiores restos segundo a Quota de Hare numa circunscrição eleitoral com setenta e cinco (75) lugares, para 16 partidos políticos e cinco independentes concorreram individualmente na eleição 2001, com o resultado, podemos ver na tabela seguinte:

Tabela 10 – A conversão de votos em mandatos, 2002-2007

Partidos Políticos / Independentes	Quociente = 363.501 votos validos /75 lugares = 4,847				
	Votos obtidos a cada partidos	Quota Hare (A/B)	Lugares por quotas completas	Lugares por restos	Total de lugares (A/B)+C
FRETILIN	208,531	43,0	43	0	43
PD	31,680	6,5	6	1	7
PSD	29,726	6,2	6	0	6
ASDT	28,495	5,9	5	1	6
UDT	8,581	1,8	1	1	2
PNT	8,035	1,7	1	1	2
KOTA	7,735	1,6	1	1	2
PPT	7,322	1,5	1	1	2
PDC	7,181	1,5	1	1	2
PST	6,483	1,3	1	0	1
PL	4,013	0,8	0	1	1

PDCT	2,413	0,5	0	1	1
APODETI-Pro Referendo	2,181	0,4	0	0	0
PTT	2,026	0,4	0	0	0
PARENTIL	1,970	0,4	0	0	0
PDM	1,788	0,4	0	0	0
Domingos Alves	1,492	0,3	0	0	0
Daniel da Silva Ramalho	1,412	0,3	0	0	0
Mari Domingas Fernandes	0,947	0,2	0	0	0
Olinda Caeiro	0,779	0,2	0	0	0
Tereza Maria de Carvalho	0,711	0,1	0	0	0
Total	363.501	75	66	9	75

Fonte: adaptado com o modelo de Lijphart, 1994, p. 218 em Lopes e Freire, 2002, p.117

Portanto, de acordo com sistema eleitoral misto a atribuição de oitenta e oito deputados da Assembleia Constituinte e a 1ª legislatura do Parlamento Nacional de 2002-2007, corresponde ao apresentado na Tabela seguinte:

Tabela 11 – A atribuição dos mandatos conforme sistema mista em 2001/2002

	Lugares por representação maioria relativa	Lugares por representação proporcional	Total lugares preenchidos por cada partido
FRETILIN	12	43	55
PD	0	7	7
PSD	0	6	6
ASDT	0	6	6
UDT	0	2	2
PNT	0	2	2
KOTA	0	2	2
PPT	0	2	2
PDC	0	2	2
PST	0	1	1
PL	0	1	1
PDCT	0	1	1
Independente	1	0	1
Total	13	75	88

Fonte: elaboração própria

Não existe nenhuma cláusula barreira na fórmula de Hare. O que existe é um valor fixo de quociente para a conversão de votos em mandatos, como podemos ver na tabela 10. Enquanto, no sistema de representação proporcional com método de Hondt existe uma cláusula barreira de 3 % na conversão de votos em mandatos. Abordaremos esta questão na secção seguinte.

3.3.2. Sistema representação proporcional

O sistema representação proporcional (RP) significa que a proporção de obtenção de mandatos de um partido no Parlamento é dependente da percentagem de votos obtidos por cada partido a partir dos votos válidos nas eleições, ou seja, sistema de representação no qual se pretende uma forte aproximação entre a percentagem de votos de cada partido e correspondente percentagem de mandatos (Freire & Lopes, 2002, p. 101). O sistema eleitoral para a composição do parlamento foi alterado em 2007. O parlamento passa a ser eleito através de um círculo eleitoral único e em que a conversão dos votos em mandatos, passa a ser através do método D'Hondt e aplica-se uma cláusula barreira de 3 por cento. A cláusula barreira é a determinação legal quanto ao nível mínimo de apoio que um partido precisa de obter para aceder à representação parlamentar, geralmente expresso em termos de percentagem de votos, mas por vezes também em número de lugares (Freire & Lopes, 2002, p. 99). No entanto, a barreira de 3% depende do total de votos válidos, tal como apresentado na Tabela seguinte.

Tabela 12 – Cláusula barreira de 3%, nas eleições parlamentares de 2007 e 2012

Eleições	Número votos validos	% de votos validos	Valor barreira 3 %	Número de lugares
2007	415,604	97,9	12,468	2
2012	471,419	97,6	14,143	2

Fonte: Elaboração própria

Portanto, a cada barreira 3% no mínimo atribui 2 lugares, significa que, se um partido conseguir ultrapassar esta cláusula, automaticamente o partido em questão vai ter, no mínimo, dois assentos no Parlamento, e assim, a proporção seguinte depende da percentagem obtida pelos partidos que passaram as barreiras. Nas tabelas seguintes mostramos os partidos que ultrapassaram a barreira eleitoral.

Tabela 13 – Cláusula barreira 3%, por partido político, 2007

Partidos políticos	Quociente barreira 3% = 12,468		
	Número de votos	Número lugares	Valor limite atribuição de mandatos
FRETILIN	120,592	21	5,742
CNRT	100,175	18	5,565
ASDT-PSD	65,358	11	5,942
PD	46,946	8	5,868
PUN	18,896	3	6,299
AD: KOTA-PPT	13,294	2	6,647
UNDERTIM	13,247	2	6,624
PNT	10,057	0	0

PDRT	7,718	0	0
PR	4,408	0	0
PDC	4,300	0	0
PST	3,982	0	0
UDT	3,753	0	0
PMD	2,878	0	0
Total	415,604	65	6,394

Fonte: Elaboração própria

Naturalmente, o quociente da cláusula barreira é diferente em diferentes eleições. Pode aumentar com o número dos eleitores, com a participação, etc. Se olharmos para os resultados das eleições de 2012, compreendemos o diferente efeito do quociente.

Tabela 14 – Cláusula barreira 3%, por partido político, 2012

Partidos políticos	Quociente barreira 3% = 14,143		
	Número de votos	Número lugares	Valor limite atribuição de mandatos
CNRT	172,908	30	5,764
FRETILIN	140,905	25	5,636
PD	48,579	8	6,072
FRENTE-Mudança	14,648	2	7,324
KHUNTO	13,822	0	0
PST	11,379	0	0
PSD	10,158	0	0
PDN	9,386	0	0
ASDT	8,488	0	0
UNDERTIM	7,042	0	0
UDT	5,332	0	0
PR	4,270	0	0
Coligação: PLPA-PDRT	4,011	0	0
APMT	3,978	0	0
PUN	3,191	0	0
BP: PMD-PARENTIL	3,125	0	0
AD: KOTA-PTT	2,622	0	0
PTD	2,561	0	0
PDL	2,223	0	0
PDP	1,904	0	0
PDC	0,887	0	0

Fonte: Elaboração própria

Após a aplicação da cláusula-barreira, a conversão de votos em mandatos opera-se de acordo com o método D'Hondt, como descrito nas Tabelas 15 e 16. No entanto, apenas contamos os partidos que conseguem ultrapassar a barreira eleitoral.

Tabela 15 – A conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt ao período de 2007-2012

Partidos/coligações	I															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
FRETILIN	120.592	60.296	40.197	30.148	24.118	20.099	17.227	15.074	13.399	12.059	10.963	10.049	9.276	8.614	8.039	7.537
CNRT	100.175	50.088	33.392	25.044	20.035	16.696	14.311	12.522	11.131	10.018	9.107	8.348	7.706	7.155	6.678	6.261
ASDT-PSD	65.358	32.679	21.786	16.340	13.072	10.893	9.337	8.170	7.262	6.536	5.942	5.447	5.028	4.668	4.357	4.085
PD	46.946	23.473	15.649	11.737	9.389	7.824	6.707	5.868	5.216	4.695	4.268	3.912	3.611	3.353	3.130	2.934
PUN	18.896	9.448	6.299	4.724	3.779	3.149	2.699	2.362	2.100	1.890	1.718	1.575	1.454	1.350	1.260	1.181
KOTA-PPT	13.294	6.647	4.431	3.324	2.659	2.216	1.899	1.662	1.477	1.329	1.209	1.108	1.023	0.950	0.886	0.831
UNDERTIM	13.247	6.624	4.416	3.312	2.649	2.207	1.892	1.656	1.472	1.325	1.204	1.104	1.019	0.946	0.883	0.828
II																
	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
FRETILIN	7.094	6.699	6.347	6.030	5.742	5.481	5.243	5.025	4.824	4.638	4.466	4.307	4.158	4.020	3.890	3.769
CNRT	5.893	5.565	5.272	5.009	4.770	4.553	4.355	4.174	4.007	3.853	3.710	3.578	3.454	3.339	3.231	3.130

Fonte: Elaboração própria

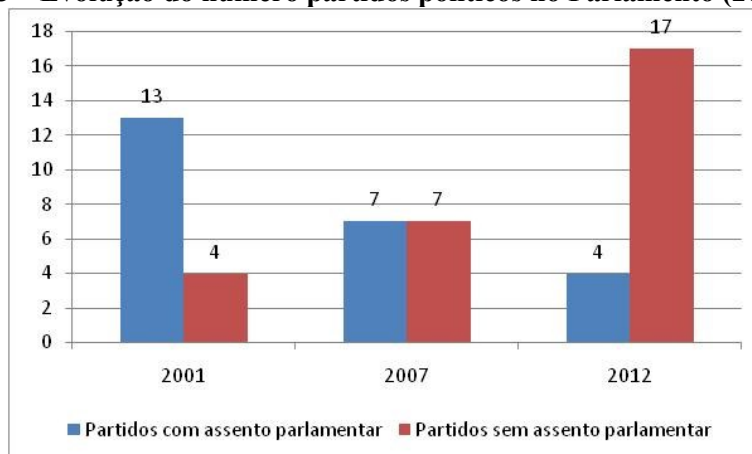
Tabela 16 – A conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt ao período de 2012-2017

Partidos políticos	I															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
CNRT	172.908	86.454	57.636	43.227	34.582	28.818	24.701	21.614	19.212	17.291	15.719	14.409	13.301	12.351	11.527	10.807
Fretilin	140.905	70.453	46.968	35.226	28.181	23.484	20.129	17.613	15.656	14.091	12.810	11.742	10.839	10.065	9.394	8.807
PD	48.579	24.290	16.193	12.145	9.716	8.097	6.940	6.072	5.398	4.858	4.416	4.048	3.737	3.470	3.239	3.036
F-M	14.648	7.324	4.883	3.662	2.930	2.441	2.093	1.831	1.628	1.465	1.332	1.221	1.127	1.046	977	916
II																
	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
CNRT	10.171	9.606	9.100	8.645	8.234	7.859	7.518	7.205	6.916	6.650	6.404	6.175	5.962	5.764	5.578	5.403
Fretilin	8.289	7.828	7.416	7.045	6.710	6.405	6.126	5.871	5.636	5.419	5.219	5.032	4.859	4.697	4.545	4.403

Fontes: Altas Eleitoral de Timor-Leste 2012 (Gomes, 2012, p. 13)

A aplicação da quota de Hare e do método D'Hondt com a cláusula barreira de 3 por cento tende a gerar um número diferente de partidos no parlamento, como apresentamos na Figura seguinte.

Figura 3 – Evolução do número partidos políticos no Parlamento (2001-2012)



Todavia, o número de partidos relevantes e o número efetivo dos partidos políticos eleitorais e parlamentares serão apresentados no capítulo cinco sobre padrões de estabilidade das interações dos sistemas partidários, e assim também a desproporcionalidade dos sistemas eleitorais sobre ao sistema partidário no capítulo nove. Na secção seguinte, dedicamo-nos à análise do sistema eleitoral usado nas eleições presidenciais.

3.4. Sistemas eleitoral das eleições presidenciais

A eleição presidencial de 2002 utilizou o sistema de maioria relativa, em que o candidato com o maior número de votos é eleito. No caso de dois candidatos receberem o mesmo número de votos, o candidato eleito será decidido pela Assembleia Constituinte, em sufrágio pessoal e secreto (Artigo 27 reg. UNTAET 2002/1). Na Figura 4 são apresentados os resultados das eleições presidenciais de 2002.

Nas eleições presidenciais de 2007 e de 2012, utilizou-se o método de maioria a duas voltas. Se nenhum dos candidatos obtiver mais de metade dos votos, ou seja 50 % + 1, proceder-se à segunda volta, na qual concorrem apenas os dois candidatos mais votados e que não tenham retirado a candidatura (CRDTL artigo 76 alínea 3-4; e lei número 7/2006, artigo 11). Na Figura 5 apresentamos apenas os candidatos mais votados, que concorreram a uma segunda volta, nas eleições de 2007 e de 2012.

Figura 4 – Votos obtidos na eleição presidencial, 2002 (%)

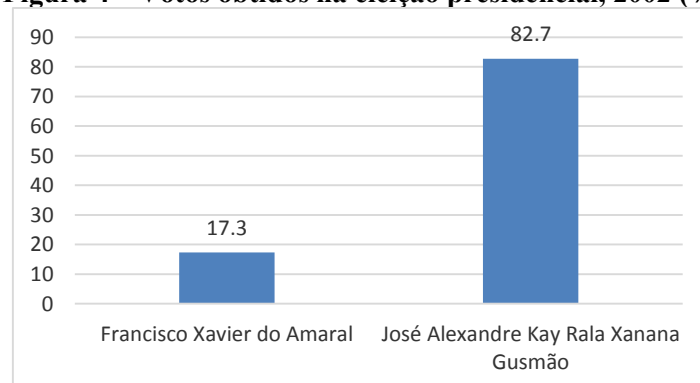
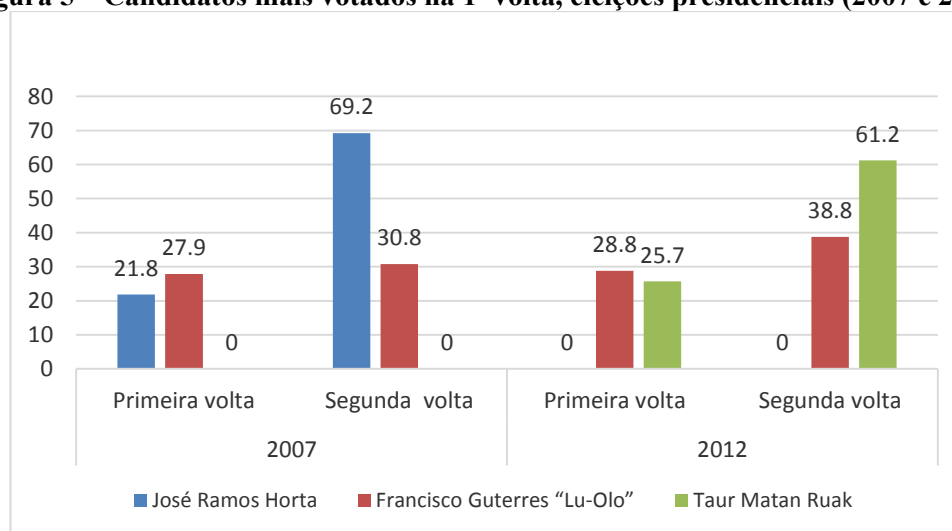


Figura 5 – Candidatos mais votados na 1ª volta, eleições presidenciais (2007 e 2012)



Com a aplicação do sistema de maioria à segunda volta, a incapacidade dos candidatos em obter 50%+1 na primeira volta, requer negociações com os partidos apoiantes de outros candidatos na segunda volta.

3.5. Os partidos políticos

Além de sistemas eleitorais, um dos elementos mais importante nos sistemas políticos democráticos, são os partidos políticos. É impossível analisamos um sistema partidário sem partidos políticos. Esta secção detém-se, assim, na apresentação dos partidos existentes em Timor-Leste, apresentando as suas raízes históricas e as suas linhas orientadoras.

A Tabela 17 sistematiza a informação sobre os principais partidos, desde a sua sigla, até ao seu nascimento e presidente.

Tabela 17 – Os partidos políticos de Timor-Leste em 1974

Partidos políticos	Sigla	Data de nascimento	Presidente do partido
União Democrática de Timor	UDT	11 de Maio de 1974	Francisco Lopes da Cruz
Associação Social Democrata Timorenses	ASDT	20 de Maio de 1974	Francisco Xavier do Amaral
Associação Popular Democrática Timorenses	APODETI	27 de Maio de 1974	Arnaldo dos Reis de Araújo
Partido Trabalhista Timorenses	PTT	Em Outubro de 1974	Abrão
Klibur Oan Timor Asswain (Associação dos heróis timorenses)	KOTA	10 de Novembro de 1974	José Martins

Fonte: Adaptado de Krieger (1997, pp. 70-73)

Na tabela seguinte, são apresentados os princípios de cada um destes cinco partidos políticos sobre o futuro de Timor-Leste.

Tabela 18 – Princípios dos cinco partidos políticos de Timor-Leste em 1974

Partidos políticos	Princípios:
UDT	Quer independência mas depois de federação com Portugal; e anti-comunista
ASDT	Pretende a independência imediata; e depois continua a relação bilateral com Portugal
APODETI	Quer a integração Timor com a Indonésia
PTT	Pro status quo (não claro)
KOTA	Pretende uma Monarquia Tradicional para Timor

Fonte: Adaptado de Krieger (1997, pp. 70-73)

Mais tarde, estes cinco partidos transformam-se em dois movimentos. O primeiro pretende ser um movimento para a libertação nacional de Timor-Leste independente; o segundo é um movimento anticomunista de Timor-Leste. Na tabela seguinte apresentamos os partidos que compõem estes dois movimentos.

Tabela 19 – Transformação partidos políticos em movimentos, de 1974/1975

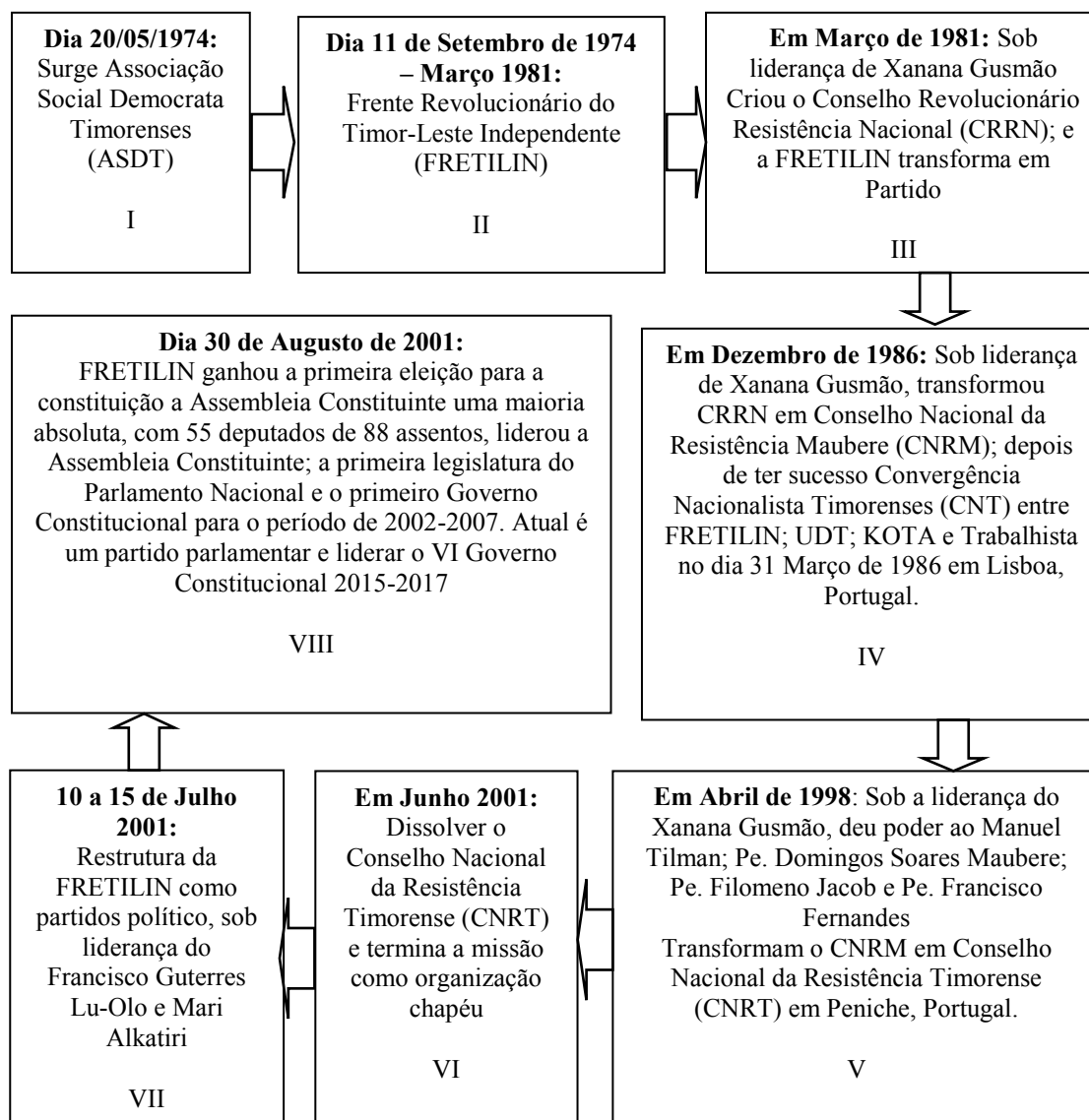
Partidos políticos	Transforma em:
ASDT	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN)
UDT; APODETI; Trabalhista e KOTA	Movimento Anti Comunista (MAC)

Fonte: Estatuto da FRETILIN e Krieger (*ibid*)

A ASDT dissolveu-se a 11 de Setembro de 1974, e no seu lugar criou a FRETILIN como um movimento da libertação nacional. A FRETILIN é uma frente ampla, nacionalista, que tem por objetivo reunir todos os nacionalistas, patriotistas, e

anticolonialista e garantir a consolidação da unidade nacional para lutar e libertar o povo e o País. Porém é também é um partido político. Sendo assim, na figura seguinte mostramos a sua evolução ao longo da resistência até hoje em dia.

Figura 6 – A evolução da Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente



Fonte: Estatuto do Partido FRETILIN 2011 e Discurso do Presidente da República Xanana Gusmão em 2006

A Figura 6 demonstra que a FRETILIN além de um movimento nacional, é também um partido político. Manteve a sua ideologia de esquerda nacionalista, uma esquerda pluralista com a adoção de um regime semipresidencialista mais moderado e equilíbrio, um sistema eleitoral com uma representação proporcional, e multipartidarismo. O único partido de 1974 que existe no Parlamento e no Governo é a FRETILIN e, assim, a sua

estabilidade de competição, a seu raiz e a sua organização partidária e programas concluímos nas dimensões de institucionalização do sistema partidário do seguinte.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

O objetivo desta investigação é descrever a institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste de 2001 a 2012. Assim, neste capítulo iremos apresentar o processamento e a categorização dos dados utilizados para analisar a institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste, os padrões de estabilidade do sistema partidário, o enraizamento social dos partidos, a legitimação eleitoral e a organização partidária.

4.1. Processo de recolha de dados

Tendo em conta os objetivos delineados para esta dissertação, contactámos o Secretariado da Comissão Nacional das Eleições (CNE), partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONG) e da Juventude. Em paralelo, contactámos as pessoas para organizar os grupos focais. Marcamos audiência e apresentámos o nosso pedido e a carta de orientação de investigação e explicamos o objetivo da recolha e de utilização dos dados. Adicionalmente, solicitámos documentos relacionados com os resultados das eleições e os estatutos das organizações.

Foram organizados seis grupos focais em seis distritos: Aileu; Ainaro; Bobonaro; Baucau; Ermera e Lospalos. A escolha destes distritos não é aleatória. Com efeito, são distritos em que se registaram variações significativas nos resultados das eleições, tal como em Aileu e Baucau, distritos tendencialmente dominados por um partido (ASDT e a FRETILIN). Nas eleições de 2012, os dois distritos tiveram algumas mudanças em votos a ASDT e a FRETILIN. Enquanto Ainaro, Bobonaro, Ermera e Lospalos são distritos com resultados variáveis nas eleições, sem que estejam dominados por um único partido. Na Tabela 20 é apresentada a estrutura dos grupos focais.

Tabela 20 – Categorização dos grupos focais

Distritos	Pessoas em presença	Pessoas ativos	Pessoas passivos
Aileu	6	6	-
Ainaro	6	6	-
Baucau	4	4	-
Bobonaro	4	4	-
Ermera	5	5	-
Lospalos	5	2	3
Total	30	27	3

Nota: Na 2ª coluna apresentamos o número de pessoas em presença nas discussões; na 3ª coluna é indicado o número de pessoas ativas nas discussões e a 4ª coluna apresenta o número de pessoas em presença mas não ativa nas discussões.

Foram, ainda, realizadas entrevistas com os Presidentes das bancadas de quatro partidos políticos do Parlamento Nacional. Foi também entrevistado um ex-presidente da bancada da FRETILIN da Assembleia Constituinte, dado que a FRETILIN é único partido dominante na elaboração da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL). Esta entrevista permitiu compreender as razões fundamentais para a FRETILIN adotar o regime semipresidencialista em Timor-Leste. Alguns pequenos partidos políticos, tais como o: Partido Millennium Democrático (PMD); Partido Povo *Aileba* (PPA); Partido Republicano Nacional Timor-Leste (PARENTIL); Associação Popular Monarquia Timorese (APMT); Partido Democrática República Timorese (PDRT), e a União Democrática Timorese (UDT) como um partido histórico em que já não conseguiu obter assentos nos dois últimos períodos consecutivos.

Finalmente, foram entrevistados os presidentes de várias ONGs, tais como: a Organização da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL) e o Conselho Nacional Juventude Timor-Leste (CNJTL). Entrevistamos, também, o ex-presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) de Timor-Leste, para compreender o processo eleitoral. Na Tabela 10 apresentamos a súmula dos entrevistados e as suas posições.

Tabela 21 – Categorização dos entrevistados

Nome	Posições	Organização
Demétrio Amaral	Presidente	RENETIL
Faustino Cardoso Gomes	Eis Presidente	CNE
Leovigildo Ornai	Presidente	CNJTL
Adérito de Jesus	Ex-Presidente Bancada FRETILIN	Ex-Membro Assembleia Constituinte

Os dados recolhidos através destas entrevistas e grupos focais foram complementados pela análise de materiais documentados em vídeos de *youtube*, apresentados na Tabela 22. Estes contêm discursos e comentários pelos líderes da resistência da libertação nacional; diplomáticos; partidos políticos e sociedade civil. Foram analisadas: uma entrevista com Francisco Xavier do Amaral, enquanto primeiro Presidente da Associação Social Democrática Timorese (ASDT) ou a FRETILIN, e o Primeiro Presidente da República Democrática de Timor-Leste depois de unilateralmente

Proclamar a independência de Timor-Leste no dia 28 de Novembro de 1975; um discurso do Primeiro Comandante das Forças Armadas da Libertação Nacional Timor-Leste (FALINTIL) e o segundo Presidente da República e da FRETILIN, Nicolau dos Reis Lobato, em 20 de Maio 1978. Foi, ainda, analisada uma entrevista pelo jornalista português Adelino Gomes a Nicolau dos Reis Lobato em 1975, e uma entrevista a José Ramos Horta em 1975 sobre a ideologia da FRETILIN. Analisámos também o discurso do Presidente da República, Xanana Gusmão, em 2006, sobre a FRETILIN, após a transição do poder pela Organizações das Nações Unidas (ONU), quando o povo timorense enfrentava uma crise nacional que ameaçava a unidade nacional.

Tabela 22 – Categorização de vídeos *youtube* como amostragem

Nome	Cargo ocupado	Tema do vídeo	Fonte
Francisco Xavier do Amaral	Primeiro Presidente do Partido ASDT e da FRETILIN; e de Primeiro Presidente da República Democrática de Timor-Leste depois de Proclamação Unilateral da Independência de Timor-Leste dia 28 de Novembro de 1975	<i>Today is Timor-Leste's Independence Day. Viva Timor-Leste!!</i>	https://www.youtube.com/watch?v=ml1QyuhsoYA
Nicolau dos Reis Lobato	O segundo Presidente da FRETILIN e de RDTL, e o Primeiro Comandante das Forças Armadas da Libertação Nacional Timor-Leste (FALINTIL)	Discurso Nicolau Lobato, 20 de Maio 1978	http://www.youtube.com/watch?v=IGCoHwnDz3s
		Jornalista Adelino Gomes entrevista Saudoso Nicolau Lobato em 1975	https://www.youtube.com/watch?v=SoNBLphrnWE
José Ramos Horta	Fundador, e Secretário Geral da FRETILIN em 1975	Ramos_Horta_Tony_Smith_1975	https://www.youtube.com/watch?v=mavWhk_JBYk
José Alexandre Xanana Gusmão	Presidente da República eleito ao período de 2002-2007	Discurso de Xanana Gusmão ao povo amado e sofredor e aos líderes e membros da FRETILIN; no dia 22 de Junho de 2006	http://timor2006.blogspot.pt/2006/06/discurso-de-xanana-gusmo-ao-povo-amado.html

Utilizamos, ainda, os resultados das eleições parlamentares ao nível distrital, para analisar a volatilidade eleitoral dos principais partidos políticos. Neste caso, analisamos o enraizamento dos partidos políticos na sociedade através da medição da sua volatilidade individual. Os resultados das eleições parlamentares em diferentes círculos eleitorais de 2007 a 2012 são apresentados nas Tabelas seguintes.

Tabela 23 – Percentagem de votos dos principais partidos políticos ao nível distrital nas eleições parlamentares de 2007

Distritos	FRETILIN	CNRT	PD	PSD-ASDT	Outros
Aileu	8,4	20,5	6,1	47,3	17,8
Ainaro	10	11,8	12,8	29,1	36,3
Baucau	62,4	13,4	2,7	4,6	16,7
Bobonaro	16	20,6	19,3	16,9	27,2
Covalima	28,6	15,4	20,7	17,8	17,5
Dili	22,4	45,2	6,7	14,8	10,9
Ermera	13,9	13,7	22	12,9	37,6
Lautem	45,5	14,6	13,7	12,5	13,7
Liquiça	12	39	12,4	19,8	16,8
Manatuto	17,6	33,2	12,7	17,2	19,4
Manufahi	25,4	13,8	0,5	26,8	22,1
Oe-Cusse	27,5	34,7	11,7	11,5	14,6
Viqueque	59,8	12,7	3,9	5,9	17,7

Fonte: Elaboração própria

Tabela 24 – Percentagem de votos dos principais partidos políticos ao nível distrital nas eleições parlamentares de 2012

Distritos	FRETILIN	CNRT	PD	PSD-ASDT	Outros
Aileu	14,9	52,5	6	8	18,5
Ainaro	13,3	37,2	15	6,6	27,9
Baucau	51,4	23	4	2,2	19,5
Bobonaro	17,8	37,7	14,5	4,5	25,6
Covalima	26,4	31,8	19,8	4	18
Dili	28,4	49,4	7,1	2,7	12,3
Ermera	19,9	40,7	7	3,9	28,6
Lautem	43,9	20,2	20,7	3,5	11,8
Liquiça	23,8	42	12,7	2	19,5
Manatuto	20,5	45,4	12,1	3,7	18,4
Manufahi	31,7	31,4	8,1	8,6	20,1
Oe-Cusse	19	39,2	12,2	6,4	23,3
Viqueque	59,5	16,3	8,4	2,2	13,6

Fonte: Elaboração própria

Tabela 25 – Resultados das eleições parlamentares a nível nacional de 2007-2012

	2001		2007		2012	
	% de votos	% de mandatos	% de votos	% de mandatos	% de votos	% de mandatos
FRETILIN	57,4	62,5	29,2	32,3	29,9	38,5
CNRT	-	-	24,1	27,7	36,7	46,2
PD	8,7	8	11,3	12,3	10,3	12,3
FRENTE-Mudança	-	-	-	-	3,1	3,1
Coligação: ASDT/PSD	(16,0)*	15,6*	15,7	16,9	(4,0)*	0
PUN	-	-	4,6	4,7	0,7	0
UNDERTIM	-	-	3,2	3,1	1,5	0
AD: KOTA/PPT	(4,1)*	4,6	3,2	3,1	-	-
PTT	0,5	-	-	-	(0,6)*	0
UDT	2,4	2,3	0,9	0	1,1	0
PNT	2,2	2,3	2,4	0	-	-
PDC	2,0	2,3	1,0	0	0,2	0
PST	1,8	0	1,0	0	2,4	0
PDRT	1,5	0	1,9	0	(0,9)**	0
PR	1,1	0	1,1	0	0,9	0
PMD	0,7	0	0,7	0	(0,7)***	0
PDN	-	-	-	-	2,0	0
PTD	-	-	-	-	0,5	0
KHUNTO	-	-	-	-	3,0	0
PDP	-	-	-	-	0,4	0
PDL	-	-	-	-	0,5	0
APMT	-	-	-	-	0,8	0

Fonte: CNE. **Nota:** *ASDT e PSD concorreram separados nas eleições de 2001 e, em 2012; o KOTA e PPT. **Coligação PDRT/PLPA em 2012 em que o PLPA é um novo partido político que surge e concorre pela primeira vez em 2012. ***PMD coligou-se com o PARENTIL no “Bloco Proclamador” nas eleições de 2012; (-) partidos que não concorreram naquelas eleições; e, (0) partidos que não obtiveram assentos no Parlamento Nacional. A cinza, estão assinalados os partidos que não obtêm representação parlamentar.

Nos três períodos, o número de partidos políticos timorenses que concorreram nas eleições aumentou. O número de partidos políticos que conseguiram obter assentos no Parlamento sempre foi bastante reduzido significativamente, como se pode confirmar na Tabela 25. Essas mudanças tornam-se mais importantes e possíveis de analisar nas dimensões de institucionalização do sistema partidário tais como, o número de partidos relevantes (fragmentação) e a distância ideológica; estrutura de competição e padrão de alternância; estabilidade dos padrões de competições utilizando a análise da volatilidade eleitoral; raízes dos partidos políticos na sociedade; a legitimidade eleitoral; e organização partidária. Os capítulos que se seguem, dedicam-se à análise destas dimensões.

CAPÍTULO 5 – A ESTABILIDADE PADRÕES DE COMPETIÇÃO INTERPARTIDÁRIA

Neste capítulo, iremos analisar a estabilidade padrões das interações com base nas seguintes dimensões: volatilidade eleitoral; padrões de alternância no governo; tipo de fórmula de governo; que partidos governam; e a estrutura de competição. Serão, ainda, analisados o número de partidos relevantes (NEPE e NEPP); a fragmentação limitada; inexistência de partidos antissistema relevantes; e a alternância numa coligação bipolar.

5.1. Volatilidade eleitoral

A volatilidade eleitoral é um indicador da mudança nos sistemas de partidos que surgiu na literatura da política comparada em meados dos anos setenta (Jalali, 2007, p. 309). Para calcular a volatilidade eleitoral, utiliza-se a *fórmula Pedersen index*, como tal do seguinte:

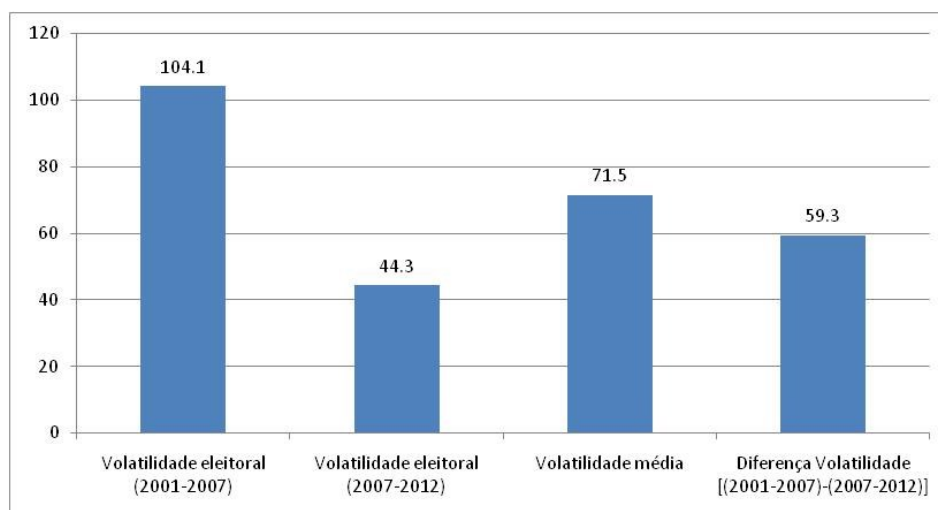
$$\text{Volatilidade} : \frac{\sum_{i=1}^n |P_{it} - P_{i(t+1)}|}{2}$$

Em que, o P_{it} representa a votação no partido i no período t , e, $P_{i(t+1)}$ representa a votação no partido i no período $t+1$. Para a medição da volatilidade eleitoral, é necessário ter, pelo menos, dois períodos eleitorais ($t+1$). A volatilidade eleitoral mede o padrão de variação do apoio eleitoral aos partidos políticos entre duas eleições consecutivas (Pedersen, 1979). Refere-se, assim, à transferência agregada de votos de um partido para os outros, de uma eleição para a próxima (...) e é computada somando-se a mudança líquida em percentagem de votos ganhos ou perdidas por cada partido de uma eleição para a outra e depois dividindo-se por dois (Mainwaring & Torcal, 2005, pp. 255–256). De uma forma global, o índice de volatilidade eleitoral permite perceber de que forma o apoio ao sistema partidário se mantém estável ao longo do tempo. Assim, quanto menor o índice de volatilidade eleitoral, mais institucionalizado será o sistema partidário.

Todavia, existem limitações nos cálculos da volatilidade eleitoral de cada partido de uma eleição para outra, relacionadas com os dados necessários para comparar dois períodos sucessivamente para os novos partidos políticos que surgem nas eleições diferentes. Mainwaring e Torcal (2005) sugerem três métodos nos cálculos de volatilidade eleitoral, tais como os seguintes:

“Em primeiro é, quando um partido se cinde em dois ou mais partidos entre a eleição T1 e a T2, comparamos seu total T2 com o maior partido resultante da cisão. Tratamos então o menor como se não tivesse obtido votos na eleição T1. Em segundo, quando dois ou mais partidos se fundiram e criaram uma nova organização, calculamos a volatilidade usando o partido original com a maior percentagem. Se dois ou mais partidos se fundiram para a eleição T2, mas competiram na eleição T1 como partidos separados, admitimos que aquele com menos votos desapareceu na eleição T2. Damos um valor zero para esse partido em T2, e contamos sua parte dos votos em T1 como sua percentagem de mudança. E por fim, quando um partido mudou de nome, mas apresentou uma continuidade óbvia com um partido anterior, ele foi contado como sendo a mesma organização. Tratamos usualmente os partidos independentes como uma categoria porque nos faltam dados necessários para comparar seus resultados individuais de uma eleição para outra” (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 256). Utilizamos esses métodos para analisar a volatilidade eleitoral de Timor-Leste nas eleições parlamentares em 2001 a 2012. Os resultados da análise, são apresentados na Figura e na Tabela seguintes.

Figura 7 – Média da volatilidade eleitoral de Timor-Leste de 2001 a 2012



A volatilidade eleitoral para o período entre 2007 e 2012 registra um valor muito elevado. Este valor é calculado considerando os novos partidos que surgem nas eleições parlamentares de 2007, as suas percentagens de votos comparamos com a percentagem de votos na eleição de 2001 dos partidos de origem. Assim, esta volatilidade é o resultado de cisões, por exemplo, o conflito dentro da FRETILIN surge o CNRT, PUN, UNDERTIM, e a FRENTE-Mudança em 2012 e assim também o PDN que se separa do

PSD. Assim, podemos completar a tabela seguinte de acordo com os métodos de Mainwaring e Torcal (2005, p.256):

Tabela 26 – Volatilidade eleitoral em Timor-Leste de 2001-2012

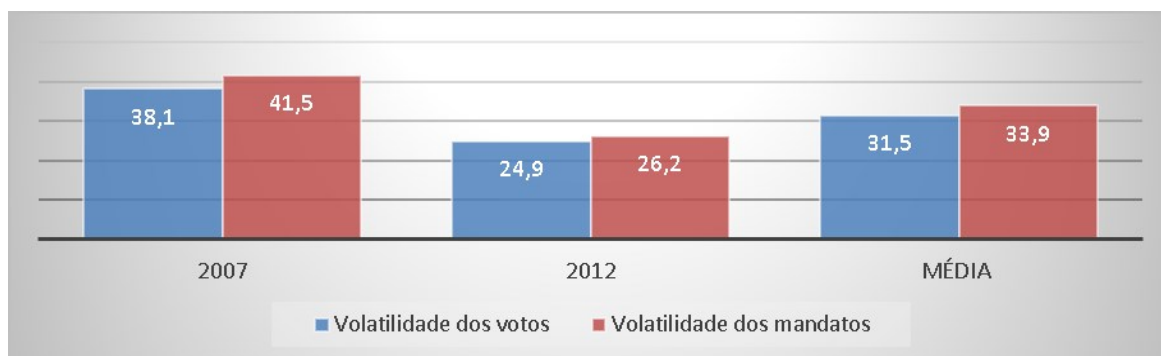
Partidos Políticos	2001	2007	2012	Volatilidade	
	% de votos	% de votos	% de votos	A	B
FRETILIN	57,4	29,2	29,9	28,2	0,7
CNRT	-	24,1	36,7	33,3	12,6
PD	8,7	11,3	10,3	2,6	1,0
PSD	8,2	0	2,2	0	13,6
ASDT	7,8	0	1,8	7,8	1,8
Coligação: ASDT-PSD	-	15,7	-	7,5	-
PUN	-	4,6	0,7	52,8	3,9
UNDERTIM	-	3,2	1,5	54,2	1,7
UDT	2,4	0,9	1,1	1,5	0,2
PNT	2,2	2,4	0,5	0,2	1,9
PDRT	-	1,9	-	1,4	-
Coligação: PDRT-PLPA	-	-	0,7	0	1,0
PR	-	1,1	0,9	1,3	0,2
KOTA	2,1	0	0	0	0
PPT	2,0	0	-	2,0	-
Aliança Democrático (AD): KOTA-PPT	-	3,2	-	1,1	-
Aliança Democrático (AD): KOTA-PTT	-	-	0,6	0	2,6
PDC	2,0	1,0	0,2	1	0,8
PST	1,8	1,0	2,4	0,8	1,4
PMD	-	0,7	0	7,5	0
Bloco Proclamador (BP): PMD-PARENTIL	-	-	0,7	0	0,0
<i>Independentes</i>	1,5	-	-	1,5	-
PL	1,1	-	-	1,1	-
PDCT	0,7	-	-	0,3	-
APODETI-Pro Referendo	0,6	-	-	0,6	-
PTT	0,5	-	0	0,5	0
PARENTIL	0,5	-	0	0,5	0
PDM	0,5	-	-	0,5	-
PDN	-	-	2,0	0	13,7
PTD	-	-	0	0	0
FRENTE-Mudança	-	-	3,1	0	26,1
KHUNTO	-	-	3,0	0	2
PDP	-	-	0,4	0	0,4
PDL	-	-	0,5	0	0,6
APMT	-	-	0,8	0	2,4
PLPA	-	-	0	0	0
Soma				208,2	88,6
Média				104,1	44,3
Diferença Volatilidade A e B				59,3	
Soma média A e B				148,9	
Média volatilidade total				74,5	

Fonte: Elaboração própria

Contudo, no gráfico 8, apresentamos os cálculos da volatilidade individual de todos os partidos, sem contar as suas frações. Neste caso, a percentagem de votos dos novos partidos obtém-se partindo da sua primeira participação eleitoral, contando o mesmo

valor na sua mudança de volatilidade daqueles períodos de comparação, por exemplo o CNRT surge em 2007 com 24,1% de votos, igual na sua volatilidade em comparação 2007 e 2001. E assim para os outros. Deste modo, o resultado da análise pode ser visto no seguinte gráfico, que inclui cálculos de volatilidade individual dos mandatos.

Figura 8 – A volatilidade individual dos partidos em Timor-Leste de 2001-2012



Analizamos também a “volatilidade total sem outros”, VTSO (*«total volatility without others»* - Bartolini e Mair 1990: 312-3) - isto é a volatilidade calculada utilizando apenas dos principais partidos políticos...” (Jalali, 2007, p. 314).

Tabela 27 – A volatilidade total individual dos partidos $\geq 5\%$ sem outros (2001-2012)

Partidos políticos	Período das eleições		
	2001	2007	2012
FRETILIN	57,4	-28,2	+0,7
CNRT	-	24,1	+12,6
PD	8,7	+2,6	+1
PSD	8,2	(-0,3)	(2,6)
ASDT	7,8		(1,8)
Outros com representação Parlamentar	15,8	-4,8	11**
Outros sem representação Parlamentar	0	9**	+7,2
Média	49	34,5	18,5
A média 2007-2012			26,5

Fonte: Elaboração própria

Nota: Outros sem representação no Parlamento em 2001 foi apenas 2,1 % de votos, e em 2012 os outros com representação Parlamentar apenas 3,11 % de votos. E assim, o valor que atinge $\geq 5\%$ na eleição T1 ou T2 contamos o mesmo na sua mudança. Neste caso, 9** (2007) e 11** (2012).

Segundo Mainwaring e Torcal (2005), os países com a volatilidade eleitoral extremamente alta são a maioria os Países da Europa de Leste e de América do Sul, tais como a: “Ucrânia com 59.2; Letônia 58.2; Romênia 53.0; Peru 51.9; Rússia 50.0; Lituânia 49.2; Polônia 46.6; Estônia 42.4; Bolívia 39.8; Eslovênia 38.2; Bulgária 36.8; Equador 36.4; e Venezuela tinha 31.3.” (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 257).

A volatilidade eleitoral em que contamos com as frações em 2012 obteve 44,3 entre Polônia e Estônia, mas o total de três períodos a media de volatilidade eleitoral é

extremamente alta com valor 74,5 devido as suas fragmentação em 2007 de que podemos dizer é um período conflituoso, que implica a FRETILIN sofreu um declínio extremamente alta mais de 50 por cento de votos. E assim, este valor nem perto nenhum dos Países que nós citamos.

Contudo, na análise no gráfico 8, o valor de volatilidade de votos individual dos partidos sem contar com as frações, é um valor baixo. Com a 24,9 em 2012, e a media em total atinge 31,5, enquanto a média “total volatilidade sem outros” atinge 26,5. Se olharmos para esses valores de volatilidade Timor-Leste esta colocado entre a República Checa e o Equador, portanto perto ou igual com a Venezuela (Mainwaring e Torcal, 2005, p.257). Portanto, podemos dizer que o sistema partidário está consolidado no período da nossa análise de 2001 a 2012.

Nas secções seguintes analisamos alguns fatores importantes que podem explicar a estabilidade de padrões competição interpartidário de Timor-Leste destes períodos são como as: *frações (cisões)* e ao surgimento de novos partido políticos timorenses; em segundo, é, devido a morte e a sucessão dos novos líderes partidos políticos; enquanto o terceiro é o desaparecimento dos pequenos partidos nas eleições, e o quarto é novo pequeno partido em vez de fração.

5.1.1. Frações e surgimento de novos partidos políticos

O partido político é agente de conflito mas também é um instrumento de integração (Lipset & Rokkan, 1985, p. 164). O período que se inicia em 2007 é um período conflituoso, mas também é crucial para a estabilidade de padrões das competições interpartidário, que também contribui para os padrões de “alternância completa” que analisamos nas seções sobre os padrões de alternância. No entanto, consideramos que este período é um período volátil, tal como na tabela 26 acima ficou demonstrado, com o surgimento de novos partidos políticos, partindo de fracções dos principais partidos políticos em 2001. Assim, especificamente, a sua volatilidade é descrita nas tabelas 28 e 29 como as razões para reforçar o cálculo da tabela 26:

Tabela 28 – As frações e elevada volatilidade em 2007

Partidos	Liderado por;	Partido origem	Ano eleição	% de votos em 2007	% de votos partido origem em 2001	Valor
CNRT	Xanana Gusmão	FRETILIN	2007	24,1	57,4	33,3
PUN	Fernanda Borges	FRETILIN	2007	4,6	57,4	52,8
UNDERTIM	Cornélio Gama (L-7)	FRETILIN	2007	3,2	57,4	54,2
PMD	Hermenegildo Cupa Lopes	PSD	2007	0,7	8,2	7,5
PDRT	Gabriel Fernandes	PARENTIL	2007	1,9	0,5	1,4
PR	João Saldanha	UDT	2007	1,1	2,4	1,3
Total valor						150,5
Média						75,3

Fonte: Elaboração própria

Estas frações implicam uma elevada volatilidade eleitoral, tal como descrevemos na Tabela 26. Portanto quanto mais fragmentados nos principais partidos, maior a volatilidade eleitoral como tal descrevemos nas Tabela 28 e 29.

Tabela 29 – As frações e elevada volatilidade em 2012

Partidos	Liderado por	Partido origem	Ano eleição	% de votos em 2012	% de votos partido origem em 2007	Valor
Frente Mudança	José Luís Guterres	FRETILIN	2012	3,1	29,2	26,1
PDN	Fernando Gusmão	PSD/ASDT	2012	2	15,7	13,7
KHUNTO	Armanda Berta	PDC	2012	3	1	2
APMT	Pedro Costa Ramalho	KOTA/PPT	2012	0,8	3,2	2,4
Total valor						44,2
Média						22,1

Fonte: Elaboração própria

Do Partido Nacionalista Timorense (PNT) surgiu o Partido Timorense Democrático (PTD) em 2012. O PNT não se apresentou às eleições de 2012, ao contrário do PTD. Neste caso, consideramos que o PNT apenas mudou o seu nome para PTD.

Por fim, o conflito dentro do partido ASDT levou ao surgimento do Partido Libertação Povo *Aileba* (PLPA) em 2012 (*Aileba* refere-se aos grupos dos portadores que se vendem os seus produtos nos lugares públicos). Nas eleições de 2012, o PLPA não concorreu individualmente, mas em coligação com o Partido Democrático República de Timor (PDRT). O PDRT, havia apresentado uma candidatura nas eleições de 2007. Como é possível verificar, em alguns casos, os partidos apresentaram coligações pré-eleitorais. Estas serão objeto de análise na secção seguinte.

5.1.2. As coligações pré-eleitorais

A segunda dimensão importante para a compreensão da institucionalização do sistema partidário reporta-se ao padrão de coligações pré-eleitorais. Em 2001, ASDT e o PSD concorreram individualmente às eleições. Os resultados eleitorais permitiam que ambos os partidos fossem a terceira força política mais votada, depois do Partido Democrático (PD) e da FRETILIN. Em 2007, os dois partidos concorrem coligados, tendo obtido 15,7% dos votos (acima da percentagem de votos arrecadada pela coligação Aliança Democrática). É sabido que, em casos de coligações, a volatilidade é calculada tendo em conta a percentagem do partido mais votado (assume-se que o partido com menos votos desapareceu na segunda eleição) (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 256). Assim, estas coligações pré-eleitorais contribuíram para um aumento da volatilidade eleitoral. Veja-se: o PSD obtivera, nas eleições de 2001, 8,2% de votos; e o partido ASDT apenas obteve 7,8% de votos em 2001. No cálculo da volatilidade eleitoral, considera-se que a ASDT não concorreu às eleições de 2007 e atribui-se o valor de zero, assumindo-se uma percentagem de mudança de 7,8%, de acordo com o Mainwaring e Torcal (2005, p. 256). Comparando a percentagem de votos da coligação em 2007 (15,7% de votos) com os votos do PSD (8,2%), obtemos o valor de 7,5% em diferença de votos. Assim, esta coligação contribuiu para o total líquido de volatilidade eleitoral de com 15,3%.

Na secção anterior, foi mencionada outra coligação: a Aliança Democrático (AD), composta pelos partidos KOTA e PPT. A AD obteve 3,2% de votos em 2007. Separados, em 2001, o partido KOTA obteve 2,1% de votos, e o PPT obteve apenas 2,0% de votos. Comparando a votação conjunta em 2007 com a votação do partido mais votado em 2001, obtemos a diferença de 1,1% dos votos.

Enquanto a coligação KOTA e PTT na eleição 2012 obteve 0,6 por cento de votos, comparamos com a % de votos obtidos pelo KOTA e PPT em 2007 teve 3,2 por cento. Porque o PPT foi não concorrer em 2007. Assim, a sua coligação contribui o valor de volatilidade atinge 2,6. É um valor de volatilidade eleitoral, é bastante pequeno. Se comparamos com a coligação do PSD/ASDT, os seus efeitos para a volatilidade eleitoral é elevada.

Mesmo tratando-se de pequenos partidos, conseguem ter impacto na volatilidade eleitoral. À semelhança da AD, outros pequenos partidos coligados, têm impacto na volatilidade. Por exemplo, a coligação entre o PDRT e o PLPA obteve 0,86% dos votos

em 2001 e o PTDR conseguiu, em 2007, 1,9% de votos. Assim, esta coligação pré-eleitoral contribui para a volatilidade em 1,04%.

O PARENTIL formou, com o PMD, o Bloco Proclamador (BP) em 2012. O PMD nas eleições de 2007 obteve um valor 0,7% de votos, e *Bloco Proclamador* obteve apenas 0,7% de votos, e assim a contribuição para a volatilidade eleitoral para esse coligação é de apenas a 0,0%, tal como ver na tabela 26 acima.

Assim, de uma forma global, podemos considerar que as coligações pré-eleitorais contribuem para a elevada volatilidade eleitoral, sobretudo quando as coligações ocorrem entre partidos relevantes, que tem maior percentagem de votos nos períodos eleitorais que antecedem a coligação, tal como o PSD e o ASDT. As implicações das coligações de pequenos partidos para a volatilidade são menores.

5.1.3. Impacto da mudança de líder partidário

Para a volatilidade eleitoral contribui, igualmente, a mudança de líder partidário, particularmente nos casos em que o líder morre e a sucessão de novos líderes partidos políticos, tal como o PSD e a ASDT. Quando, no ano em que faleceu o Francisco Xavier do Amaral, a dia 6 de Março de 2012¹, a ASDT apenas obteve 1.8 por cento de votos, e o PSD em que foi suceder-se o novo líder a sua percentagem de votos atinge apenas 2,2 por cento no mesmo ano. Tal gera uma volatilidade de 15,4. Por outro lado, o Partido do Povo Timor (PPT) sofreu importantes perdas de votos, com a morte do seu líder, Jacob Xavier, que faleceu a 31 de Julho de 2012 em Dili². Estes casos atestam não apenas a importância da liderança, mas também o impacto que as mudanças na liderança podem trazer para a volatilidade eleitoral. Trata-se, assim, de “votos personalizados”, dado que a mudança de líder partidário tende a implicar alterações na orientação de voto (Mainwaring e Torcal, 2005). Tal tem consequências para a natureza do sistema partidário. Por um lado, dificulta o enraizamento dos partidos políticos e, por outro lado, contribui para a elevada fragmentação sistema partidário timorense. A fluidez do voto e do comportamento do eleitorado gera fracos vínculos entre eleitores e partidos, com a proximidade a ser maior em relação ao líder do que em relação aos conteúdos programáticos ou ideológicos dos partidos políticos. Em última análise, tal reflete-se, também, na elevada volatilidade. Timor-Leste difere, assim, da tendência

¹ Jornal da República No. 19/2012: <http://www.jornal.gov.tl/?q=node/2020>

² Jornal da República: www.jornal.gov.tl/public/docs/2012/serie_1/serie1_no27.pdf

identificada nos países industrializados, que apresentam padrões de volatilidade mais estáveis e em que o eleitorado tende a votar, consistentemente *em* partidos políticos, ou seja, em conteúdos programáticos e ideológicos (Mainwaring e Torcal, 2005).

5.1.4. Desaparecimento dos pequenos partidos

Alguns partidos políticos timorenses desapareceram nas eleições de 2007. Por exemplo, o PL; APODETI Pro-Referendo; PTT; PARENTIL e Partido Democrático Maubere (PDM). O seu desaparecimento contribuiu para a elevada volatilidade eleitoral, porque, as percentagem de votos que obtiveram na eleição anterior 2001 é contar o mesmo valor nas suas mudança de volatilidade eleitoral. Assim, geram um valor de volatilidade eleitoral de 3,2.

É diferente o caso do PPT e do PNT que não aparecem em 2012, embora a percentagem de votos que eles têm seja comparando com os seus aliados, neste caso é o Partido Povo Timor (PPT) comparamos com a percentagem que se obteve pelo partido KOTA/PTT, tal como delinearíamos de cima. Para o Partido Nacionalista Timorense (PNT) o calculo foi realizado contabilizando a fração do Partido Timorense Democrático (PTD).

5.1.5. Os novos pequenos partidos

Em 2012, surgiu um novo partido timorense, o Partido Desenvolvimento Popular (PDP), fundado e liderado por António Soares. O partido não surge de frações ou coligações de partidos já existentes. O partido obteve 0,40% de votos nas eleições de 2012 e, embora não se possa comparar com resultados anteriores, esta percentagem contribui também para a compreensão da elevada volatilidade do sistema eleitoral timorense.

Há outros factores que contribuem para a elevada volatilidade eleitoral. Por um lado, identificamos os partidos políticos que já tem estabilidade na competição interpartidária do sistema partidário timorenses, com base nos resultados de volatilidade eleitoral. De acordo com Mainwaring e Torcal (2005), a volatilidade eleitoral é baixa quando os partidos são consolidados, com forte enraizamento social e cujo eleitoral apoia regulamente o partido nas eleições. Interessa, por isso, analisar não apenas a estabilidade de competição dos principais partidos políticos timorenses, mas também a

estabilidade de competição dos pequenos partidos políticos, que nunca obtiveram assentos no Parlamento.

5.1.6. Estabilidade de competição dos principais partidos timorenses

A análise da estabilidade de competição interpartidária entre os principais partidos é centrada em três partidos políticos: a FRETILIN; o CNRT e o PD. Olhando para os resultados eleitorais da FRETILIN e a sua volatilidade eleitoral, podemos considerar tratar-se de um partido consolidado. A volatilidade eleitoral líquida da FRETILIN entre 2007 e 2012 foi de apenas 0,7%, o que sugere que a FRETILIN manteve a mesma percentagem de apoios dos seus eleitores nas últimas eleições. Também o Partido Democrático (PD) apresenta uma volatilidade eleitoral líquida baixa em que o seu líquido de volatilidade eleitoral no mesmo ano das eleições, demonstra que o PD apenas obteve 1%, além disso, a sua volatilidade líquida em termos de mandatos é zero, como podemos ver na Tabela 26. Assim, o PD também está consolidado ao nível do apoio eleitoral persistente pelo seu eleitorado. Pelo contrário, podemos afirmar que o CNRT é um partido não consolidado. A volatilidade eleitoral do partido atingiu uma diferença em 12,6 entre eleição 2007 e 2012. Esta percentagem de volatilidade é elevada, o que significa os eleitores do partido CNRT ainda não são estáveis, tratando-se de um eleitorado móvel e fluído. Neste caso, podemos dizer isto foi quando os outros partidos tiveram *colapso* nos seus apoios dos eleitores, principalmente o PSD e a ASDT; PUN e UNDERTIM, tal como afirmamos em secções anteriores.

5.1.7. Estabilidade de competição dos pequenos partidos timorenses

Nesta secção, analisamos os pequenos partidos timorenses, que concorreram regularmente nas eleições, embora nunca tenham conseguido obter nenhum assento no Parlamento. Na Tabela seguinte, apresenta-se a volatilidade eleitoral individual destes partidos.

Tabela 30 – A volatilidade individual de pequenos partidos, sem assento parlamentar (2007-2012)

Partidos	Percentagem
PDC	0,8
PMD*	0
PR	0,2
UDT	0,2

Nestes casos, a volatilidade é estável e, nos casos em que encontramos uma volatilidade zero por cento, tal que significa os seus apoios eleitorais são permanentes, mesmo que se tratem de partidos pequenos. Portanto, é um dos padrões de estabilidade das competições interpartidário. Contudo, além de analisar a volatilidade eleitoral com os seus fatores identificados, em seguida um dos padrões importante é analisar os padrões de competição governamental.

5.2. Padrões de Competição Governamental

Tal como demonstramos anteriormente, para analisar os padrões de competição governamental nos sistemas partidário timorense, utilizaremos as dimensões da estrutura de competição partidária, propostas por Mair (1997). Esta secção analisa as seguintes dimensões: o *padrão de alternância partidária no governo*; *tipos de formação de governo*; *acesso aos lugares do governo e estrutura de competição partidária* (Mair, 1997, pp. 207–211). Começamos pelos padrões de alternância no governo.

5.2.1. Padrões de alternância no governo

A alternância partidária no governo pode ser *completa*; *parcial*; ou *inexistente* (Mair, 1997, pp. 207–209). A Tabela seguinte apresenta os padrões de alternância partidária no governo, em Timor-Leste, desde 2002. Na Tabela incluímos, também, os dados relativos ao sexto Governo Constitucional que ficará responsável pelos destinos de Timor-Leste até às eleições de 2017. De igual forma, como se pode constatar, alguns dos executivos são inspirações presidenciais como, por exemplo, o 2º e 3º governo constitucional timorenses no período de 2002-2007, e o 6º Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-ministro Rui Maria de Araújo, da FRETILIN, desde Fevereiro de 2015.

Tabela 31 – Padrões de alternância no governo, 2002-2012

Período	Governo	Governo composto por	Primeiro-Ministro	Alternância
2002-2007	1º Governo	FRETILIN	Mari Bim Amude Alkatiri	-
	2º Governo	FRETILIN	José Ramos Horta	Ausência
	3º Governo	FRETILIN	Estanislau da Conceição Aleixo Maria da Silva	Ausência
2007-2012	4º Governo	CNRT + PD + PSD + ASDT + UNDERTIM	José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão	Completa
2012-2017	5º Governo	CNRT + PD + FRENTE-Mudança	José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão	Parcial
	6º Governo	CNRT + PD + FRENTE-Mudança + FRETILIN	Rui Maria de Araujo	Parcial

5.2.1.1. Alternância completa

O período de 2007-2012 é crucial nas competições interpartidário. Surge o IV governo com uma Aliança Maioria Parlamentar (AMP) composto em: partido CNRT; PD; PSD e ASDT, e estabeleceram um “*Memorando de Entendimento para a Formação da Aliança com Maioria Parlamentar (AMP), 11 de Julho de 2007.*”³

O Partido CNRT concorreu primeira vez na eleição parlamentar para o período de 2007-2012. Conseguiu obter assentos com a aquisição de percentagem de votos e mandatos saltava dos três de outros partidos, tais como o PD; PSD e ASDT. Essa obtenção, levou o CNRT ocupava segundo lugar e torna se o segundo partido mais votado.

Contudo, a FRETILIN a ainda está no primeiro lugar, e o primeiro partido timorense mais votado, mas já não conseguiu manter a sua posição como um único partido com maioria parlamentar como na primeira legislatura do Parlamento Nacional. Mas também não conseguiu formar uma coligação com os outros. Foi assim que surgiu a oportunidade para a Aliança Maioria Parlamentar formar um governo de grande inclusão, em que todos os partidos fazem parte no governo. As negociações não foram bem-sucedidas, pois os quatros partidos políticos rejeitam juntar com a FRETILIN, e decidem continuar a governar, sem envolver a FRETILIN. A FRETILIN fica na oposição, depois de o Presidente da República indigitar o Primeiro-ministro Xanana Gusmão para formar um governo Aliança Maioria Parlamentar.

³ Malai Azul: EntreCais; Timor-Leste; Memorando de Entendimento para a Formação da Aliança com Maioria Parlamentar (AMP), 11 de Julho de 2007: http://comunidade.sol.pt/blogs/entrecais/archive/2007/07/11/Timor_2D00_Leste_3A00_-Memorando-de-Entendimento-para-a-Forma_E700E300_o-da-Alian_E700_a-com-Maioria-Parlamentar-_2800_AMP_2900_.aspx:

Depois de rejeitarem o pedido da FRETILIN para formar um governo *grande inclusão*. E excluem totalmente a FRETILIN. Embora assim, a ainda aparecer o José Luís Guterres que toma posse o Vice-primeiro-ministro para assuntos sociais, em que ele é um dos membros da FRETILIN, mas sim, foi deixar e saiu da FRETILIN após do segundo Congresso da FRETILIN em Maio de 2006. Este congresso foi considerado controverso com o valor da democracia que esta contempla na Constituição da República Democrática de Timor-Leste 2002, de acordo com o discurso do Presidente da República, Xanana Gusmão, em 2006.⁴ Sendo assim, podemos dizer neste período, foi de um período de *alternância completa*, dado que o partido no governo anterior não foi envolvido no governo do AMP.

5.2.1.2. Alternância parcial

A ênfase neste padrão é um novo governo inclui pelo menos um partido que fazia parte do anterior governo (Mair, 1997). No período de 2012-2017 apenas quatro partidos políticos que conseguem obter assentos no Parlamento. Mesmo assim, nenhum desses quatro partidos que garantiu numa maioria dominante para governar sozinho. Assim, então, a composição do governo neste período é composto por CNRT; PD e a FRENTE-Mudança. Embora, a FRETILIN continuasse numa posição como o único adversário.

No entanto, o CNRT e o PD já tinham estado juntos no anterior governo de 2007-2012 que é o governo AMP. Neste governo, José Luís Guterres também fazia parte do governo AMP, e toma posse como o Vice Primeiro-Ministro Coordenador para os assuntos sociais. Assim, foi o seu envolvimento é como um independente, ou seja não se representa de um partido, tal como é neste momento é de FRENTE-Mudança. Portanto, neste caso a FRENTE-Mudança é um novo partido que surge e concorre nas eleições de 2012. Assim, a existência da FRENTE-Mudança implica um padrão de alternância na competição do nosso sistema partidário, neste período regista-se uma alternância parcial (Mair, 1997).

⁴ Timor: Discurso de Xanana Gusmão ao Povo Amado e Sofredor e aos Líderes e Membros da FRETILIN no dia 22 de Junho de 2006: <http://timor2006.blogspot.pt/2006/06/discurso-de-xanana-gusmo-ao-povo-amado.html>

5.2.1.3. A inexistência de alternância

Verifica-se não existir alternância partidária no governo quando existe um sistema partidário, em que um partido controla o governo ao longo de todos os períodos de governação (Mair, 1997, p. 208). Ou seja, regularmente um sistema partidário seja um único partido ou coligação com mesmo partido controlam o governo dois ou mais períodos consecutivos. Este padrão de ausência de alternância existe apenas na primeira fase da análise (2001-2007). Deve destacar-se que neste caso, a mudança de governo é motivada pela saída do Primeiro-ministro e não pela ocorrência de eleições.

5.2.2. Tipo de fórmula de governo

Segundo Mair (1997 p. 209), os sistemas partidários diferem não apenas em relação aos padrões de alternância partidária no governo, mas também no grau em que as fórmulas alternativas do governo pode ser são familiares ou inovadoras. Tal como pudemos verificar na secção anterior, a história timorense apresenta ambos os tipos de fórmula de governo. Até ao terceiro governo constitucional (até 2007), apenas um partido participou no governo – a FRETILIN.

O primeiro Governo Constitucional foi conduzido por Mari Alkatiri, que iniciou as suas funções no dia 20 de Maio de 2002, mantendo-se em funções como Primeiro-ministro até a sua demissão no dia 26 de Junho de 2006⁵. Nesta altura, Alkatiri foi substituído por José Ramos Horta, no segundo governo Constitucional, até 18 de Maio de 2007⁶. O terceiro Governo Constitucional, liderado por Estanislau A. da Silva, que se manteve em funções até 8 de Agosto de 2007⁷. Assim, a composição destes sucessivos governos monopartidários, liderados por membros fundadores da FRETILIN – juntamente com Nicolau Lobato, Justino Mota⁸ e Francisco Xavier do Amaral⁹. O Primeiro-ministro Estanislau A. da Silva foi, de resto, um dos membros fundadores da FRETILIN desde 1974, e fez parte na frente diplomática na luta pela independência de Timor-Leste¹⁰. As sucessivas fórmulas de governo formam, assim, familiares e sem inovação na composição partidária do governo.

⁵ <http://timor-leste.gov.tl/?p=129>

⁶ <http://timor-leste.gov.tl/?p=130>

⁷ <http://timor-leste.gov.tl/?p=132>

⁸ Estatuto da FRETILIN: III Congresso Nacional da FRETILIN; Centro de Convenções de Dili (CCD), dia 8 a 11 de Setembro de 2011, p.2-3

⁹ http://en.wikipedia.org/wiki/Francisco_Xavier_do_Amaral

¹⁰ http://en.wikipedia.org/wiki/Estanislau_da_Silva

Introduz-se inovação na composição partidária do governo com o IV Governo Constitucional, o já mencionado governo de coligação Aliança Maioria Parlamentar (AMP). O partido CNRT candidatou-se, pela primeira vez, às eleições de 2007, conseguindo dezoito assentos parlamentares. Os restantes partidos da coligação - PD, PSD e ASDT – concorreram pela segunda vez e conseguiram manter o mesmo número de deputados que haviam conseguido nas eleições anteriores (19 deputados). Com 37 deputados, este governo de coligação representa uma inovação na composição do governo, comprometendo-se com o memorando de entendimento firmado entre os partidos da coligação. Este memorando visava assegurar:

“*Estabilidade*; as garantias de estabilidade da AMP durante os cinco anos e de disciplina de voto no Parlamento Nacional são dadas por cada partido político membro da AMP, através de mecanismos próprios dentro de cada um dos partidos co-signatários deste Memorando, no regimento interno da AMP, no regimento interno do Parlamento Nacional e na Lei que regula o Estatuto dos Deputados; *Lealdade e Obediência*, cada membro do Parlamento Nacional pertencente a AMP assinará uma declaração de lealdade e obediência à AMP que o obriga a uma estrita disciplina de voto no Parlamento Nacional de acordo com as instruções emanadas pelo Conselho da Presidência da AMP ou Comissão Executivo Permanente, através de cada Grupo Parlamentar; *Colegialidade, Consensualidade e Firmeza*, as decisões dentro da AMP serão sempre tomadas tendo em conta o princípio da Colegialidade, Consensualidade e Firmeza; *Solidariedade, Honestidade, Confiança e Respeito Mútuo*, ... constituem um dever e uma obrigação no relacionamento entre os membros da AMP; *Equilíbrio de Poderes*, os partidos co-signatários deste Memorando observarão sempre e enquanto durar a AMP o princípio de equilíbrio de poderes; *Inclusividade*, o Governo da AMP poderá incluir membros independentes ou de outros partidos que não integrem a AMP, desde que esses candidatos assinem um compromisso de lealdade ao Chefe do Governo e estrita obediência aos programas e princípios contidos neste memorando; *Adesão*, a AMP aceitará a adesão de novos membros, desde que se comprometam com os princípios, valores e objetivos contidos neste memorando e com o Programa de Governo da AMP e por consenso do Conselho da Presidência.” (Malai Azul; EntreCais, 11 de Julho de 2007).

Os sete princípios de memorando de entendimento para a formação da Aliança com Maioria Parlamentar (AMP) não são rígidos, abrindo, antes, a porta aos independentes para se envolverem num governo AMP, dados os princípios de *inclusividade* e a *adesão*. Esta abertura permitiu a inclusão de membros do governo independentes

(apartidários): João Câncio Freitas assumiu a pasta do Ministério da Educação; Nelson Martins assumiu o Ministério da Saúde; Júlio Tomás Pinto assume a liderança da Secretaria de Estado da Defesa; e Francisco Guterres é nomeado Secretário de Estado da Segurança. Para além de independentes, a grande coligação incluiu elementos de outros partidos, como o caso de Avelino Coelho, líder e membro fundador do Partido Socialista Timorense (PST), que assume a função de Secretário de Estado para a Política Energética. Podemos dizer é um governo *inovador*.

Com as eleições de 2012, inicia-se um novo governo de coligação, que inclui CNRT; PD e FRENTE-Mudança, mantendo a FRETILIN como o único partido da oposição neste período. Contudo, o governo designado de *Bloco Coligação*, liderado por Xanana Gusmão conseguiu cooperar com a FRETILIN. A emergência de uma coerência política e um padrão de cooperação entre a FRETILIN e o Bloco Coligação, com vista à defesa dos interesses nacionais e promoção do desenvolvimento nacional. Este padrão de cooperação foi notório nos debates no Parlamento Nacional e na votação das propostas, em que nenhum dos sessenta e cinco deputados timorenses levantou a carta vermelha ou seja vota contra. A título de exemplo, a aprovação dos Orçamentos Gerais do Estado (OGE) para 2013, 2014, e 2015 foram aprovados por unanimidade, tanto na generalidade, como nas especialidades.

O descontentamento no governo de coligação emerge quando, em 2005, Xanana Gusmão propõe uma remodelação no governo e pede a sua demissão. Confrontado com um país com graves problemas de desenvolvimento, Xanana Gusmão defendia ser necessário dar lugar a novas gerações de líderes políticos e, ao mesmo tempo, reestruturar o governo para que fosse possível “tornar o Governo mais eficiente e eficaz, focando-o na prestação de serviços para o povo de Timor”¹¹. Os parceiros de coligação não esperavam, contudo, que Xanana propusesse Rui de Araújo como seu assessor. Rui Araújo, fora ex-ministro da Saúde e membro do Comité Central da FRETILIN, o principal partido da oposição. Assim, a fórmula deste governo é *inovadora*.

¹¹ Ver “Xanana Gusmão escolhe sucessor que divide coligação de Governo”, in *Público*, 5 de Fevereiro de 2015 [disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/xanana-gusmao-escolhe-sucessor-que-divide-coligacao-de-governo-1685153>]; e “Xanana Gusmão confirma que vai deixar chefia do Governo”, in *Público*, 28 de Janeiro de 2015 [disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/xana-gusmao-confirma-que-vai-deixar-chefia-do-governo-1684273>].

Para além da substituição de Xanana Gusmão por Rui Araújo, a renovação ministerial incluiu outros históricos e membros do Comité Central da FRETILIN: Estanislau da Silva tomou posse como Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro da Agricultura e Pescas; Inácio Moreira tomou posse como Vice-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações II; e Hernâni Coelho, Embaixador Timor-Leste para Coreia do Sul, toma posse como o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação¹².

De uma forma geral, vale a pena salientar que a cooperação e o acesso da FRETILIN ao governo é o resultado de um padrão de cooperação já existente, enquanto aquele partido se encontrava na oposição e é o resultado dos esforços dos partidos para manter a unidade nacional na construção do país. Assim, a competição partidária passa de um *desalinhamento* ideológico partidário para um alinhamento num cenário em que se pretendia manter a unidade nacional (ver discurso Xanana Gusmão, 2006).

Na Tabela seguinte, apresentamos a súmula das fórmulas dos governos timorenses, na década de 2002 a 2012.

Tabela 32 – Tipo de fórmula de governo timorense (2002-2012)

Período	Governo	Governo composto por	Fórmula
2002-2007	1º Governo	FRETILIN	-
	2º Governo	FRETILIN	Familiar
	3º Governo	FRETILIN	Familiar
2007-2012	4º Governo	CNRT + PD + PSD + ASDT + UNDERTIM	Inovadora
2012-2017	5º Governo	CNRT + PD + FRENTE-Mudança	Inovadora
	6º Governo	CNRT + PD + FRENTE-Mudança + FRETILIN	Inovadora

Fonte: Elaboração própria

Tal como se pode confirmar, as fórmulas inovadoras de governo surgem apenas após as segundas eleições, em 2007, com o primeiro governo de coligação, um padrão que se manteve após 2012. Neste último caso, a inovação passou, também, pela inclusão de independentes e membros de outros partidos no governo.

5.2.3. A abertura a novos partidos

Segundo Mair (1997, citado em Jalali, 2007, p. 182) podemos analisar a estrutura de competição no governo, considerando até que ponto todos os partidos relevantes são capazes de aceder ao governo ou se este é limitado a um subconjunto dos partidos

¹² Sapo Noticias; 21 Março 2015: <http://noticias.sapo.tl/portugues/info/artigo/1434903.html>

relevantes. Tal como podemos verificar na Tabela seguinte, em apenas dois governos constitucionais se pode identificar a abertura a novos partidos no governo.

Tabela 33 – A abertura aos novos partidos políticos, 2002-2012

Período	Governo	Governo composto por	A abertura a novos partidos
2002-2007	1º Governo	FRETILIN	-
	2º Governo	FRETILIN	Não
	3º Governo	FRETILIN	Não
2007-2012	4º Governo	CNRT + PD + PSD + ASDT + UNDERTIM	Sim
2012-2017	5º Governo	CNRT + PD + FRENTE-Mudança	Sim
	6º Governo	CNRT + PD + FRENTE-Mudança + FRETILIN	Não

No IV Governo Constitucional os partidos considerados relevantes formaram governo (inicialmente, apenas os partidos da coligação AMP e, em 2007, com a inclusão do partido UNDERTIM). Esta grande coligação incluiu, assim, todos os partidos com assento parlamentar. O quinto Governo Constitucional, como vimos anteriormente, formado pelo Bloco Coligação, apresenta abertura a novos partidos com a inclusão da FRENTE-Mudança. A renovação ministerial, que ocorre em 2015, quando Xanana Gusmão foi substituído por Rui Araújo, no cargo de Primeiro-ministro, dá início ao sexto governo constitucional que não tem abertura a novos partidos. Tratava-se de um governo de unidade nacional, como recordou o Primeiro-ministro Rui Maria de Araújo no seu discurso de tomada de posse do VI Governo Constitucional. Neste caso, os partidos relevantes acedem ao governo. Não há, contudo, abertura a novos partidos, havendo, antes, uma abertura ao principal partidos até então na oposição.

5.2.4. Que partidos governam?

O primeiro período de 2002-2007 foi dominava pela FRETILIN. Podemos dizer que este período é o período de unidade nacional, porque a primeira legislatura do Parlamento Nacional é da Assembleia Constituinte completa com 88 membros deputados, onde a FRETILIN teve 55 deputados que domina no primeiro até o terceiro governo constitucional. No quatro governo constitucional governado por quatro partidos políticos e mais tarde até cinco que composto em partido CNRT; PD; PSD e ASDT, inclui a UNDERTIM no meio do ano de 2008. Enquanto, no quinto governo são apenas três partidos políticos tal como o CNRT; PD e FRENTE-Mudança, mais tarde inclui a FRETILIN no início do ano 2015 até 2017. Por isso, torna-se evidente que ao longo dos três períodos em análise, temos três principais partidos políticos que consistentemente

accedem ao governo: a FRETILIN; CNRT e o PD. A FRETILIN e o CNRT são os principais partidos políticos timorenses que competem regularmente pela ocupação do primeiro e do segundo lugar, seguidos pelo Partido Democrático (PD). O PD torna-se importante na coligação para a formação do governo nos dois períodos consecutivos que implica a uma «alternância completa e parcial» (Mair, 1997).

Em suma, os dados apresentados anteriormente demonstram que o primeiro período de governação foi controlado pela FRETILIN que teve uma maioria absoluta, enquanto o segundo e ao terceiro período é um governo *Aliança* que composto por o CNRT; PD; PSD e ASDT, e mais a UNDERTIM. E assim também o terceiro período de 2012-2017 é um governo coligação que composto por o CNRT; PD e a FRENTE-Mudança. Porém no meio do período 2012-2017, em que no início do ano de 2015, envolvendo a FRETILIN, conduzindo o VI Governo Constitucional até 2017.

No período de 2012-2017 todos os partidos com assentos parlamentares tiveram a oportunidade de aceder ao governo, mesmo que, formalmente envolvendo a FRETILIN estava no meio do período da governação, mas sim as suas cooperações desde o início do V Governo Constitucional, onde a FRETILIN vota sempre apoiar os programas do governo bloco coligação. A cooperação e ao acesso de todos os partidos por via de uma linha política é a inspiração para manter a unidade nacional na construção de Nação e do País. Portanto, a competição passa de um desalinhamento ideológico partidário, para um alinhamento num contexto de manter a unidade nacional (ver discurso Xanana Gusmão, 2006)¹³.

5.2.5. A estrutura de competição

A estrutura de competição pode ser estar *fechado ou aberta* (Mair, 1997, p. 211). Nesta seção concluímos a nossa análise sobre a estrutura de competição em Timor-Leste ao longo dos três períodos, em que tivemos a uma dinâmica alternância completa e parcial. A fórmula de governo é sempre inovadora, e assim o acesso ao governo foi sempre aberto e mais flexível. A estrutura de competição no contexto do sistema partidário de Timor-Leste para o período da nossa análise de 2001 a 2012 é demonstrada na Tabela 34.

¹³ Discurso Presidente da República: dia 23 de Junho de 2006; Povo amado e sofredor e aos líderes e membros da FRETILIN; <http://timor2006.blogspot.pt/2006/06/discurso-de-xanana-gusmo-ao-povo-amado.html>

Tabela 34 – A estrutura de competição em Timor-Leste

Estrutura de Competição			
Período	Padrões alternância no governo	Tipos de formula de governo	Acesso ao governo
2002-2007	Ausência	Familiares	Fechado
2007-2012	Completo	Inovadora	Aberta
2012-2017	Parcial	Inovadora	Aberta

5.3. Número partidos relevantes (fragmentação partidária)

Consideram-se como partidos relevantes aqueles que têm poder de coligação ou de chantagem, na medida em que são estes que afetam a natureza e direção da competição (Sartori 1976: 122-3, citado por Jalali, 2007, p. 180).

O número partido relevantes é definido como o conjunto de partidos que obteve 3% ou mais dos mandatos no Parlamento Nacional. Podemos considerar a existência de três modelos de números partidos relevantes, tais como: um sistema predominante (um sistema que tem mais de um partido relevante mas apenas um partido que persistentemente controla o governo); um sistema com três até cinco partidos; e um sistema com mais de cinco partidos (Ware, 1996, pp. 158–9).

Contudo, esta classificação de número partidos relevantes implica a sua persistência e continuação ao longo do tempo, tornando-se por isso, difícil considerar tal classificação considerando o relativamente curto período de tempo na análise sobre Timor-Leste. Além disso, a composição do sistema partidário alterou-se significativamente entre cada período em análise, tanto em termos do número de partidos principais, como em termos de número de partidos relevantes, com poder de chantagem. Na tabela seguinte identificamos o número de partidos relevantes desde 2001 a 2012.

Nas eleições de 2001, a FRETILIN venceu com maioria absoluta: obteve 62,5% dos assentos parlamentares (isto é, de um total de oitenta e oito membros da Assembleia Constituinte (AC), a FRETILIN ocupava cinquenta e cinco assentos). Os restantes 33 assentos parlamentares estavam distribuídos por doze partidos: o Partido Democrático obteve 7,95% dos assentos (7 deputados); o Partido Social Democrata (PSD) e a Associação Social Democrata Timorense (ASDT) obtiveram 13,64% dos mandatos (12 deputados), com cada um destes dois partidos a ocupar 6,82 % assentos (6 deputados) da Assembleia Constituinte. Assim, os quatro primeiros partidos políticos ocupavam por volta de 84,09 % assentos, ou seja, tiveram setenta e quatro (74) assentos de oitenta e oito (88) assentos dos deputados da primeira legislatura do Parlamento Nacional de

Timor-Leste. De igual modo, 11,35% dos assentos, eram ocupados por cinco partidos políticos: a União Democrático Timorense (UDT); Partido Nacionalista Timorense (PNT); *Klibur Oan Timor Assuwain* (KOTA); Partido Povo Timor (PPT) e Partido Democrata Cristão (PDC), com cada um deles ocupava 2,27% assentos, o que significa que cada um deles teve dois assentos deputados. Os restantes 4,56% assentos foram divididos pelos três pequenos partidos políticos e um independente (*apartidário*): Partido Socialista Timorense (PST); Partido Liberal (PL) e Partido Democrata Cristão Timorense (PDCT) por cada um deles teve 1,14 % de mandatos, ou seja, a cada um teve um (1) assento de deputado, e assim também um independente (*apartidário*) foi o um representante do distrito de Oe-Cusse Ambeno (considerado um enclave no território do Indonésio). Assim, de uma forma global, podemos considerar que os partidos PD, PSD, e ASDT foram os principais partidos *relevantes* com poder de *chantagem*, como os adversários da FRETILIN.

O sistema partidário timorense era, assim, caracterizado por um partido com uma maioria dominante e três partidos *relevantes* que estiveram na oposição. Por outro lado, existiam nove partidos mais pequenos que ocupavam um ou dois assentos parlamentares. E assim, podemos dizer que este período é caracterizado por um sistema partidário que é *um contra três mais nove* (1. vs. 3 + 9). Neste caso, a FRETILIN *versus* PD; PSD e ASDT; e mais nove partidos pequenos em que tiveram acumular a 15,91 %, que significa tinham catorze assentos no Parlamento Nacional. E, assim, podemos considerar tratar-se de um sistema partidário predominante, com três partidos relevantes e com nove partidos pequenos no Parlamento Nacional.

Com as eleições de 2007, o sistema partidário alterou-se significativamente. Nenhum dos partidos políticos conseguiu obter uma maioria dominante, ou seja, não se manteve um sistema predominante, em que um partido ganha maioria absoluta. A FRETILIN sofreu um declínio significativo na sua votação, obtendo apenas 32,31% dos assentos (21 deputados do total de sessenta e cinco deputados do Parlamento Nacional de Timor-Leste (CDRTL, artigo 93:2. p.32)¹⁴. É sabido, contudo, que nessas eleições surgem novos partidos políticos: o partido Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), em que liderado por Xanana Gusmão (nome diminutivo de José Alexandre Xanana Gusmão) em 2007 para concorrer na segunda eleição parlamentar, e conseguiu obter 27,69% assentos, ou seja, obteve dezoito assentos deputados no Parlamento e

¹⁴ Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CDRTL) 2002.

tornou-se como o segundo partido mais votado depois da FRETILIN. Se maioria absoluta, a distância do partido CNRT e a FRETILIN foi de apenas 3 mandatos, ou seja, 4,62 % de mandatos. Comparamos com a primeira legislatura do Parlamento Nacional, em que a distância entre a FRETILIN e o PD foi a maior diferença de percentagem dos assentos entre dos dois partidos que se atingiu 48 assentos, ou seja, 54,55 % assentos. Onde a FRETILIN tinha 55 assentos (62,5 % de mandatos), e o PD teve apenas 7 assentos (7,95 % de mandatos). E foi assim a distância entre a FRETILIN e o PD foram muito maior, do que a distância entre a FRETILIN e o CNRT neste segundo período somente 4,62 % de mandatos (apenas 3 mandatos).

O Partido Democrático (PD) obteve 12,31% de mandatos (oito deputados). Transformou-se, assim, no terceiro partido mais votado depois da FRETILIN e do CNRT. O Partido Social Democrata (PSD) obteve 9,23% de mandatos (seis deputados); e a ASDT obteve 7,69% de mandatos (cinco deputados). De uma forma geral, o PD; PSD e a ASDT obtiveram 29,23% dos assentos (dezanove deputados, número idêntico à composição parlamentar anterior). Embora o ASDT tenha perdido um deputado, o PD consegue eleger um deputado adicional, enquanto o PSD ainda manteve-se o mesmo como na primeira legislatura (seis deputados).

Assim, o declínio da FRETILIN não favoreceu os três primeiros partidos relevantes na primeira legislatura (PD, PSD e ASDT). Contudo, favoreceu os novos partidos políticos que surgem neste período, incluindo o CNRT que obteve dezoito assentos no Parlamento. Também o Partido Unidade Nacional (PUN) conseguiu obter 4,66% de assentos (três deputados); a Unidade Nacional Democrática da Resistência Timorense (UNDERTIM) conseguiu 3,08% de assentos (dois deputados); e a Aliança Democrática (coligação pré-eleitoral entre o KOTA e o PPT) obteve 3,08% de mandatos (dois deputados). Note-se que os dois partidos que compunham esta coligação perdem peso no parlamento ao reduzir o seu número de deputados para metade do que haviam obtido na anterior legislatura, uma perda de influência que favoreceu a CNRT, PUN e UNDERTIM.

Considerando os resultados destas eleições, observamos uma mudança no sistema de partidos que passa de um sistema multipartidário predominante, para um sistema partidário com dois principais partidos (a FRETILIN e o CNRT), entre cinco partidos relevantes que têm o poder de coligação ou de chantagem. Nenhum dos partidos principais conseguiu maioria parlamentar para governar sozinho, obrigando à existência

de negociações com os restantes partidos. A FRETILIN, o partido mais votado, tentou negociar com todos os partidos no Parlamento, incluindo o CNRT, para formar um governo de grande coligação, convidando a formar governo todos partidos com assento parlamentar. Contudo, os quatro partidos da oposição agruparam-se na Aliança para Maioria Parlamentar (AMP), propondo um governo alternativo.

Para Mário Viegas Carrascalão, Presidente do Partidos Social Democrata (PSD) “a Aliança para Maioria Parlamentar (AMP) não aceitava a grande inclusão como apresentada pela FRETILIN, mas aceitaria, sob a liderança da Aliança, formar um governo, que incluía a FRETILIN”¹⁵. Tal como se pode confirmar, não havia discórdia quanto à possibilidade de formar um governo de grande coligação. Contudo, as divergências quanto à liderança da coligação eram consideráveis. Para a AMP a liderança do governo não poderia ser atribuída à FRETILIN.

Perante dois cenários possíveis – uma grande coligação liderada pela FRETILIN; ou a coligação AMP – o Presidente da República, José Ramos Horta, convidou o Xanana Gusmão e a AMP para formar o novo governo no dia 6 de Agosto de 2007, indigitando Xanana Gusmão (líder do CNRT) como o Primeiro-ministro e anunciou a tomada de posse aos novos membros governo nos dois dias seguintes¹⁶.

Não obstante, a FRETILIN não aceitou a decisão do Presidente da República, que convidou a AMP para formar o governo, e considerou este governo é inconstitucional¹⁷. Na sequência destas divergências, surgiu um sistema partidário altamente dividido, com fortes críticas da FRETILIN¹⁸, para quem um governo AMP era “*inconstitucional*”.

Não tardaram, contudo, a surgir divisões na coligação governativa. Um ano após as eleições, a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), que integrava a aliança no Governo de Timor-Leste, assinou uma plataforma política com a FRETILIN¹⁹. A principal motivação para este acordo foram as acusações de nepotismo e corrupção do

¹⁵ Timor-Leste: Aliança de oposição rejeita “inclusão” da FRETILIN; Manufahi-Timor Leste, 23 de Julho de 2007: <http://manufahi.blogspot.pt/2007/07/timor-leste-aliana-de-oposio-rejeita.html>

¹⁶ Timor-Leste: PR convida Xanana Gusmão a formar governo: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=289269

¹⁷ <http://www.esquerda.net/content/timor-leste-xanana-indigitado-primeiro-ministro-fretilin-contr>

¹⁸ FRETILIN prepara marcha da paz; Jornal Avante-Internacional; edição nº. 1825, 20-11-2008: <http://www.avante.pt/pt/1825/internacional/26822/?tpl=37>

¹⁹ A declaração do acordo político é assinada por Francisco Xavier do Amaral, líder da ASDT e proclamador da efêmera independência timorense em 1975 como primeiro chefe de Estado, e por Francisco Guterres "Lu Olo", presidente da Fretilin e ex-presidente do Parlamento Nacional. (ver “Timor-Leste: ASDT assina plataforma com Fretilin”, Jornal de Notícias, 5 de Maio de 2008 [disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=938453]).

Governo chefiado por Xanana Gusmão. Esta nova plataforma culminou com o denominado “Acordo de 1 de Maio de 2008”²⁰.

Este entendimento viria não apenas a gerar instabilidade política – fruto da rutura da coligação por parte do ASDT – mas também viria a gerar um novo equilíbrio de poderes, que obrigou a AMP a abrir portas a outros dois partidos (o PUN e a UNDERTIM) que se mantiveram no governo até terminar o mandato do IV governo constitucional em 2012 (Lusa, 15/05/2008)²¹. A coligação entre a ASDT e a FRETILIN demonstra uma infidelidade da ASDT sobre os princípios da coligação AMP. O realinhamento entre ASDT e FRETILIN refletiu-se na competição ideológica.

As eleições de 2012 trouxeram mais fragmentação ao sistema de partidos, com 21 forças políticas a concorrer nestas eleições. Apesar disso, apenas quatro partidos conseguiram uma votação superior à cláusula-barreira de 3%. O CNRT a FRETILIN e o PD permaneceram como os partidos mais votados. Como o terceiro partido mais votado, o PD assumia-se como um partido com poder de chantagem (manteve os seus 8 deputados), podendo coligar-se com qualquer de um dos principais partidos mais votados, seja a FRETILIN, seja com o CNRT para ter a maioria parlamentar. FRENTE-Mudança concorreu pela primeira vez nestas eleições e conseguiu ultrapassar a barreira dos 3% e obter 3,08% de assentos parlamentares (dois deputados). Pelo contrário, o PSD e ASDT; PUN e UNDERTIM; KOTA e PPT, que haviam conseguido eleger deputados nas anteriores legislaturas, não conseguem obter representação nestas eleições.

A FRETILIN aumentou a sua percentagem de mandatos, com 38,46% de assentos (vinte e cinco deputados). Apesar deste aumento face às eleições anteriores, a FRETILIN deixou de ser o partido mais votado. O CNRT obteve mais assentos – de dezoito para trinta deputados – e passou a ocupar a posição como o partido timorense mais votado.

Contudo, à semelhança dos anteriores resultados eleitorais, nenhum dos partidos mais votados consegue maioria suficiente para governar sozinho.

²⁰ Acordo de 1 de Maio de 2008: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/Acordo_FRETILIN_ASDT_010508.pdf

²¹ Lusa, 15-05-2008: <http://expresso.sapo.pt/timor-leste-undertim-de-17-entra-na-alianca-governamental=f321576>

Assim, na sequência destas eleições, o número de partidos políticos mudou significativamente, tanto na eleição como no Parlamento. Esta mudança implicou ter dois principais partidos políticos, a FRETILIN e o CNRT, e um principal partido político que se desempenha o seu papel como o potencial da coligação, o PD. O PD manteve a sua posição como o «eixo do centro» entre 2007 e 2012, necessário para a formação de maioria governativa.

Na sequência destas eleições, foi formado um governo de coligação (Bloco Coligação), formado pelo CNRT, PD e a FRENTE-Mudança. A FRETILIN, o segundo partido mais votado, assumiu-se como o único partido na oposição neste período. Por isso, o sistema partidário timorense neste período mais uma vez mudando-se em termos de números partidos relevantes, em que podemos formular como; *um contra um, mais um a dois (1 vs 1 + 1 - 2)*.

Considerando os números de partidos relevantes no sistema partidário timorenses nos três períodos consecutivos, é possível afirmar que não existe um modelo de um sistema dominado persistentemente. O sistema partidário timorense altera-se significativamente a cada eleição principalmente após as eleições de 2007 e 2012, o que se reflete nas estruturas de competição e de alternância partidária no governo. Existe um número de partidos políticos relevantes que competem regularmente: a FRETILIN, o CNRT, e o PD. A diferença de votação entre a FRETILIN e o CNRT não tende a ser muito elevada. O PD é um dos principais partidos relevantes que tem poder de coligação e de chantagem. Neste caso, o PD é um partido em que podemos dizer é o partido do eixo do centro, ou seja, ocupação centro. Outros partidos tiveram duração mais efémera. PSD e a ASDT conseguem eleger deputados nas primeiras eleições mas, na eleição de 2012 a sua votação fica abaixo da barreira de 3% podemos ver na tabela 14; e o PUN e UNDERTIM, embora tenham formado governo, apenas conseguem eleger deputados nessas eleições. A FRENTE-Mudança é um novo partido em que surgiu nas últimas eleições de 2012, e deverá concorrer também em 2017. Na Tabela seguinte, apresentamos, de forma sucinta, os principais partidos e os partidos relevantes e as suas implicações na institucionalização do nosso sistema partidário timorense.

Tabela 35 – Oposições nos sistemas partidários timorenses (2001-2012)

Ano eleição	Principais partidos	Partidos relevantes	Tipo de oposições parlamentar
2001	FRETILIN	PD, PSD e ASDT	1 contra 3 (Um partido dominante, contra, três partido relevantes na oposição parlamentar)
2007	FRETILIN <i>versus</i> CNRT	PD, PSD, ASDT, PUN, UNDERTIM e AD	1 contra 1, mais 3 a 4 (Um primeiro partido, contra, um segundo partido mais votado, mais três a quatro partidos relevantes coligam para ter a maioria parlamentar)
2012	FRETILIN <i>versus</i> CNRT	PD e FRENTE-Mudança	1 contra 1, mais 1 a 2 (Um segundo partido mais votado, contra, um primeiro partido, mais um a dois partidos relevante coligam para ter a maioria parlamentar)

Fonte: Elaboração própria

Na secção que se segue calculamos o número efetivo dos partidos políticos para, posteriormente, estimar a distância ideológica entre partidos.

5.4. Número efetivo dos partidos políticos timorenses

Segundo Laakso e Taagepera (1979) o formato do sistema partidário é estimado através do cálculo de número efetivo de partidos políticos, quer para as distribuições de votos (“número efetivo de partidos eleitorais”: NEPE), quer para as distribuições de lugares (“número efetivo de partido parlamentares”: NEPP). E assim, a fórmula do número efetivo dos partidos eleitorais (NEPE) é

$$Nv = \frac{1}{\sum v_i^2}$$

enquanto os números efetivos dos partidos parlamentares (NEPP) é

$$Ns = \frac{1}{\sum s_i^2}$$

Em que, o N_v - é o número dos partidos eleitorais, e o N_s - é o número dos partidos parlamentares. Enquanto, o v_i - é a proporção de voto de cada partido na eleição, e o s_i - é a proporção dos mandatos por cada partido em Parlamento (Lijphart, 1999, p. 68). O resultado de análise tais como se segue:

Tabela 36 – O NEPE e NEPP em Timor-Leste de 2001-2012

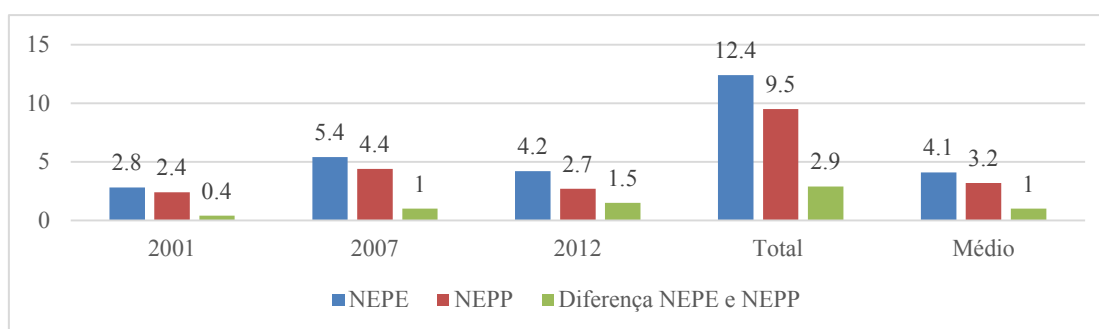
Ano eleição	NEPE	NEPP	Diferença NEPE e	Número
2001	2,8	2,4	0,4	88*
2007	5,4	4,4	1,0	65
2012	4,2	2,7	1,5	65
Total	12,4	9,5	2,9	-
Médio	4,1	3,2	1,0	-

Segundo Lijphart (1999, p. 68): “o “*número efetivo de partidos*” mede o número de partidos em presença no parlamento (ou em competição eleitoral) tomando em linha de

conta o seu peso relativo no conjunto do sistema partidário. Se tivermos um sistema com dois partidos igualmente fortes o índice terá o valor 2. Se um destes dois partidos é consideravelmente mais forte do que o outro (70 para 30) o valor do índice será 1,7. Se tivermos três partidos todos com o mesmo peso, o valor do índice será exatamente 3. Se pelo contrário um deles é mais pequeno do que os outros dois, o valor do índice andará entre 2 e 3 dependendo do tamanho relativo do partido mais pequeno. Por exemplo, se as percentagem de lugares (ou votos) são 45, 40, e 15, o valor do índice será 2,6. Ou seja muito próximo de dois partidos e meio” (Lijphart, 1999, p. 68), *em* (Freire & Lopes, 2002, pp. 152–153).

O número efetivo dos partidos políticos timorenses ao desde 2001 até 2012 é de cerca de dois partidos e meio, ou seja, quase três partidos políticos que competem regularmente: a FRETILIN e o CNRT são os mais votados, e o PD é o único partido relevante que regularmente ocupava o centro *simétrico*, e a sua existência afeta o sistema partidário timorense, que se institucionalizou como um sistema de pluralismo moderado, de acordo com Croissant & Volkel (2010). No gráfico que se segue, apresentamos a evolução do NEPE e NEPP em Timor-Leste. O número de partidos em competição eleitoral aumentou. Quanto à fragmentação partidária, os resultados indicam que o número de partidos efetivos eleitorais (NEPE) foi extremamente elevado nas eleições de 2007, tal como a fragmentação parlamentar no mesmo ano. A fragmentação parlamentar reduziu-se consideravelmente nas eleições de 2012.

Figura 9 – A evolução do NEPE e NEPP em Timor-Leste de 2001 a 2012.



Vale a pena recordar que o sistema eleitoral afeta em larga medida estes resultados. Com efeito, enquanto as eleições de 2001 decorrem sob um sistema eleitoral de representação proporcional misto; nas eleições que se seguiram utilizou-se um sistema de representação proporcional, que tendeu a aumentar o número efetivo dos partidos parlamentares.

5.5. Um pluralismo moderado?

O sistema partidário timorense é de um pluralismo moderado? O pluralismo moderado implica uma fragmentação limitada e com a uma competição centrípeta moderada, caracterizado pela inexistência de partidos antissistema relevantes; uma distância ideológica relativamente pequena entre os partidos relevantes; uma configuração coligacional bipolar; e uma competição centrípeta (Sartori (1976), citado por Jalali, 2007, p. 181). As subsecções que se seguem exploram cada uma destas dimensões.

5.5.1. Fragmentação limitada

Num sistema pluralismo moderado, a fragmentação limitada é caracterizada pela existência de três a cinco partidos relevantes (Sartori, 2005, pp. 258–259).

Como vimos, existem entre três a cinco partidos que consistentemente se apresentam a eleições. Embora, ocasionalmente, o número de partido se alargue até sete partido políticos, como após as eleições de 2007, o que se refletiu no número efetivo dos partidos eleitorais e parlamentares (NEPE e NEPP). Neste caso, tanto o NEPE, como o NEPP revelaram um sistema altamente fragmentado: NEPE tem 5,4 e o NEPP de 4,4.

Após as eleições de 2012, apenas quatro partidos políticos conseguiram obter assentos no Parlamento (FRETILIN, CNRT; PD e a FRENTE-Mudança). A FRETILIN e o CNRT são os partidos mais votados, enquanto o PD e FRENTE-Mudança são os partidos que têm poder para coligar com qualquer dum dos dois partidos mais votados. Assim, o NEPE atingiu 4,2, a diminuição é positiva a nível de competição eleitoral, e o NEPP apenas 2,7. Portanto, mecanicamente bastante reduzido em termos de NEPP, quanto os dois maiores partidos timorenses aumentaram as suas percentagens de votos, com a utilização do método D'Hondt, que favorece os maiores (mais votados) partidos. Por outro lado, se os principais partidos tiverem percentagens de voto reduzidas, regista-se um aumento no NEPP, como em 2007.

Assim, o sistema partidário de Timor-Leste de 2001 a 2012 apresenta um valor médio de total do NEPE de 4,14, entre quatro a cinco partidos relevantes nas competições interpartidárias nos níveis eleitorais. O valor médio NEPP é de apenas 3,15, entre dois a três partidos, em que, em termos de tamanho relativo um deles é mais pequeno (Lijphart, 1999, pp. 69–70).

5.5.2. Inexistência de partidos antissistema relevantes

Saldanha (2002) identificou o posicionamento ideológico dos partidos políticos timorenses, classificando-os como: “*extremo esquerda; esquerda; centro esquerda; centro; centro direita; direita e extrema direita*” (Saldanha, 2002, pp. 71–75). No contexto timorense, um único partido político proclamava-se abertamente no seu manifesto político como *vanguarda*, o Partido Socialista Timorense (PST)²². Apenas uma vez o PST conseguiu obter assentos no Parlamento Nacional. Por outro lado, o Partido Liberal (PL), que defendia a liberdade individual, não intervenção na economia, negócios e comércio concorreu apenas na primeira eleição. Assim, não existe nenhum partido antissistema relevante.

Refira-se, contudo que o líder do PST integrou o governo Aliança Maioria Parlamentar e o Bloco Coligação, mesmo que nos últimos dois períodos sucessivamente o PST tenha conseguido obter nenhum assento no Parlamento. A presença de Avelino Coelho no governo é inovadora. Foi líder e fundador do PST que cooperou com o governo liderado por Xanana Gusmão. Tal foi o reflexo da proximidade, resultado da história da luta pela libertação nacional, em que o Avelino Coelho foi uma das pessoas que colaborou com Xanana Gusmão como comandante. O seu envolvimento e a sua cooperação com o governo enfraquece a conservação da existência e da evolução do *extremo esquerda* na competição do sistema partidário timorense.

Além disso, os partidos esquerdistas como a FRETILIN e ASDT também modificaram para o centro esquerda para manter a sua natureza em que nascem como um partido nacionalista com o objetivo de reunir todos os nacionalistas e lutar pela independência de Timor-Leste, e assim também reconstruir a unidade nacional.

Por isso, a FRETILIN é conhecida como uma frente ampla, em que defendia a independência, e garantia da soberania nacional para estabelecer um regime de direito democrático, centrado na justiça social, na tolerância política e na melhoria da vida do povo *Maubere*, que se constituiu como frente ampla onde tem lugar a todos os

²² Manifesto Política do Partido Socialista Timorense (PST): JALAN BARU UNTUK TIMOR LESTE (Novo caminho a Timor-Leste); Dezembro 2009, p. 7

nacionalistas, e patriotas timorenses disponíveis para lutar e participar na construção de Nação e do Estado.²³

Por outro lado, o partido CNRT, que nasce em 2006, após de Xanana Gusmão terminar o seu mandato como primeiro Presidente da República (cargo para o qual foi eleito na primeira eleição presidencial Timor-Leste em 2002). O CNRT é “um partido político comprometido com a defesa da Soberania do Estado de Timor-Leste, para consolidar o regime do direito democrático, com base na constituição. Pretende defender a justiça com imparcialidade e independente para que todos os cidadãos não ter a discriminação perante a lei; CNRT é um partido que não dependente com nenhum Estado, Governo, outro partidos, ou seja associações ou alguns organizações que com a natureza política, confeitões religiosas ou alguns correntes filosóficas; Partido CNRT vai estabelecer uma boa relação como todos os partidos políticos e organizações, que defende e promove a paz e direitos humanos, que contribui também a dignificação humana e justiça sociais no inteiro do País, e todos estes baseasse nas ideias que sobre a solidariedade entre os povos e todas as nações” (tradução nossa).²⁴ Portanto, podemos dizer o CNRT é um partido político que ocupa o centro, em que competir em larga medida num contexto de consolidar a soberania do País, estado de direito democrático, defesa da justiça social, e promoção da paz e direitos humanos. E assim a FRETILIN continua conservar a sua natureza como frente ampla e nacionalista, é pluralismo.

5.5.3. Não polarizado

A extensão ideológica do sistema de partidos ser reduzida (Sartori 1976: 179 in Jalali, 2007, p. 190). Tal como o Secretário-geral da FRETILIN Mari Alkatiri na sua campanha eleitoral em 2012 afirmou, “*hoje adversário, amanhã aliados; Xanana não é o inimigo da FRETILIN ou o meu inimigo... mesmo que temos diferentes partidos políticos ... isto é normal na vida política.*”²⁵ Por outro lado, na comemoração dia 20 de Maio em 2014 dia da FRETILIN fez 40 anos de idade, na intervenção de Xanana Gusmão disse o seguinte; a FRETILIN “*Vocês merecem o nosso respeito ... merece o meu respeito. Curvo-me com respeito ... salientou que a FRETILIN é o partido mais*

²³ Estatuto FRETILIN: III Congresso Nacional; Centro de Convenções de Dili (CCD), dia 8 a 11 de Setembro de 2011.

²⁴ Artigo 6, Capítulo II, Estatuto do Partido CNRT; 2º Congresso Nacional; Centro de Convenções de Dili (CCD), dia 29-30 de Abril – 2 de Maio de 2011, p.2-3

²⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=30aE3AIqWOU>

organizado de Timor-Leste e que orientou a luta que culminou com a restauração da independência a 20 de maio de 2002, disse que merece o respeito de toda a gente” (Lusa, 21 de Maio de 2014). Desta interação entre antigas lideranças do Comité Central da FRETILIN levou a cabo por a uma caracterização do nosso sistema partidário timorense, neste período podemos dizer *é não polarizado*, dado que eles cooperam e mantém a coesão política entre os quatro partidos que tem lugares no Parlamento. O outro é o PST que esta sempre no Governo desde a governação de Xanana Gusmão. Isto é uma redução da ideologia de extrema-esquerda para mais moderado.

Além disso, desenvolveu-se uma competição, que se centra na consolidação da democracia num contexto de manter a coesão política nacional para contribuíram ao desenvolvimento nacional e ao crescimento economia do País. E, por isso, a FRETILIN mudou a sua natureza de oposição e a cooperar com os partidos de *Bloco Coligação*.²⁶ Neste caso, *é previsível*, em que a FRETILIN pode ser representada em duas ou mais de possibilidades nas suas interações com o *Bloco Coligação*, pelo qual a FRETILIN pode competir, mas também pode cooperar em dois níveis, seja no Parlamento bem como no Governo.

5.5.4. Alternância numa configuração coligacional bipolar

Geralmente nenhum partido obtém uma maioria no pluralismo moderado, o que torna normal a existência de coligações. A mecânica prevista nesta dimensão é semelhante à de sistemas bipartidários, mas com duas coligações em vez de dois partidos (*Sartori 1976: 178-9 em Jalali, 2007, p. 191*). Em 2007-2012, o governo foi liderado por uma *Aliança Maioria Parlamentar (AMP)* composto em CNRT; PD; PSD e a ASDT, e até envolveram a UNDERTIM no meio do ano de 2008. Nos anos de 2012 a 2014, continua na mesma situação, em que nenhum partido obteve a uma maioria suficiente para governar sozinho, sendo assim é obrigado continua a formar um governo com uma coligação (pode ser uma *Aliança* ou seja um *Bloco*), como o Bloco Coligação que é composto pelo CNRT; PD e FRENTE-Mudança. Mais tarde, no início de 2015, sucedeu um novo Governo, de que todos os partidos no parlamento tenham o lugar no governo, e a FRETILIN, que foi o único partido da oposição no Parlamento, passa a liderar o VI governo para o período, de 2015-2017 designado como o Governo de Unidade Nacional

²⁶ Entrevista: Antonino Bianco; Chefe Bancada da FRETILIN, Parlamento Nacional Timor-Leste (Uma Fukun), dia 25 de Fevereiro de 2014.

(GUN), que significa que os quatro no Parlamento foram governo. Neste caso, podemos mostrar a designação as coligações dos governos timorenses de 2007 a 2012.

Tabela 37 – Designação de governo coligacional no período de 2007 a 2015

Ordenação do Governo	Designação	Sigla	Composição membros coligação	Chefe do Governo	Período de governação
4º Governo Constitucional	Aliança Maioria Parlamentar	AMP	CNRT; PD; PSD; ASDT; UNDERTIM	Xanana Gusmão	2007-2012
5º Governo Constitucional	Bloco Coligação	BC	CNRT; PD e FRENTE-Mudança	Xanana Gusmão	2012-2014
6º Governo Constitucional	Governo Unidade Nacional	GUN	FRETILIN; CNRT; PD; e FRENTE-Mudança	Rui Maria de Araújo	2015-2017

Fonte: Elaboração própria

5.5.5. Competição centrípeta

A competição centrípeta conduz a uma política mais moderada (Sartori 1976: 179 em Jalali, 2007, p. 191). Este padrão é visível num contexto de institucionalização do sistema partidário timorense. A existência do PD, que sempre ocupava no centro, ou seja sempre na terceira lugar, e com os seus apoios eleitorais em que são os mais moderados e móveis conduziu a competição do sistema partidário timorense a uma dinâmica centrípeta. Além da posição do Partido Democrático (PD), devemos considerar a competição dos dois maiores partidos timorenses; a FRETILIN e o CNRT.

A FRETILIN continua manter a sua natureza como a única organização de movimento para a libertação nacional, desde a resistência até ao desenvolvimento. Após abandonar a FRETILIN, Xanana Gusmão criou CNRT em 2006 e manteve uma orientação política moderada, com a sua concentração na consolidação da unidade e da reconciliação nacional, revivendo a natureza de pluralismo político da FRETILIN que está proclamada desde a resistência pela libertação nacional, e contemplada na Constituição da República Democrática de Timor-Leste de 2002, que a FRETILIN escreveu, tal como podemos confirmar através do discurso “Xanana Gusmão Ao Povo Amado e Sofredor e aos Lideres e Membros da FRETILIN”²⁷, em junho de 2006. Após as eleições de 2007, a FRETILIN aproxima-se ao centro-esquerda.

²⁷ Discurso de Xanana Gusmão: Ao Povo Amado e Sofredor e aos Lideres e Membros da FRETILIN: <http://timor2006.blogspot.pt/2006/06/discurso-de-xanana-gusmo-ao-povo-amado.html>

CAPÍTULO 6 – ENRAIZAMENTO PARTIDÁRIO

Se a maioria dos cidadãos apoia o mesmo partido de uma eleição para outra, há menos eleitores flutuantes e, portanto, menor probabilidade de mudanças eleitorais em massa que se refletem em alta volatilidade. Ao contrário, onde os partidos possuem raízes fracas na sociedade, é provável que mais eleitores troquem de partido de uma eleição para outra, abrindo assim a possibilidade de uma maior volatilidade (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 254). Neste caso, iremos analisar a volatilidade eleitoral individual dos principais partidos políticos entre outros nos níveis sociais e regionais. Onde, são considerados primariamente os aspetos relevantes para a interação partidária, sendo dada também atenção às mudanças que tenham ocorrida e ao seu possível impacto sobre o sistema de partidos (Jalali, 2007, p. 113). Por outro lado, se os eleitores mantêm-se os seus apoios ao mesmo partidos políticos, os novos partidos políticos com a idade ≥ 10 anos não se obtêm $\geq 10\%$ de votos ou $\geq 10\%$ em assentos nos últimos das eleições presidencial/parlamentares (Mainwaring, 1998, 1999).

6.1. Volatilidade individual dos principais partidos ao nível distrital

Na tabela seguinte analisamos a volatilidade dos principais partidos políticos nos níveis distritos nas últimas eleições parlamentares.

Tabela 38 – A volatilidade individual dos principais partidos políticos timorenses nos níveis distritos de 2007 a 2012

	FRETILIN	PD	PSD-ASDT	CNRT	OUTROS
Aileu	6,5	-0,1	-39,3	+32,0	0,7
Ainaro	3,3	2,2	-22,5	+25,4	-8,4
Baucau	-11,0	1,3	-2,4	+9,6	2,8
Bobonaro	1,8	-4,8	-12,4	+17,1	-1,6
Covalima	-2,2	-0,9	-13,8	+16,4	0,5
Dili	6,0	0,4	-12,1	+4,2	1,4
Ermera	6,0	-15	-9,0	+27,0	-9,0
Lautem	-1,6	7,0	-9,0	+5,6	-1,9
Liquiça	11,8	0,3	-17,8	+3,0	2,7
Manatuto	2,9	-0,6	-13,5	+12,3	-1,0
Manufahi	6,3	7,6	-18,2	+17,6	-2,0
Oe-Cusse	-8,5	0,5	-5,1	+4,5	8,7
Viqueque	-0,3	4,5	-3,7	+3,6	-4,1
2007-2012	21	2,4	-178,8	178,3	-11,2
Média	10,5	1,2	-89,4	89,2	

Fonte: Elaboração própria

Por base nos resultados da análise de volatilidade individual dos principais partidos em distritos de 2007 a 2012. Nas Figuras seguintes criamos uma escala do enraizamento social dos principais partidos em cada distrito. Para isso, utilizamos os cálculos da volatilidade eleitoral. Quanto mais baixo o valor da volatilidade eleitoral, mais elevado é o enraizamento social dos partidos. Assim, consideram-se as seguintes categorias: o valor 0–10 reporta-se a um enraizamento muito forte; 11–21 forte; 22–32 enraizamento fraco; e 33–43 enraizamento muito fraco. Neste caso, apenas mostramos os mapas dos principais partidos, sem outros, como no seguinte:

Figura 10 – Mapa de volatilidade individual da FRETILIN, por distrito (2007-2012)



A FRETILIN tem raízes muito forte em 11 distritos, exceto no distrito de Baucau e de Liquiça. Podemos dizer que a FRETILIN tem raízes sociais muito forte na sociedade, dado que regista, em geral, baixos níveis de volatilidade eleitoral.

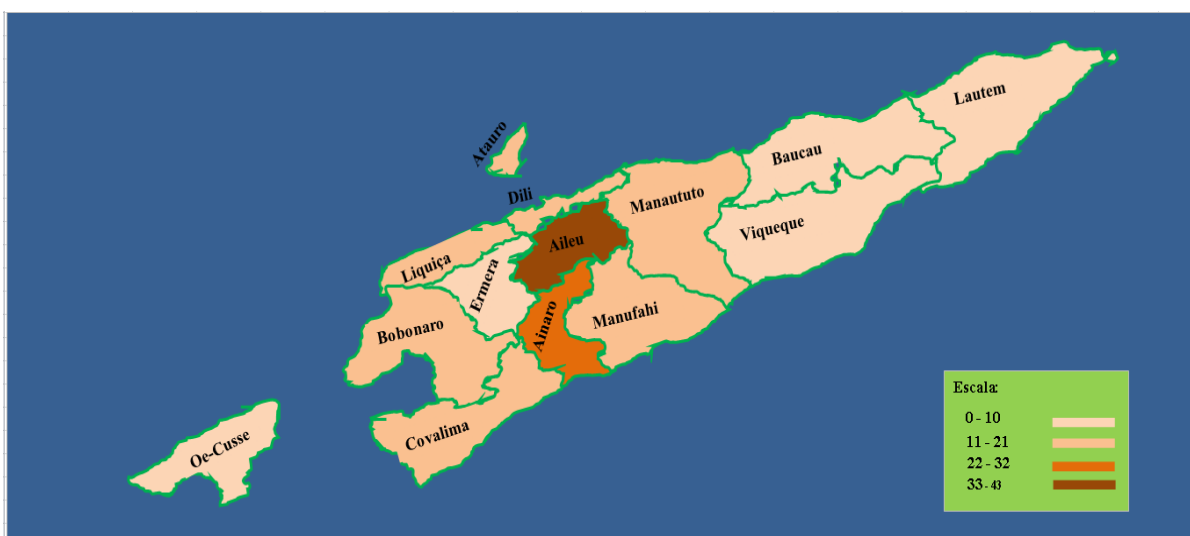
O PD, a terceira força política deste período, tem as suas bases eleitorais muito fortes em todos os distritos, tal como podemos confirmar na Figura 11. Em Ermera é onde a volatilidade eleitoral é mais elevada e, por isso, o enraizamento social do PD neste distrito é fragmentado.

Figura 11 - Mapa de volatilidade individual do Partido Democrático (PD) por distrito (2007-2012)



Tal como podemos confirmar na Figura 12, o PSD-ASDT tem raízes fracas e muito fraca em Aileu e Ainaro. Em Ermera, Viqueque, Baucau e Lospalos, e Oe-cusse a percentagem de votos do partido é pequena, mas é estável. A volatilidade eleitoral é baixa e, consequentemente, o enraizamento social do partido é muito forte.

Figura 12 – Mapa de volatilidade individual do partido PSD-ASDT, por distrito (2007-2012)



Consideremos, finalmente, o CNRT, cujo enraizamento social está apresentado na Figura 13. Este partido tem raízes fracas nos distritos Aileu, Ainaro e Ermera. O seu eleitorado para estes distritos é fragmentado. Nestes distritos, a percentagem de votos

aumenta, tal como a volatilidade eleitoral. Aileu e Ainaro são distritos onde o PSD-ASDT perde apoio eleitoral, que foi conquistado pelo CNRT.

Figura 13 – Mapa de volatilidade individual do partido CNRT, por distrito (2007-2012)



6.2. A idade dos partidos políticos

Por outro lado, se os eleitores mantêm os seus apoios nos mesmos partidos políticos, os novos partidos políticos com a idade ≥ 10 anos não se obtêm $\geq 10\%$ de votos ou $\geq 10\%$ em assentos nos últimos das eleições presidencial/parlamentares (Mainwaring, 1998, 1999). Kuenzi e Lambright (2001) analisam o impacto da idade dos partidos sobre o enraizamento dos partidos políticos na institucionalização dos sistemas partidários em 30 países africanos. Para o efeito, utilizaram a categoria entre 13 a 30 anos com que obtiveram $\geq 10\%$ assentos no Parlamento. Enquanto Croissant e Volkel (2010) no seu artigo sobre tipos e a institucionalização do sistema partidário em novas democracias no Leste e Sudeste Asiático medem partidos que têm 10 ou mais anos e menos de 25 anos de idade apenas dos partidos que obtêm 10 % ou mais de assentos no Parlamento. Esta regra foi utilizada para estimar a idade dos partidos em Timor-Leste, tal como apresentamos nas Tabelas 39 e 40.

A percentagem de partidos políticos com a idade de ≥ 10 anos é mais alta do que a percentagem partidos políticos com a idade de ≥ 25 anos que obteve $\geq 10\%$ dos assentos. Portanto, podemos dizer tratar-se de uma percentagem que demonstra que os eleitores trocam ou mudaram a votar em favor de novos partidos políticos com a idade média do que mantêm se os seus fiéis nos partidos mais *velho*. Ou seja, se os partidos se

mais velhos tivessem raízes forte na sociedade, a percentagem de partidos políticos com a idade de ≥ 10 anos que obteve $\geq 10\%$ dos assentos no Parlamento não aumentaria.

Tabela 39 – Partidos políticos com idade ≥ 10 anos (%)

Ano eleições	Partidos políticos	
	Número	%
2007-2012	1	0,14
2012-2017	2	0,42
Total	-	0,56
Média	-	0,28

Fonte: Elaboração própria

Tabela 40 –Partidos políticos com a idade de ≥ 25 anos (%)

Ano eleições	Partidos políticos	
	Número	%
2007-2012	1	0,14
2012-2017	1	0,21
Total	-	0,35
Média	-	0,18

Fonte: Elaboração própria

Assim, a institucionalização do sistema partidário timorense com a percentagem de partidos na idade média é mais alta do que a percentagem de partidos políticos mais velhos. Assim, podemos verificar que o apoio eleitoral tende a ser maior nos partidos mais novos, dado que a representação parlamentar é um reflexo do apoio eleitoral. No caso dos partidos mais velhos, o apoio mantém-se estável. A fragmentação partidária no parlamento identifica-se no aumento dos partidos novos. Estes resultados corroboram a análise anterior sobre a volatilidade eleitoral, com o surgimento de novos partidos a aumentar a volatilidade e a aumentar a fragmentação da representação parlamentar.

6.3. Voto partidário e personalizado

Neste caso, acrescentamos os tipos de votos que os eleitores ofereceram aos partidos políticos nas eleições. Com a análise sobre a eleição presidencial, os candidatos independentes sempre ganham as eleições. Os candidatos de partidos políticos conseguem concorrer na segunda volta, como o candidato da FRETILIN (Francisco Guterres “Lu-Olo”), em 2007; enquanto o PD não conseguiu passar à segunda volta. Apesar de conseguir ir à segunda volta, o candidato do partido da FRETILIN foi sempre derrotado na segunda volta, pelos candidatos independentes. Xanana Gusmão foi um

candidato independente na primeira eleição Presidencial Timorense em 2002 e derrotou Francisco Xavier do Amaral, que foi candidato do partido ASDT com apoio o PARENTIL. Assim, em 2007 e 2012, o candidato Francisco Guterres “Lo-Olo” que é o candidato da FRETILIN também foi derrotado pelo José Ramos Horta em 2007 e o Taur Matan Ruak em 2012, ambos candidatos independentes com apoio de Xanana Gusmão, do CNRT. Neste caso, identificamos que os candidatos independentes são Xanana Gusmão; José Ramos Horta e Taur Matan Ruak. Podemos, então, dizer os votos das eleições presidenciais tendem a ser personalizados, e não partidários.

O cenário é diferente nas eleições parlamentares, em que o voto personalizado não é predominante. O voto no PD e na FRETILIN é partidário. Os eleitores de Baucau, Viqueque, e Lospalos votam fielmente na FRETILIN. É, por isso, um voto partidário, porque, as figuras como José Ramos Horta e Taur Matan Ruak não ganham as eleições presidenciais neste distrito, mas o partido vence nas eleições parlamentares. Com efeito, a FRETILIN vence com o seu candidato Francisco Guterres Lu-Olo. Os eleitores do distrito Aileu, nas entrevistas assumiram porque votaram fielmente em Francisco Xavier do Amaral, referindo que “*quem iniciou, quem começando, e quem fazendo, se não o Francisco Xavier do Amaral.*”²⁸ Mas quando depois faleceu Francisco Xavier do Amaral, eles mudaram da ASDT para o CNRT (liderado por Xanana Gusmão) e uma pequena percentagem para a FRETILIN, em 2012. Neste caso podemos dizer os votos de Aileu são os votos personalizados. Neste distrito, os participantes do estudo, entendem que a idade do líder do partido conta, preferindo votar nos líderes mais velhos. Este distrito (tal como Ermera e Ainaru, Same) tende a ser mais respeitosos com os mais velhos, refletindo uma questão *geracionais da história e cultura* dos timorenses, segundo a qual ainda está enraizada a cultura hierárquica, em que os mais «*velhos*» têm sempre o primeiro lugar na distribuição do direito e do poder na família e em seguida a distribuição é sempre de acordo com a idade do nascimento entre os irmãos. Por isso, o voto tende a ser personalizado, considerando as características do líder do partido e não o programa do partido.

Em suma, o enraizamento dos partidos políticos na sociedade nos níveis distritais (*regionais*) é mais forte na parte do *leste*, e na parte do *centro*. Para *oeste* é mais fraco. No entanto, os votos que se refletem fortemente em personalidade de liderança são os votos dos distritos mais para *centro*. No distrito *Aileu e Ainaro* o voto é combinado com

²⁸ Discussão, comentário de grupo do Aileu.

a cultura e a legitimação tradicionais. Em Aileu trata-se mais perto com a cultura e história, enquanto em Ainaro votam nas *legitimações tradicionais e culturais*, ou seja votam no partido que ainda esteja a defender a monarquia, neste caso é, o Partido Povo Timor (PPT); KOTA/PPT. Enquanto, o distrito Baucau é categorizado como um voto mais persistentemente e fortemente histórico, pelo qual votaram fielmente na FRETILIN como partido histórico que lutou pela independência, portanto são os votos de «alinhamento histórico e cultural» (Lipset & Rokkan, 1985). A cultura de transformação geracional ainda está ligada à legitimação e aos símbolos tradicionais dos timorenses, pela existência de uma “*uma lulik*” ou “*casa sagrada*” que cultivam a cultura de respeito entre os “*novos*” e os mais “*velhos*” (Hohe, 2002; Shoesmith, 2013).

CAPÍTULO 7 - LEGITIMIDADE ELEITORAL

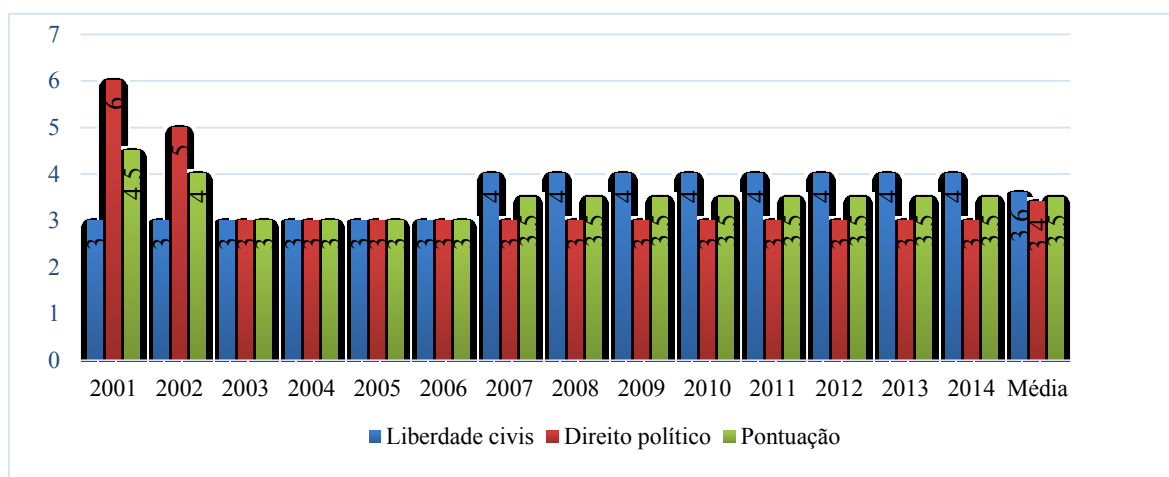
Se o sistema partidário está institucionalizado, as atitudes dos cidadãos demonstram aceitar o regime político. Os sistemas partidários menos institucionalizados, demonstram as atitudes dos cidadãos contra os regulamentos normais da democracia: os cidadãos não participam nas eleições, boicotam as eleições, rejeitam os resultados das eleições, e geram conflito. Neste caso, Kuenzi and Lambright (2001) definem três indicadores importantes para esta análise: se um dos principais partidos (oposição) boicotou as eleições; se os derrotados aceitaram os resultados; se as eleições são livres e justas.

Relativamente ao primeiro indicador, podemos considerar que nunca existiu nenhum boicote eleitoral perpetrado pelos partidos da oposição. Relativamente ao segundo indicador, os derrotados tendem a aceitar os resultados eleitorais. Apenas um novo partido pequeno conhecida KHUNTO que surge em 2012 demonstrou verbalmente algumas atitudes ao dizer que não aceitava os resultados, porque na sua perspetiva o partido conseguiria ultrapassar a barreira dos 3% e ter assento no Parlamento. Contudo, esta questão não chegou ao tribunal. E no fim de tudo, eles aceitam. Finalmente, quanto ao terceiro indicador, podemos considerar que as eleições dos timorenses constitucionalmente em 2007 e 2012 foram um sucesso, com a participação da comunicação social; observadores internacionais e nacionais, observadores dos partidos políticos e da sociedade civil.

No entanto, para esta resposta, acrescentamos também o relatório anual do “*Freedom House in the World*”²⁹ em que especificamente analisa dois principais indicadores em que são a “*liberdade civis e o direito político*”. Publicar-se anualmente a evolução da *liberdade civis e direito político* a nível mundial, incluindo Timor-Leste. Nessa análise, Timor-Leste é classificado como *parcialmente livre*, com a pontuação da evolução de *liberdade civis e direito político* baseasse no relatório de análise e publicado pelo o “*freedom house*” podemos ver no gráfico seguinte, sobre a evolução liberdade civis e direito político de Timor-Leste de 2001 a 2014, de acordo com a *Freedom House in the World*:

²⁹ Freedom house in the world, East Timor, 2001-2014: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2001/east-timor#.VSVauvCJkQ>

Figura 14 – A evolução das liberdades civis e direito político, de 2001-2014



O grau de classificação é de 1 para 7, em que a 1 é significa livre, enquanto o 7 é significa não livre. E assim surge três classificações tal como a: de 1 a 2,5 é livre; de 3 a 5 é parcialmente livre; enquanto a 5,5 para o 7 é não livre³⁰.

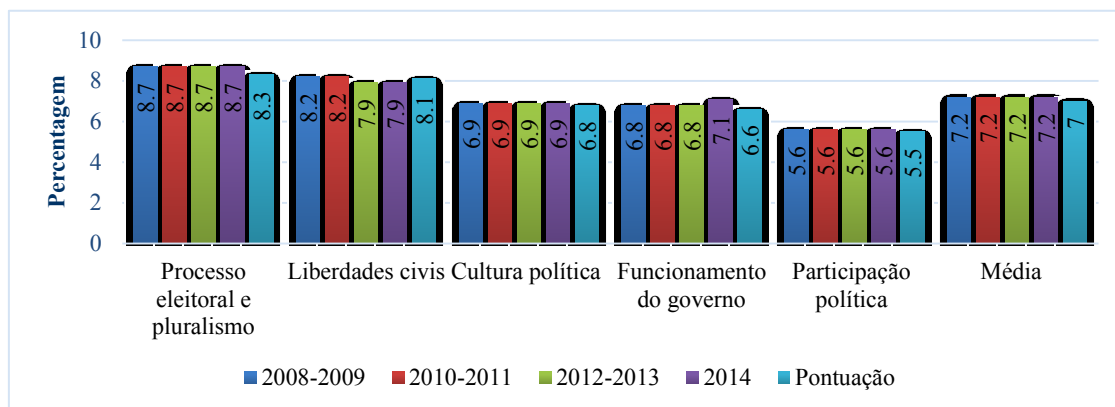
Na Figura 14, a média das *liberdades civis* de 2001 a 2014 atingiu 3,6, o *direito político* estava em 3,4, e a média do total de dois indicadores aponta 3,5 é uma média que significa “*parcialmente livre*” de acordo com a classificação do Freedom House. Todavia, o *Freedom House* apresenta uma análise apenas em dois indicadores. E, assim, é necessário acrescentar também a análise do “*The Economist Intelligence Unit’s*” com a análise de cinco indicadores, e que inclui os indicadores *liberdade civilis e direito politico* tal como se pode verificar na Figura seguinte sobre a evolução do índice da democracia de Timor-Leste de 2001-2014³¹.

A categorização de valor que atribui para o cálculo do índice da democracia de acordo com “*The Economist Intelligence Unit’s*” como se segue: o valor 8–10 é categoria livre; 6–7,9 é categoria uma democracia plausível; de 4–5,9 é categoria regime híbrida, enquanto menos de 4 é o regime autoritário.

³⁰ Freedom House in the World: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2001/east-timor#.VSZDhPCJKkR>

³¹ The Economist Intelligence Unit’s Index of Democracy: 2007; 2008; 2010; 2012; e 2014

Figura 15 – A evolução do índice da democracia em Timor-Leste de 2001-2014



Relativamente o total de valor da pontuação de todos indicadores atingiu 7, com cinco principais indicadores, em que o indicador de *processo eleitoral e pluralismo* tem um valor de pontuação 8,3, *liberdade civis* atinge 8,1, *cultura política* estava 6,8, *funcionamento do governo* tenha 6,6, enquanto *participação política* apenas 5,5, podemos dizer são as pontuações significativa.

Vale a pena olhar para os dados relativos à participação eleitoral nas eleições parlamentares, para compreender os valores registados no gráfico acima sobre participação política. Embora tenha apenas a classificação de 5,5, encaixando num regime híbrido, a realidade é que a percentagem de eleitorado que vota nas eleições é muito elevada, tal como podemos ver na Tabela 41.

Tabela 41 – A taxa de participação eleitoral (2001-2012)

Dimensões	2001		2007		2012		Soma	Média
	Número	%	Número	%	Número	%		
Eleitores registados	421.018	-	529.198	-	645.624	-	-	-
Eleitores não votaram	36.770	8,70	102.988	19,46	162.832	25,22	53.38	17,79
Total votantes	384.248	91,30	426.210	80,54	482.792	74,78	246.62	82,21
Total Votos válidos	363.501	97,93	415.604	97,51	471.419	97,64	293.08	97,69
Total Votos inválidos	20.747	2,07	10.606	2,49	11.373	2,36	6.92	2,31

Fontes: Atlas Eleitoral de Timor-Leste, 2010 e 2012.

Apesar disto, saliente-se que a percentagem de eleitorado que vota tem vindo a declinar: de um valor superior a 90 por cento nas eleições de 2001 e nas eleições de 2012, a participação cifra-se em apenas 75 por cento do eleitorado.

CAPÍTULO 8 – EFEITOS SISTEMAS ELEITORAIS DE TIMOR-LESTE

Este capítulo analisa os efeitos dos sistemas eleitorais sobre o sistema partidário de Timor-Leste. No entanto, devido às limitações do nosso tempo para conseguirmos cobrir todas as dimensões dos sistemas eleitorais, apresentamos apenas algumas dimensões importante que podemos analisar as suas implicações sobre a institucionalização do nosso sistema partidário de Timor-Leste no período da nossa analisa.

“electoral systems are designed and chosen by political actors and, once chosen, constrain and affect the behaviour of those actors. The ‘outputs’ of electoral systems-in terms of their hypothesized consequences for the shape of party systems, for example-have been much more closely studied than have the ‘inputs’, in other words the factors shaping electoral system design” (Gallagher & Mitchell, 2005, p. 535).

Nesta análise focalizamo-nos num «sentido restrito», isto é, iremos explicar o efeito do sistema eleitoral sobre a institucionalização do nosso sistema partidário de Timor-Leste. Todavia a maioria das leituras sobre este aspeto do sistema eleitoral e os seus efeitos ao sistema partidário parte das *leis de Duverger*, de forma sistemática sintetizadas em três proposições básicas: “1. A apresentação proporcional conduz a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes. 2. O escrutínio maioritário a duas voltas leva a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes, 3. O escrutínio maioritário a uma só volta leva ao dualismo de partidos” (Duverger, 1950: 166 em Freire & Lopes, 2002, p. 158). As três proposições de Duverger tendo analisado em dois níveis, por enquanto a nossa análise é, apenas focalizarmos nos efeitos mecânicos e psicológicos.

“Duverger’s law has been approached theoretically from both macro and micro levels. Macro level theories have sought to explain both the ‘mechanical effect’ (the conversion of votes into seats by the electoral system) and the ‘psychological effects’ (how the distribution of votes is itself affected by voters’ anticipation of the mechanical effect)” (Gallagher & Mitchell, 2005, p. 30).

Analisaremos os efeitos mecânicos e psicológicos com base nas fórmulas dos sistemas partidários «NEPE e NEPP» (Laakso & Taagepera, 1979), e a desproporcionalidade (Gallagher & Mitchell, 2005). O NEPE traduz melhor os efeitos de “longo prazo” (...) ou “psicológicos” (...), o NEPP traduz melhor os efeitos de “curto prazo” (...) ou “mecânicos”(“...”) (Freire & Lopes, 2002, pp. 153–154). A desproporcionalidade é

analisada considerando “os níveis de distorção na conversão de votos em mandatos” (Freire & Lopes, 2002, p. 154).

8.1. Efeito Mecânico

O valor de número efetivo dos partidos eleitorais (NEPE) e o número efetivo dos partidos parlamentares (NEPP), apresentados na tabela 42, para cada período, demonstra uma diferença de valor significativa. A distorção na conversão de votos em mandatos, tal como mostramos nas diferenças de valor da média número efetivo dos partidos eleitorais (NEPE) e o número efetivo dos partidos parlamentares (NEPP) em 2001 a 2012 é diferente nas suas mudanças. Entretanto, as mudanças que sucedem, aumentam de forma significativa o nível dos efeitos mecânicos sobre efeito psicológicos dos eleitores evidentemente é positivo.

Tabela 42 – NEPE e NEPP 2001 a 2012

	2001	2007	2012
NEPE	2,83	5,39	4,19
NEPP	2,44	4,37	2,65
Diferença NEPE e NEPP	0,39	1,02	1,54

Fonte: Elaboração própria

Neste caso, quando o valor do NEPP é sempre mais pequeno do que o valor do NEPE nas suas diferenças, isto é o efeito mecânico (curto prazo) do sistema eleitoral podemos dizer é sempre positivo (Freire & Lopes, 2002, p. 154).

E assim então no resultado de calculo o nível “desproporcionalidade” que analisamos através da utilização do método “*Least of Squares (LSq)*” (Gallagher & Mitchell, 2005), tal como apresentado na Tabela 42, demonstra que o resultado em média é de 3.96. Por enquanto, em suma, quando a diferença entre NEPE e NEPP é pequena, significa o nível desproporcionalidade também é pequeno. Portanto, podemos dizer o efeito mecânico do sistema eleitoral misto de acordo com a quota Hare sobre o sistema partidário, é pequeno, e mais proporcionais, e assim permite a entrada dos pequenos partidos chegaram no parlamento foram tantos numerosos, porque, há menos distorção na conversão dos votos em mandatos. Neste caso, o efeito mecânico do sistema eleitoral ao sistema partidário neste período é fraco, quando comparamos com o resultado das eleições em 2007 e 2012.

E o número efetivo dos partidos políticos também subiu, tanto NEPE, bem como o NEPP, e os partidos políticos também diminuem de 13 partidos para 7. Então, o valor de desproporcionalidade (raiz-quadrada) é de 4,41, portanto, tinha um aumento reduzida. Neste caso, aplica-se o sistema representação proporcional lista fechado, com círculo eleitoral único, lista plurinominais, fórmula D'Hondt, e 3% de barreira eleitoral.³² Portanto, podemos dizer, o efeito mecânico do sistema RP com o método d'Hondt, é a tendência para tecnicamente reduzir os pequenos partidos políticos para não conseguiram entrar no Parlamento. Neste período, o número efetivo partidos parlamentares (NEPP) já tinha sido reduzida a 2,65, neste caso, os partidos relevantes, apenas 2 partidos e meio (Lijphart, 1999, p. 68 em Freire & Lopes, 2002, pp. 152–153). No entanto, o efeito mecânico, da fórmula D'Hondt implica que, quanto mais a maior em redução de número partidos pequenos, maior será o nível do valor da raiz-quadrado ou desproporcionalidade. Neste caso, dos termos de mecanicamente, o sistema D'Hondt é a fórmula de representação proporcional menos proporcional (Jalali, 2007, p. 273).

8.2. Efeito Psicológico

Na tabela 40, o NEPE eleva em 2007, enquanto em 2012 já tinha diminuído significativamente, e assim também a volatilidade eleitoral em que mudou de um extremo alta para mais moderado com um valor total em média 74,4. Portanto, podemos dizer que os eleitores já estão mais concentrado apenas nalguns partidos, neste caso, os principais partido políticos como tal a FRETILIN, o CNRT e o PD como terceiro partido politico timorense. É pouco fluído, mesmo que ainda surjam mais novos partidos, entretanto são os pequenos partidos. É uma correlação significativa entre o NEPP e a desproporcionalidade. Em que, a fórmula D'Hondt, implica, quanto mais alta a desproporcionalidade, mais pequeno o NEPP, e torna-se a institucionalização do sistema partidário também é previsível, no qual ajuda os eleitores mais concentrado efetivamente nos principais partidos políticos. Assim, fortifica os maiores partidos políticos na sociedade a longo prazo. Neste caso, ajuda também os eleitores a ter oportunidade para identificar os partidos políticos que sempre têm acesso no Parlamento e no Governo. E assim, então, eventualmente os eleitores vão saber como é que poderão utilizar efetivamente os seus votos, com a consciência de responsabilidade, em que

³² Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional, número 6/2006, de 28 de Dezembro: http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/6_2006.pdf

dando os seus votos aos principais partidos políticos, para que não se perderão os seus votos com os pequenos partidos políticos, que nunca ter nenhum “voz” no Parlamento.

Tabela 43– A evolução da desproporcionalidade, NEPE e NEPE (2001-2012)

Ano	Least of Squares (LSq)	NEPE	NEPP
2001	3.9688915 (3,97)	2,83	2,44
2007	4.4146291 (4,41)	5,39	4,37
2012	10.0496567 (10,05)	4,19	2,65
Soma	18.4331773	12,41	9,46
Média	6.1443924 (6,1)	4,14	3,15

Evidentemente podemos dizer que o efeito psicológicos dos sistema eleitoral proporcionais sobre a institucionalização do nosso sistema partidário implica a entrada de pequenos partidos no Parlamento, e dominado pelo único partido político, caso 2001. Em que, assim quando tinha um *declínio* na sua competição, implica altamente o sistema partidário em fluido, caso 2001 e 2007, tabela 43. No entanto, nos sistemas menos proporcionais, alta desproporcionalidade em termos de mecanicamente ajuda consolidar o sistema partidário e a estabilidade de governativa, e alargando a coesão nas interações entre partidos parlamentares. E assim, implica um processo de institucionalização do sistema partidário mais inclusivo e acessível, e mais representativo e efetivo, quando os eleitores continuam a concentrar e apostar os seus votos nos principais partidos políticos. E assim, implica alta legitimidade eleitoral e forte o enraizamento partidário, e os pequenos partidos procuram canalizar os seus interesses pela via de acesso ao governo, tal como o Partido Socialista Timorense (PST), mas não pelo Parlamento.

CAPÍTULO 9 – NOTAS CONCLUSIVAS

Este trabalho teve como objetivo a descrição e compreensão da institucionalização do sistema partidário de Timor-Leste de 2001 a 2012. Para este efeito, esta dissertação analisa uma ampla bateria de indicadores consolidados na literatura sobre a institucionalização dos sistemas partidários. Em específico, analisámos os padrões de estabilidade das competições interpartidárias (Mainwaring, 1999; Mainwaring e Torcal, 2005); o enraizamento social dos partidos políticos, a legitimidade eleitoral. Foram, ainda considerados os padrões da composição governamental. Assim, verificámos os padrões de alternância partidária no governo, a fórmula de governo, a abertura de novos partidos, e a estrutura de competição (Mair, 1997). A análise foi complementada com a leitura da evolução do número de partidos relevantes e do número efetivo de partidos políticos, a ideologia e a polarização dos partidos políticos (Sartori, 1976). Da análise destes indicadores foi possível retirar conclusões relativas aos padrões de estabilidade da competição dos principais partidos e relativas aos fatores importantes que explicam a evolução de um sistema partidário de pluralismo moderado.

Começamos pelos padrões de estabilidade competição dos principais partidos. Três partidos ocupam a principal dimensão de competição: a FRETILIN; o CNRT e o PD. A FRETILIN é o principal partido político que tem fortes raízes na sociedade. É um partido que tem apresentado valores relativamente baixos da volatilidade eleitoral (considerando a diferença entre as eleições de 2012 e de 2007). Para este enraizamento muito contribuiu o seu papel na história da resistência para a libertação nacional. Atualmente, este partido tem assento constante no parlamento, surgindo como o principal partido da oposição e da cooperação.

O CNRT é um dos partidos que surgiu em 2007. Tem, por isso, uma história relativamente mais curta, o que não o impediu de vencer as eleições de parlamentares em 2012. Em termos de volatilidade, o eleitorado do CNRT é altamente fragmentado. O seu relativamente mais fraco enraizamento na sociedade – um potencial reflexo da sua idade – é compensado eleitoralmente por um voto personalizado. Com efeito, é a liderança de Xanana Gusmão que permite ao CNRT passar a ser um dos partidos mais votados em Timor-Leste.

O Partido Democrático ocupa a terceira posição em termos de resultados eleitorais. O PD também tem fortes raízes na sociedade, embora estas sejam fragmentadas e flexíveis. Assim, ao lado da FRETILIN compete com dois partidos que têm os seus

eleitores fragmentados e flexíveis, o que implica a existência de uma competição entre os três partidos em um pluralismo moderado. Assim, o sistema partidário de Timor-Leste pode ser caracterizado por um pluralismo moderado com uma dinâmica de alternância completa e parcial e com fórmula de governos inovadoras, com a abertura aos novos partidos; e com a estrutura de competição é aberta. Com efeito, outros partidos têm pontualmente acesso ao governo como o PSD e ASDT; PST e FRENTE-Mudança.

Que fatores podem explicar este sistema partidário de pluralismo moderado? Podemos considerar a história da resistência e a liderança dos partidos políticos que surgem dentro da FRETILIN ao longo da história da resistência, e a natureza moderada da FRETILIN. A moderação da FRETILIN motivou a adoção de um regime semipresidencialista moderado. Além disso, o sistema eleitoral de representação proporcional, com o método de conversão de votos em mandatos é o método D'Hondt que tem um efeito mecânico sobre o sistema partidário de Timor-Leste. Este método de conversão favorece os partidos maiores e impede que os pequenos partidos consigam obter representação parlamentar. Tal ajuda a concentração do eleitorado no voto nos maiores partidos, que na eleição podem apostar os seus votos de confiança para os principais partidos que permanente no parlamento e no governo. A longo prazo, tal contribui para a redução da dispersão de votos e para a consolidação de uma competição mais centrípeta.

Bibliografia

- Amorim Neto, O., & Costa Lobo, M. (2014). Semi-presidentialism in lusophone countries: diffusion and operation. *Democratization*, 21(3), 434–457.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*: Presses Universitaires de France.
- Bértoa, F. C., & Mair, P. (2012). 4 Party system institutionalisation across time in post-communist Europe. *Party Government in the New Europe*, 79, 85.
- Beuman, L. M. (2006). *O Perigo do Semi-Presidencialismo para a Estabilidade Democrática: O Caso de Timor-Leste*, 57–59.
- Croissant, A., & Volkel, P. (2010). Party System Types and Party System Institutionalization: Comparing new democracies in East and Southeast Asia. *Party Politics*, 18(2), 235–265.
- Eijk, C. Van der, & Franklin, M. (2009). *Elections and voters*. Palgarve MacMillan.
- Elgie, R. (1999). The politics of Semi-Presidentialism. Semi-Presidentialism in Europe. *Comparative European Politics*, 1970 (Duverger 1974), 1–21.
- Elgie, R. (2004). Semi-Presidentialism: Concepts, Consequences and Contesting. *Political Studies Review*, 2, 314–330.
- Elgie, R., & McMenamin, I. (2011). Explaining the onset of cohabitation under semi-presidentialism. *Political Studies*, 59(3), 616–635.
- Figueiredo, E. & Raschi, A. (2012). Immersed in Green? Reconfiguring the Italian Countryside through Rural Tourism Promotional Materials. In: Hyde, K.; Ryan, C. e Woodside, A. (Eds.), *Field Guide For Case Study Research In Tourism, Hospitality and Leisure*. Bingley: Emerald Publishers, pp. 17 – 44.
- Freire, A., & Lopes, F. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: uma introdução*. Celta Editora.
- Gallagher, M., & Mitchell, P. (2005). *The politics of electoral systems*. Oxford University Press.
- Graça Feijó, R. (2014). *O Semi-presidencialismo Timorense: Historia, política e desenho institucional na trajetória de uma jovem democracia Depoimentos e análises*. Almedina.

- Hohe, T. (2002). "Totem Polls": Indigenous Concepts and "Free and Fair" Elections in East Timor. *International Peacekeeping*, 9(4), 69–88.
- Jalali, C. (2007). *Partidos e democracia em Portugal: 1974-2005 : da revolução ao bipartidarismo*. Instituto Ciencias Sociais.
- King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press.
- Kuenzi, M., & Lambright, G. (2001). Party System Institutionalization in 30 African Countries. *Party Politics*, 7(4), 437–468.
- Krieger, H., & Rauching, D (1997). *East Timor and the international community: basic documents* (No.10). Cambridge University Press.
- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). Laakso, Markku, The "Effective" Number of Parties: "A Measure with Application to West Europe", *Comparative Political Studies*, 12:1 (1979:Apr.) p.3, 1, 3–27.
- Lane, J.-E., & Ersson, S. (2007). Party System Instability in Europe: Persistent Differences in Volatility between West and East? *Democratization*, 14(1), 92–110.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. Yale University Press.
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1985). *Consenso e Conflito: Trajectos (1ª edição:)*. Lisboa: Gradiva.
- Mainwaring, S. (1998). Party Systems in the Third Wave. *Journal of Democracy*, 9(3), 67–81.
- Mainwaring, S. (1999). Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil. *Stanford University Press*.
- Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários Após a Terceira Onda de Democratização. *Opinião Pública*, 11(2), 249–286.
- Mair, P. (1996). Party Systems and Structures of Competition. *Comparing Democracies*. London: Sage, 83–106.
- Mair, P. (1997). *Party System Change: Approaches and Interpretation*. Oxford University Press.

- Pedersen, M. N. (1979). The Dynamics of European Party Systems: changing patterns of electoral volatility. *European Journal of Political Research*, 7(1), 1–26.
- Pennings, P., & Lane, J. (1998). *Comparing Party System Change*. Routledge.
- Saldanha, J. M. (2002). Anatomy of Political Parties in Timor-Leste. *Political Parties in the Pacific*, 69–81.
- Sartori, G. (2005). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. ECPR Press.
- Shoesmith, D. (2013). Timor-Leste Divided Leadership in a Semi-Presidential System. *University of California Press*, 43(2), 231–252.
- Silva., E. L. da, & Menezes., E. M. (2001). Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. *Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância de UFSC.*, 3^a edição , 1–121.
- Shugart, M. S. (2005). Semi-Presidential Systems: Dual Executive And Mixed Authority Patterns. *French Politics*, 3(3), 323–351.
- Ware, A. (1996). *Political parties and party systems*. Oxford University Press.